

Diário de Lisboa

Fundador: JOAQUIM MANSO

Director: A. RUELLA RAMOS

Quinta-feira, 5 de Setembro de 1974 N.º 18 554 Ano 54.º Preço 2\$50



Embora ainda não tenha sido possível determinar o número exacto de vítimas, calcula-se que tenham morrido entre 10 a 30 pessoas, em consequência de um incêndio registado esta madrugada num edifício de três andares, na Rua de Las Tapias, em Barcelona, cuja estrutura interior se desmoronou. O fogo deflagrou num estabelecimento de móveis, existente no rés-do-chão. Na gravura, um aspecto do sinistro

GOVERNO DE ANGOLA COM SIMPATIZANTES DO M.P.L.A.

LUANDA, 5 — (F. P.) — Engloba várias entidades muito próximas do M. P. L. A. o novo Governo Provisório de Angola cujo elenco acaba de ser anunciado pela Junta Governativa presidida pelo almirante Rosa Coutinho, um dos membros da Junta de Salvação Nacional.

A influência do M. P. L. A. faz-se sentir, segundo os observadores locais, sobretudo ao nível dos três secretários de estado adjuntos, verdadeiros ministros sem pasta, a quem serão confiadas as tarefas eminentemente políticas. Com efeito, enquanto um dos secretários adjuntos, o dr. An-

tónio Augusto de Almeida, que transita do anterior Governo, é irmão de um alto dirigente do M. P. L. A., outro dos secretários adjuntos, o dr. Teixeira da Silva é irmão do Comandante Militar para a Zona Leste de Angola do mesmo movimento nacionalista. O terceiro secretário adjunto, o engenheiro Fernando Falcão, é o principal dirigente da Frente de Unidade Angolana, recentemente constituída e que pretende preencher o vazio político até agora em aberto pela ausência em Angola de um partido que representasse os interesses da população de origem europeia.

Contudo, o eng.º Falcão foi um dos fundadores do M. P. L. A.

Entre os restantes secretários de Estado, figuram três militares portugueses, o tenente coronel Gonçalves Ribeiro para a Administração Territorial, o capitão Fonseca de Almeida na pasta do Trabalho e Segurança Social e o comandante Correia Jesuino na pasta da Comunicação Social, todos transitando do anterior Governo.

Os restantes elementos são essencialmente técnicos que desempenharão cargos das respectivas especialidades.

Segundo a Junta Governativa de Angola, encontram-se ainda em aberto alguns lugares de subsecretários. Os observadores julgam que pode-

rão vir a ser preenchidos por elementos afectos a outros movimentos nacionalistas, menos ricos em quadros técnicos do que o M. P. L. A.

Entretanto, entrevistado pelo Rádio Clube do Lobito, o engenheiro Fernando Falcão revelou que este Governo Provisório deverá ter uma vida muito breve devendo ser substituído ainda este mês por um verdadeiro governo autónomo de Angola com uma competência de decisão praticamente total. Segundo o engenheiro Falcão, esse alargamento de competência coincidirá com a publicação, pelo Governo de Lisboa, do novo Estatuto Político de Angola, orientado para a completa autonomia. Os membros agora nomeados transitarão automaticamente para esse novo Governo, já constituído na base de verdadeiros ministérios.

NÃO HÁ COMBATES EM ANGOLA

Regista-se neste momento um cessar-fogo tácito entre as forças militares portuguesas e os movimentos nacionalistas angolanos, segundo afirma o vespertino «Diário de Luanda» citando uma fonte oficial.

Segundo a mesma fonte, a situação de cessar-fogo é devida a contactos oficiais de âmbito puramente local, quer

Continua na pág. 24

DEFENDER A FÉ COM MÃ FÉ

A propósito da campanha de alfabetização e com pedido de publicação, recebemos da Secretaria Episcopal do Porto a seguinte nota:

«Através dos meios de comunicação social e por outras vias não directas, constou nesta Secretaria Episcopal a existência de qualquer coisa como uma contracampanha que se proporia contrariar, em nome e a pretexto da «defesa da fé», a campanha referida em epígrafe.

«Depois de certo tempo, foi possível obter, de paróquia estranha a esta diocese, amostra duma circular aparentemente endereçada a párocos, datada de 5 de Agosto, subscrita nos termos seguintes: «De V. Rev.ª Irmãos em Cristo — Comissão Católica para a Defesa da Fé — C.P. 556 — Porto».

«Nenhum outro conhecimento tem tido a Cúria ou o Bispo do Porto da existência dessa ou de qualquer comissão católica para o efeito pretextado; tão pouco conhece quaisquer pessoas ou entidades que constituam, possam constituir ou estar por detrás dessa pretensa «comissão católica».

Deve também acrescentar-se que de nenhuma forma consta nesta Cúria que a referida circular tenha sido recebida por qualquer pároco ou entidade religiosa desta Diocese do Porto.

Por outro lado, é também de saber-se que nem esta Secretaria nem a Cúria diocesana foram até ao presente consultadas sobre a existência de tal «comissão católica» ou sobre o crédito e méritos que as suas acções (tanto mais que dirigidas a «párocos e paróquia»

Continua na pág. 2

Saneamento das autarquias locais

—garante o novo governador-civil do Porto

PORTO, 5 — «O Movimento das Forças Armadas, na gloriosa madrugada de 25 de Abril e na sequência daquilo que era a tradição do Exército Português, veio restituir ao povo o pleno exercício das suas liberdades Públicas» declarou ontem o dr. Mário Cal Brandão, novo governador civil do Porto, quando no Salão Nobre do Governo Civil tomou posse do cargo na presença do ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás. Durante a cerimónia, a que assistiram várias entidades e inúmeros representantes dos partidos políticos, o dr. Fernando Cabral foi empossado no cargo de Governador Civil substituto.

Ao usar da palavra em seu nome e no do Governador substituto, e depois de lidos os autos de posse, o dr. Cal Brandão saudou o ministro presente, e na sua pessoa o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, todo o Governo Provisório, e o Movimento das Forças Armadas, para, prosseguindo afirmar:

«O povo desta cidade tem revelado, através dos tempos, e isso consta da História Pátria, o seu amor às liberdades públicas, e demonstrado que é bem cioso e intransigente na sua defesa.

No Porto, eclodiu o primeiro movimento revolucionário contra a Monarquia — povo e Exército aliados nessa luta comum — movimento que ainda hoje se celebra e que nunca deixou de se comemorar, não

obstante as repressões do poder reaccionário, durante os sombrios 48 anos de longa noite fascista.

Também foi no Porto que igualmente eclodiu o movimento contra a ditadura — 3 de Fevereiro de 1927 — no qual tomaram parte lado a lado, as forças do Exército, o povo e os intelectuais.»

Mais adiante o governador civil do Porto considerou:

«O Movimento das Forças Armadas, na gloriosa madrugada de 25 de Abril, e na sequência daquilo que era a tradição do Exército Português, veio restituir ao povo o pleno exercício das suas liberdades públicas.

Deste pequeno recanto da Europa, um Exército que estava a ser vilipendiado, deu ao mundo um exemplo que ficará a perdurar através dos tempos.

Contra o que era corrente, o Exército Português serviu-se das suas armas não para defender uma classe ou oligarquia como estávamos habituados a ver, mas antes para com as armas defender o povo contra a classe que o oprimia.»

E a concluir a sua referência ao M.F.A. disse:

«Estivemos em 1943, no M.U.N.A.F., em 1945, no Mud, em 1949 na candidatura de Norton de Matos, em 1951 na candidatura do almirante Quintão Meireles, em 1958 na do general Humberto Delgado, e além destas, nas candidaturas para a Assembleia Nacional.

Teve, assim, o Movimento das Forças Armadas atrás de si uma continuidade de luta que preparou o povo para a aceitação da sua gesta heróica.»

Passando a analisar a sua

acção como governador de um distrito, o dr. Cal Brandão considerou, então:

«Evidentemente que sendo o governador civil um representante do Governo no seu distrito, não poderá deixar de agir, sob o ponto de vista político,

Continua na pág. 2

Mocambique festeja as negociações

LOURENÇO MARQUES, 5 (Do nosso correspondente) —

A poucas horas do reinício das negociações entre a Frelimo e o Governo português, Moçambique inteiro participa numa gigantesca manifestação patriótica que assume a forma de paratização total do trabalho seguida de comícios.

A partir das 9 horas, e cumprindo palavra de ordem vinda de Dar-Es-Salaam, onde se situa a sede da Frelimo, o povo veio para a rua e para os estádios manifestar o seu regozijo pelo reinício das negociações de Lusaka e o seu completo apoio à posição da Frelimo. Porém os hospitais, farmácias, correios, polícia, centrais eléctricas, bazares (mercados) e todos os outros serviços considerados vitais funcionam normalmente.

Ontem, os jornais apareceram cheios de comunicados dos democratas, de associações e de organismos sindicais convidando o povo para a gigantesca manifestação, verdadeiramente sem precedentes na história revolucionária do povo moçambicano.

Em Lourenço Marques, o monumental comício realiza-se no Estádio da Machava (ex-Salazar...) cujas bancadas, que se espera enchem totalmente, têm capacidade para 50 mil pessoas.

Para se avaliar da magnitude deste comício, refira-se que a sua organização representou a união de esforços por parte dos Democratas de Moçambique, Centro Associativo dos Negros, Associação Africana, Associação dos Naturais e representantes de associações de classe, nomeadamente engraxadores, polidores, carpinteiros, alfaiates, barbeiros negociantes, sapateiros, empregados de mesa, etc. Ontem, à noite, na sede dos Democratas de Lourenço Marques o movimento era enorme com as pessoas a trabalhar em ritmo de festa pela noite adiante, afim de prepararem dísticos, panfletos e pequenas bandeiras da Frelimo que hoje inundam a cidade.

Entretanto, o Governo Provisório de Moçambique, tendo conhecimento do que se estava a preparar, fez emitir um

comunicado, determinando que sejam hoje dispensados de comparecer ao serviço público, todos os funcionários que pretendam assistir às mani-

festações de apoio às conversações entre o Governo português e a Frelimo.

Continua na pág. 10

Os trabalhadores do «Diário de Lisboa» e a greve da Imprensa

O «Diário de Lisboa» não se publicou ontem. A decisão foi tomada pelos trabalhadores da empresa que publica o jornal, por solidariedade com os trabalhadores do «Jornal do Comércio». Nenhum outro jornal saiu para a rua, apesar de os trabalhadores de «O Século» terem recusado ir para a greve. Para que se não verificassem choques com as pessoas que se encontravam à porta de «O Século», aquele matutino

não chegou a ser distribuído.

Os trabalhadores do «Diário de Lisboa», na moção em que se associaram ao movimento de solidariedade, condenaram também a «greve pela greve» e sublinharam a importância da informação escrita neste Portugal que se quer democratizado. Sem informação não pode haver um povo livre e co

(Ler na pág. 24)

NACIONAL

Saneamento das autarquias locais

Continuação da pág. 1

de harmonia com a orientação do Governo Provisório e com base no Programa do Movimento das Forças Armadas. E, sendo política do Programa e do Governo, democratizar, desenvolver e moralizar, nessas enormes tarefas empenharei todo o meu labor.» (...)

(...) «Insistirei, portanto, com todos que hierarquicamente dependam de mim, no sentido de auscultarem permanentemente os anseios das suas populações, de modo a que animem a realização daqueles que sejam justos e reprimindo os que não são, mas neste caso sempre com esclarecimento e ponderação e não com arrogância ou soberberia.

Sob o aspecto do desenvolvimento, não deixarei, dentro dos limites que a lei me confere, de o promover e de incitar a que o promovam.

Quanto a moralizar, isso sim, talvez a minha intervenção possa ter uma maior latitude, e nela me empenharei.

Entendo por moralizar levar às autarquias locais os ventos da revolução, de Abril saneando-as, quer em relação a pessoas, quer em relação a costumes.

Todos aqueles que, durante

tantos anos, delapidaram os bens do Estado, no sentido de se locupletarem com os valores que ao povo pertenciam e que para se encobrirem tenham impedido todos os meios de crítica — defraudando recenseamentos, falseando eleições, perseguindo cidadãos e encarniçando-se através de processos desonestos na defesa do Governo fascista —, não podem contar com a complacência deste governador.

O meu espírito de justiça não admite que se proceda contra quem não previou, mas também não aceita que se deixe de proceder contra aqueles que o fizeram.»

UM GOVERNADOR SOCIALISTA

A concluir o seu discurso, o dr. Cal Brandão referiu a sua qualidade de militante do Partido Socialista, para precisar:

«Aos meus companheiros do Partido, alguns dos quais comigo já lutam desde os tempos de acção e doutrinação socialista, que fundámos em 1945, eu lhes agradeço a indicação do meu nome para este lugar e só receio não vir a realizar o trabalho que eles julgaram ser eu capaz.

A todos os outros meus cidadãos e que de hoje em diante, por efeito das minhas funções, vão ter que contar com a minha acção governativa, tenho que lhes dizer, que sou um socialista governador de distrito, mas que não serei um governador socialista, quer dizer de facção.

Acima dos interesses do meu Partido, saberei no exercício do meu cargo pôr sempre os interesses da sociedade, que são os interesses do distrito.

E, agora, é a altura de terminar e para o fazer direi a todos: a afiançar toda a minha acção — como já o declarei ao senhor ministro da Administração Interna, a quem neste momento renovo os meus cumprimentos —, nada mais lhes posso oferecer senão 48 anos de coerência política e outros tantos de dignidade cívica.»

ELOGIO DAS COMISSÕES ADMINISTRATIVAS

O ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, que se deslocou proposadamente ao Porto para presidir à cerimónia de posse, proferiu também um significativo discurso do qual salientamos:

«A homologação das comissões administrativas das câmaras e das juntas de freguesia poderá agora conhecer forte impulso no distrito do Porto.

Dou todavia conta a V. Excia., de diversos protestos que tenho recebido no Ministério sobre casos que se teriam registado neste como noutros distritos: — de auto-eleições, ou ainda de pseudo-eleições, em que ao uso do processo de aclamação por multidões ainda não suficientemente experientes da vivência prática da democracia, iriam corresponder, na realidade, soluções típicas do regime derrubado em 25 de Abril. Isto, quando na verdade, profundamente se deseja uma participação generalizada e esclarecida sobre opções diferenciadas.

Precisando a sua ideia aquele membro do Governo afirmou mais adiante:

«O ministro da Administração Interna não tem homologado todas as comissões administrativas que lhe têm sido apresentadas. Decerto que V. Excia., se verá igualmente em

idêntica situação logo que ine for feita a respectiva delegação de poder.

Importa todavia garantir na solução dos casos mais prementes, que se encontrem plataformas que sejam seguras traduções do efectivo desejo das populações e que não lhes defraudem o interesse pelo processo democrático eleitoral, em que a tradicional «chapelada» dos últimos 48 anos nos aparece instituída em alguns casos pelas referidas: *auto-eleição* e pela *nomeação por aclamação*.

Felizmente no entanto não é esse o panorama geral do País.

Com muito agrado entretanto refiro que ao Ministério não tem passado despercebido, e tem sido devidamente apreciado, todo o trabalho desencadeado no País por comissões administrativas constituídas após o 25 de Abril. Deve ser vincadamente assinalado o trabalho realizado em diversos concelhos, altamente meritório, quase sempre com elevado sacrifício pessoal e profissional dos seus componentes.»

ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE

No prosseguimento do seu discurso, o ministro Costa Brás defendeu que a Administração Pública deve ser necessariamente «imparcial, independente e eficiente», e precisou:

«Mas importa deixar muito claro que administração local não é sinónimo apenas de expressão de opções partidárias. A administração local é também um mundo de serviços e atribuições de ordem técnica, e que se prendem directamente com o desenvolvimento económico e social das populações.

É preciso que em relação a diversos serviços técnicos, quer municipalizados, quer os que integrem federações de município quer os das juntas distritais, se não verifiquem os interesses reais das populações.

A finalizar a sua alocução o ministro da Administração Interna salientou a colaboração possível dos distritos vizinhos na solução conjunta dos problemas públicos, e saudou todos os que não regateiam esforços para fortalecer o processo democrático em curso.

DEFENDER A FÉ COM MÃ FÉ

Continuação da pág. 1

nos») devessem merecer.

Sabemos todos que, de harmonia com as disposições do Código e Concílio, para não falar já do mero senso comum, o nome ou qualificativo de «católico» depende do reconhecimento da Igreja, ordinariamente por meio do Ordinário Diocesano.

Mas ao falar-se da «defesa da fé» por uma «comissão», seria evidentemente caso de perguntar-se: Mas «comissão» de quem ou de quê? Com que mandato? Com que jurisdição, na nossa própria diocese?

«Quanto à Diocese do Porto, seria bem o caso de se aplicarem, para além das normas do direito e do bom senso, os princípios essenciais do Evangelho: «Quem faz a verdade vem para a luz, para que as suas acções sejam manifestas... Quem procede mal odeia a luz (Joan., III, 20 e 21). Como, neste caso, tudo se fez e mantém na clandestinidade, como realmente se pre-

tende «defender a fé» com evidente má-fé, além de má-inteligência, é bem lícito concluir que essas acções têm as mesmas origens e naturalmente até os mesmos agentes que, sob a anterior situação política, com meios e métodos da mesma qualidade moral — embora com maior publicidade e triunfalismo — afinal desmentidos — se propunham defender a ortodoxia da fé e a pureza da prática católica por meios publicitários policioscos e judiciais, sem bispo e contra o bispo, sem a Igreja e contra a Igreja...

Como conclusão, devemos dizer com o Concílio (L.G., 14), que são incorporados à Igreja aqueles e só aqueles «que, tendo o espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e os meios de salvação nela instituídos, e que, pelos laços da profissão da fé dos sacramentos, do governo eclesiástico e da comunhão, se unem, na sua estrutura visível, com Cristo, que a governa por meio do Sumo Pontífice e dos bispos.»

O GEN. COSTA GOMES EM MONTE REAL

As Forças Armadas estão vigilantes

Não vejo razões para a inquietude e crise de fé de certos sectores nacionais. As Forças Armadas garantem a vigilância indispensável para oferecer ao Povo de Portugal as condições para a livre escolha do sistema político que desejar — afirmou o general Costa Gomes, no decorrer de uma reunião que teve na Base Aérea n.º 5, em Monte Real, com os comandantes de todas as bases aéreas do continente.

Esta reunião não teve a presença de jornalistas, sendo mais tarde lido um comunicado pelo tenente-coronel Ferreira da Cunha, chefe de gabinete do general Costa Gomes, em que se referia que

além das boas-vindas, o general Diogo Neto, desenvolveu as linhas gerais do seu pensamento quanto à reconversão da missão da Força Aérea e as consequências a prazo no plano do pessoal e do equipamento. O general Costa Gomes retribuiu os cumprimentos e esclareceu a assistência sobre a conjuntura internacional em aspectos que se projectam no futuro nacional.

O general Costa Gomes, após a reunião que durou quase duas horas, passou revista à guarda de honra e assistiu ao desfile das forças em parada. Visitou depois as diversas instalações e serviços da Base, regressando a Lisboa a meio da tarde.

UM NOVO TRUFFAUT!

CINEMA CASTIL

3ª semana

estúdio 444

FINALMENTE EM PORTUGAL A COMÉDIA PICANTE QUE FALTAVA!

UMA BELA RAPARIGA

(UNE BELLE FILLE COMME MOI)

BERNADETTE LAFONT a mais fabulosa comediente do ano!

EASTMANCOLOR GRUPO D - 18 ANOS TALMA FILMES



CASINO ESTORIL

SLOT MACHINES - SALA DE JOGOS

ACESSO LIVRE A TODOS OS DIAS

MAIORES DE 21 ANOS DAS 15 AS 3 HORAS

GLENN VEDETA DA RADIO E DA TV INGLESA

WESTON

GEORGES SCHLICK FAMOSO VENTRILOQUO

MARIA ALCINA com RAUL SILVA e NOBRE COSTA

EXTRA VAGANZA

Produção OLIVIER BRIAC

FERRER TRINDADE e sua Orquestra

"NUEVOS AMIGOS" ORPHEUS QUARTET

com CHRISTINE NERAC

STORMY SUMMERS

NO GRANDE SALÃO RESTAURANTE AS 21.30

Grupo C Maiores de 14 anos

NO WONDER BAR A 10H

URBANO TAVARES RODRIGUES

O espancamento

As horas afastam-se umas das outras neste espaço de calor e de suor. Azul e cimento. Tempo de memória, vasto, turvo. Corpos negros rojam-se no deserto. Espancados. A chicote. Como eu, como tantos outros.

Outubro de 1969. À saída do Teatro Vasco Santana, a Maria Eufémia Baudoin agarrou-me por um braço e perguntou: «Levas-nos a casa?» Com ela estava uma amiga, também do Rádio Clube, a Teresa Moutinho.

«E a minha filha?, onde para?»
«Vá, despacha-te, procura-a!» Era como se um pressentimento sacudisse sobre mim ramos negros.

Nunca mais aparecia a Zé.
Por fim, achámo-la. Ainda a suar em bica, aturdida pelas sementes duras de cólera e esperança esvoaçando naquele desfazer das palavras do comício. Encaminhámo-nos para a faixa onde deixara estacionado o carro, que nem era o meu, mas um Volkswagen azul, emprestado. A P. S. P., que, ao começo da noite ali se concentrara em massa, dificultando o acesso à sessão, sumira-se como por magia e, na praça já a esvaíar-se, estava parada uma carrinha da PIDE, que amigos nossos, o Mário Soares, o Sousa Tavares e outros, haviam já identificado como sendo a da brigada do inspector Montenegro.

Dei-lhes pressa. Não lhes comuniquei a minha apreensão (de que servia?), apenas estuguei o passo, incitando-as. E, ao entrar finalmente no automóvel, lesto me dobrei a abrir-lhes a porta da direita e puxei, ainda mais célere, o banco para a frente. Mas era tarde. Quatro ou cinco indivíduos envolvidos em ameaça a seguravam e por toda a redondeza do largo só havia a noite, as testemunhas escondiam-se mais longe, nas sombras do medo que reinava. Vi que as apalparam, a pretexto de procurarem documentos interditos (os posters já os haviam rasgado, chamavam eles a isto campanha eleitoral!), e forçavam-lhes os decotes, levantavam-lhes as saias.

Quis ir de pronto em seu socorro, mas tinha apontada à cabeça, do meu lado esquerdo, uma pistola que não tremia, embora fosse já velho, com uma face bronca e cruel que nunca esquecerei, o indivíduo que com ela me intimava a abrir o porta-luvas. Assim fiz.

«Dá cá os papéis, meu comunista de merda, ou matotei-te já.»
«Não há aqui papéis nenhuns. Pode verificar.»

Foi nesse momento que saí do carro, nem sei como, e, imediatamente empurrado por uma corda grossa de mãos em fúria — já seriam uns dez, doze, ou mais — encontrei-me, atrás do automóvel, com uma pistola encostada à espinha e outra de frente para o coração.

«Ah!, queres festa?, já vais ver como é!»
Diante de mim um homem baixo, calvo e muito entroncado, escuro, cara de ferradura:
«Malandro!, cabrão!, agora é que te ensino.»

Bateu-me com o punho esquerdo no queixo e, apesar do choque violento, na altura nem me doeu muito; depois é que havia de sentir dificuldade em mastigar, até descobrir por meio de uma radiografia, volvido quase um mês de miúdo sofrimento, que me haviam fracturado o côndilo do maxilar (e seriam precisas muitas sessões de raios ultra-sons para ficar praticamente curado, só lá para Março de 70).

Naquele instante, pensei: «Com certeza não disparam e, se dispararem, paciência!» Houve um compasso de espera, muito curto, e respondi a soco à agressão.

Então, num abrir e fechar de olhos, desapareceram as armas de fogo, para dar lugar aos longos cassinetes de espiral de aço, que começaram a cair sobre mim de toda a parte. Pancadas vermelhas e refulgentes. Dando eu ainda murros e pontapés em várias direcções, não se me acercavam por diante, mas, detrás ou de lado empurravam-me na altura própria, de modo a evitar que os meus murros atingissem o alvo, o que quase sempre sucedia.

Estava no meio do círculo, tonto, ferido, impotente e enraivado como o touro já cansado entre os capinhas que o preparavam para a última estocada, ou para o descabro. O desespero das minhas mãos continuava a golpear o vácuo, enquanto os cassinetes me transformavam a cabeça numa coisa monstruosa. Sei bem que durante duas noites não dormi, porque os «galos», os hematomas, me impediam de encostar a nuca, as têmporas, qualquer porção da superfície craniana à mais leve que fosse das almofadas. E nessas duas noites de dor e humilhação rememorei os «curros» do Alzube, em 63, o pó, a estreiteza, a escridão, o buraco imundo onde íamos agachar-nos para defecar, acompanhados pelo guarda; as constantes buscas em minha casa; e Caxias em 68, meses de isolamento sem poder ler nem escrever, os interrogatórios na António Maria Cardoso, os insultos, as intimidações, as veladas horríveis.

Dizem a Maria Eufémia e a Teresa Moutinho, que assistiram ao espancamento, do começo até ao fim, que deve ter durado uns dez minutos. Eu, por mim, tinha perdido a noção do tempo. Reconheci dois ou três rostos de agentes da PIDE, dos que me levaram em 68, na carrinha, ou iam espreitar-me, como a um maricano, nas longas horas em que aguardava os interrogatórios. Soube depois que os restantes eram legionários. Em dado momento — e com que vergonha! — deixei de resistir activamente, não podia mais, apenas tentei daí em diante proteger ora os olhos, ora os testículos. Tornando-me assim passivo, já quase sem forças, levei mais pancada. Lembro-me que fui com a cabeça contra um candeeiro e caí. Estive depois deitado de costas sobre o capot do carro, sempre fustigado pelos cassinetes, e então, ante o meu próprio espanto, ainda reagi: embora mal pudesse mexer-me, atirei um pontapé àquele dos meus carrascos que me era possível visar. Seguiu-se o pior: vibraram-me golpes no fígado, nos rins, no estômago, arrastaram-me, julgo que recebi também coronhadas, mas nesse transe já pouco via. Nem me recordo exactamente dos insultos e «avisos» da despedida, quando ali nos largaram.

Apetecia-me deitar-me ao chão e morrer. Mas depressa me dominei: fiquei uns minutos pendido sobre o volante e, depois, teimosamente, embora com maus reflexos e ainda sem respiração, cometendo um número assustador de infracções ao trânsito e pondo até em risco a vida das minhas camaradas (mas era preciso sair dali a todo o custo), consegui encontrar o Catão de Meneses, que me levou ao Hospital Ortopédico. Aí, ao despir-me, estava, por assim dizer, todo negro.

Depois foi o electro-encefalograma, o exame do fundo ocular e, passados dois dias, contra rigorosas prescrições médicas, a sessão de Odemira, onde desmaiei.

E durante muito tempo presenciei, em cada transeunte que me cruzava de perto, um inimigo, um agressor. E logo ficava crispado, em defesa.

Claro que a publicidade tem por obrigação estar sempre actualizada, e, quem a faz, deve logicamente saber qual o modo de falar que mais agrada ao eventual consumidor. Terá sido arrumada até mais ver a época dos produtos só para alguns, das casas para um certo estilo de vida, etc? E claro que não. Tudo vai continuar na mesma ou quase,

Abril e a publicidade

se, no que respeita aos produtos e aos respectivos clientes, logo aos anúncios, só ligeiramente mais discretos todos eles. Mas houve, isso sim, um arzinho de mês de Abril, actual, cheio de boa vontade, com uma ou duas gotas não digo de oportunismo, que é uma palavra desagradável, mas, pelo menos, de

aproveitamento da situação. Irá prosseguir? A ver vamos. Entretanto uma casa especializada em aparelhos para a surdez, dirige-se aos seus clientes chamando-lhes, o que nunca tinha acontecido, suponho, camaradas. Um banco usa uns grafitti com enormes maiúsculastosca...aplicadamente desenhadas a pincel, e aconselha-

nos a que tomemos o partido da sua nova sigla. Uma boutique anuncia os seus produtos substituindo a letra S por uma sugestão de foice e martelo, e escreve, ainda por cima, calças e camisololas com K, isto é, calças e kamisololas. Mais haverá. Não vi. E, de resto, sem importância. Simples curiosidade.

MARIA JUDITE DE CARVALHO

ZULMIRO DE ALMEIDA

A FAVOR DE UM MINISTÉRIO DA POPULAÇÃO E DAS MIGRAÇÕES

Compreende-se que os governos provisórios, desde o 25 de Abril, ainda não tivessem tido humanamente oportunidade de se debruçarem com afinco, sobre o estudo de alguns dos graves problemas nacionais. Um deles é o da emigração. Prioridade das prioridades, a guerra no Ultramar, depois a descolonização, deve ter-lhes absorvido a maior parte do tempo. Em seguida, os problemas económicos imediatos, o saneamento das estruturas político-administrativas, militares e policiais, a vida política partidária, a agitação social, as greves e a educação devem ter chegado para completar a agenda.

As poucas medidas tomadas no domínio da emigração, entre as quais a de manter um Secretariado, deixam transparecer, no entanto, uma orientação política que seria infelizmente a continuação pura e simples da linha demagógica traçada pelo antigo presidente do Conselho, nesse campo. A política de emigração deste consistia menos em servir os emigrantes do que em servir-se deles, principalmente do seu dinheiro, para obter divisas que financiassem a guerra colonial e o próprio desenvolvimento industrial do País. O prof. Marcelo Caetano criou um Secretariado da Emigração que se assemelhava mais a um serviço social do que a um departamento de Estado. Uma equipa de assistentes sociais teria certamente assegurado, com uma maior eficiência, as funções dos senhores secretários de então e dos seus distintos colaboradores.

FUNÇÕES DO SECRETARIADO DA EMIGRAÇÃO

Ora, esta situação pouco evoluiu depois do 25 de Abril. Leia-se, a título de exemplo, o que escreveu o actual secretário, eng.º Pedro Coelho, no «Diário de Notícias» de 10-8-1974. Aí, mostra-se sobretudo preocupado pela organização do acolho, de festas e doutros lares em honra dos emigrantes que vêm a Portugal, em período de férias. Eu não direi que estes assuntos não têm a sua importância. Mas parece-me que seriam melhor resolvidos por funcionários competentes em técnicas de animação de grupo. É verdade que o mesmo secretário procura, desde então, encontrar vias de trabalho mais válidas. Uma delas foi a de

organizar o «I Encontro sobre a Emigração», que termina em Lisboa à hora de escrever estas linhas. Tudo leva, porém, a crer que as conclusões tiradas não devem ser diferentes das de milhares de colóquios, conferências, mesas-redondas e congressos levados a efeito nestes últimos anos, por esse mundo fora, a propósito deste tema. Toda a gente está de acordo sobre as causas e os efeitos nocivos do desarraigamento. Que esta experiência não transforme os emigrantes em seres «aculturados», marginais, pobres do ponto de vista moral, mental e material, mas que, pelo contrário, os enriqueça no aspecto profissional, cultural e social. A análise teórica e as medidas técnicas a tomar são perfeitamente conhecidas. Basta consultar a literatura que lhes é consagrada. Os planos de acção estão preparados. O que falta é concretizá-los. Cabe ao secretário de Estado, em colaboração estreita com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, lutar por:

— A revisão dos acordos que ligam Portugal aos países receptores da mão-de-obra portuguesa, não só para o Estado tirar uma maior compensação económica da perda que é a emigração, mas também, e sobretudo, para melhorar as condições de existência dos emigrantes. O estatuto dos nossos trabalhadores, em particular nos países do Mercado Comum, é pior ainda do que o dos emigrantes de outras nacionalidades.

A obtenção de garantias de acesso à formação profissional qualificada, de um grande número dos nossos trabalhadores adultos no estrangeiro. Esta formação deveria ter em conta, na medida do possível, as necessidades das nossas indústrias nacionais e, melhor ainda, regionais. Isto facilitaria, num segundo tempo, a reinserção socio-profissional dos emigrantes que regressassem definitivamente à terra natal.

Um enquadramento sócio-cultural das colónias de portugueses no estrangeiro, a fim de manter bem vivas e

presentes as suas relações com Portugal.

A admissão dos jovens portugueses, nas escolas secundárias e superiores, em proporções idênticas às da população autóctone, do mesmo grupo de idades. Reivindicar um maior número de bolsas de estudo, capaz de garantir condições de igualdade aos filhos dos emigrantes que, regra geral, ocupam os empregos menos qualificados e remunerados. Uma escolaridade complementar, de cultura portuguesa — Língua, História, Geografia, etc. — dos filhos dos nossos emigrantes que estão submetidos ao ensino obrigatório dos países estrangeiros. Exigir a autorização de implantar liceus e outros estabelecimentos de ensino secundário portugueses, nas principais cidades da França e da Alemanha, evocando o princípio de reciprocidade em vigor nas relações internacionais.

O LIVRO DO GENERAL SPÍNOLA E A EMIGRAÇÃO

Aqui estão enumeradas algumas actividades que já dariam muito que fazer ao actual secretário de Estado. Mas os problemas postos pela emigração, hoje, em Portugal, parecem-me ainda muito mais relevantes. O general Spínola, em «Portugal e o Futuro», situa-os no centro da crise que se pode considerar a primeira grande crise da Nação. Nesse livro, faz-se a destrição entre as crises de Estado que Portugal atravessou, ao longo da sua história multissecular, e a crise presente, muito mais grave, na opinião do actual Presidente da República. Enquanto naquelas, perdeu-se ou correram-se riscos de perda de independência, nesta é a própria Nação que está em causa. Na medida em que o País se esvaíza dos seus habitantes, a Nação perde a sua substância.

Esta análise dá-nos um primeiro argumento para justificar a criação de um Ministério da População e das Migrações. Quando rebenta a guerra, formam-se importantes Ministérios de Defesa. Se o perigo máximo, para o país, vem da emigração, é

lógico dispor-se de um forte organismo estatal, capaz de centralizar e tratar dos seus múltiplos aspectos.

Podem-nos objectar evidentemente, que a emigração se resume a um problema de subdesenvolvimento e que, uma vez melhoradas as condições económicas, essa carga social desaparecerá por cicatrização espontânea. Por conseguinte, um Ministério da População e das Migrações representaria mais um aparelho político de fachada, a juntar a tantos outros, sem nenhuma utilidade pública real.

Pelo nosso lado, poder-se-ia retorquir que tudo, no final das contas, tem uma base económica: guerra, emigração, saúde, etc. Se o desenvolvimento económico é naturalmente a condição necessária para resolver os problemas da emigração, não nos parece ser, todavia, a condição suficiente para tratar dos seus aspectos particulares.

A FAVOR DE UM MINISTÉRIO DA POPULAÇÃO E DAS MIGRAÇÕES

Mas o essencial da nossa argumentação, a favor de um Ministério da População e das Migrações não se situa a este nível de análise. A curto prazo, enquanto a situação económica do País não melhorar substancialmente, o mais provável é que a corrente emigratória se mantenha. Quem se responsabiliza, hoje, no Governo, pela sorte de milhão e meio de portugueses residentes no estrangeiro e pelas dezenas — esperemos que não sejam centenas — de milhares que ainda hão-de sair do País?

Todos e ninguém.
Não é certamente um secretário da Emigração, de poderes ultrareduzidos. Nem um Primeiro-Ministro muito ocupado a coordenar e a orientar todas as actividades governamentais. Também não, o ministro dos Negócios Estrangeiros, impossibilitado de o fazer, pela multiplicidade e variedade das suas funções. Aliás, este será tentado, a troco de vantagens diplomáticas noutros sectores, a perder um pouco de vista os interesses dos emigrantes. Tão-pouco o ministro da Economia que, muitas vezes, sem temer a contradição entre os meios que utiliza e os fins que procura, sacrifica mais uns milhares de portugueses à emigração, a fim de

Continua na pág. 4

NACIONAL

O descongelamento dos salários

Na reunião da última sexta-feira do Conselho de Ministros, a «impopular» medida de congelamento dos salários foi revogada, permitindo, assim, que quem ganha mais de 7500\$00 possa ver o seu salário aumentado, embora com condições.

E que condições? Se o trabalhador ganha entre 7500\$00 e 9000\$00 não há qualquer condicionamento a esse aumento. Mas o mesmo já não se passa no que se refere aos salários além de 9000\$00.

De facto, quem ganha 9000\$00 ou mais, mas menos de 20 000\$00, na prática verá os seus aumentos não mobilizáveis «limitados» a 10 por cento daquilo que ganha. Por outras palavras: aumentos superiores a 10 por cento terão sempre uma parte mobilizada, isto é, convertida em poupança através dos Certificados de Aforro.

Agora no caso dos salários já superiores a 20 000\$00, esses serão sempre, e na proporção de 50 por cento do respectivo aumento, mobilizados para poupança de interesse público.

Esta decisão do Conselho de Ministros, de certo modo «imagina» e «inesperada», embora perfeitamente enquadrada no Programa do Governo Provisório — por ser anti-inflacionista e simultaneamente não impedir uma melhor repartição dos rendimentos — é uma medida de carácter político, com determinantes reflexos no campo social, económico e financeiro.

Adjectivámo-la de «imaginosa» por conciliar duas finalidades de interesse colectivo: travar a inflação, sem prejudicar a justa remuneração do trabalho.

Realmente, não sendo de esperar a passagem do congelamento ao descongelamento puro e simples sem risco de prejudicar os efeitos retencionistas porventura atingidos, põe-se a questão de encontrar a via adequada de descongelamento.

Suponhamos que essa consistiria, por exemplo, na limitação em percentagem e em tempo dos possíveis aumentos de salários. Essa via, que afinal de modo mais ou menos velado era a adoptada pelo anterior regime de os salários, e não só para os mais altos, a quem aproveitaria? — Apenas ao capital, em especial ao

grande capital monopolista, através de um avolumar de lucros.

Ora a via escolhida, além de atingir o mesmo objectivo de contenção da inflação, não favorece, antes pelo contrário, o enriquecimento do capital à custa do trabalho.

A remuneração deste ficará apenas condicionada ao mercado de trabalho através dos seus mecanismos próprios de contratação.

Também qualificámos, atrás, esta decisão do Conselho de Ministros de «inesperada». O que nos leva a tal é o facto de no Programa do Governo Provisório expressamente ser admitida a criação de estímulos à poupança e ao investimento privado e entendermos que desta forma o campo de acção da poupança e investimento privado ficará diminuído. Não esperávamos (talvez deformados pelas tímidas medidas de execução do Governo Provisório) tão «consequente» execução do referido Programa pois que esta medida atinge eficazmente um outro ponto do referido Programa que se relaciona com o investimento público. Na realidade vemos ser descoberta, desta maneira, uma nova fonte de financiamento do investimento público — a poupança forçada dos particulares — e de cariz socializante, dada a transferência do poder económico dos particulares para o Estado, salvaguardada que seja a política fiscal (desde que esta medida não seja um sucedâneo de que o Estado lance para não agravar, concomitantemente, os rendimentos mais elevados, em especial os do capital).

Dentre os efeitos económicos e financeiros do descongelamento dos salários com aforro forçado, ficou já, ao correr da pena, bem vinculada a particular importância da sua orientação para o financiamento do investimento público com reflexos de contenção no surto inflacionista e no desenvolvimento económico.

No plano social, e além da focagem já feita do problema da distribuição dos rendimentos, verifica-se que o ponto de vista de liquidez ou disponibilidade imediata do dinheiro, esta medida que vem condicionar o descongelamento dos salários por um lado tenderá a conciliar aumentos não superiores a 10 por cento para o leque de salários compreendidos entre 900\$00 e 20 000\$00; e por outro lado a «animar» reivindicações de aumentos em taxas elevadas para os salários superiores a 20 000\$00.

Isto em primeira observação feita à questão.

Na realidade, porém, as coi-

sas não se deverão passar assim, atendendo ao necessário «fecho» do leque de salários a que actualmente, e por razões óbvias, se assiste na nossa contratação colectiva, pelo que esta medida de condicionamento do descongelamento dos salários virá, em última análise a reforçar o desejado «fecho» desse leque.

Na medida em que não limita aumentos até 10 por cento para o leque entre 9000\$00 e 20 000\$00, não dificulta o seu crescimento até 20 000\$. Em contrapartida, acima deste valor o seu crescimento será desacelerado, tornando desta forma mais efectivo o encolher das amplitudes salariais.

Estamos em presença de um instrumento de política económica a actuar na conjuntura presente, que, em termos de aumentos de salários, virá a torná-los diferidos. Daqui impõe-se o seguinte raciocínio: se a taxa de juro dos Certificados de Aforro, não cobrir a taxa de inflação assistir-se-á à diminuição real do valor desse aumento, facto que ainda mais reforçará a tendência aproximativa dos limites salariais.

Ainda na óptica conjuntural da economia é de prever alterações ou reajustamentos nestes valores em função da taxa de inflação pois de contrário, e mantidas estas regras de poupança forçada, o trabalhador poderá acabar por ver sucessivamente diminuído o seu salário real disponível. Quer dizer, o seu poder de compra ir-se-á aviltando cada dia.

Hoje em dia, porém, luta-se pela indexação automática (reajustamento do salário real do trabalhador em função da taxa de inflação) pelo que se deverá tomar em consideração que os aumentos provenientes desta indexação, por justiça, não deverão ser remunerados com Certificados de Aforro. Ao fim e ao cabo, os acrescentos aos salários para manter o mesmo poder de compra não são, em boa verdade, aumentos...

Entendemos, igualmente, haver nesta medida governamental nítida preocupação de incrementar a capacidade de emprego através do investimento público. Trata-se de uma prioridade da conjuntura económica portuguesa, suficientemente sentida e assinalada pelo Governo Provisório, e já clássica no uso que dela se faz para criar postos de trabalho.

De facto, a curto prazo, a adjudicação de obras públicas, como por exemplo construção de portos, aeroportos, pontes, edifícios, habitação social, etc., é a medida de que normalmente os governos se socorrem para almejar o pleno emprego.

S.M.

REFORMA FISCAL

Perdão até 30 de Setembro para os juros de mora

Proseguindo na orientação de manter uma linha de franca e leal colaboração entre a administração fiscal e o contribuinte, recebemos da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos a seguinte nota:

«O recente Decreto-Lei N.º 375/74, através do qual se iniciou a reforma fiscal, constituiu um primeiro passo no sentido de operar uma mais justa e equitativa repartição dos encargos a suportar pelos cidadãos. Foi a compreensão deste objectivo que levou os diversos órgãos de informação, que sobre ele se debruçaram, a pôr em relevo o progresso conseguido neste domínio.

Todavia, e para um melhor conhecimento das mais relevantes medidas contidas naquela reforma salienta-se:

1 — Os contribuintes que tiverem pendentes processos de execução fiscal poderão até ao dia 30 de Setembro regularizar a sua situação procedendo ao pagamento em singelo das dívidas ao Estado e beneficiando do perdão concedido quanto aos juros de mora, custas e quaisquer

outros encargos.

2 — A elevação de 30 para 50 contos do limite de isenção do imposto profissional, bem como a diminuição de taxas nos escalões de rendimento tributável até 100 contos por ano, implica para as entidades patronais a restituição aos empregados, até ao dia 31 de Dezembro do corrente ano, das importâncias entretanto deduzidas a título de imposto profissional, restituição essa que será total no caso dos empregados passarem a estar isentos, ou parcial no caso de terem beneficiado de redução na respectiva taxa.

Do mesmo modo, e relativamente às remunerações mais elevadas em que tenha havido agravamento de taxas, deverão as entidades patronais proceder à respectiva correcção e entrega ao Estado do excedente.

Na hipótese de não ser possível à entidade patronal, efectuar as operações de correcção indicadas, competirá aos serviços da administração fiscal proceder aquela correcção em face das relações nominais modelo 8 que as entidades patro-

nais apresentarem nas repartições de finanças durante o mês de Janeiro.

3 — Ainda no campo do imposto profissional esclarecem-se as empresas que a partir de 1 de Janeiro de 1975 lhes é vedado suportar em substituição dos membros os corpos sociais e empregados, o imposto profissional e outros encargos legais que recaiam sobre as respectivas remunerações. Todavia as empresas que em 29 de Agosto tinham já a suportar aqueles encargos, deverão fazer crescer, às remunerações o quantitativo dos encargos suportados, sendo esse o valor total que constituirá o novo vencimento sujeito a imposto profissional.

4 — A preocupação de moralizar e disciplinar a actividade das empresas em função dos superiores interesses económicos e sociais do País levou, por outro lado, a proibir as empresas de efectuarem a partir de 29 de Agosto do corrente ano, quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

5 — Esclarece-se ainda que

Continua na pág. 15

A FAVOR DE UM MINISTÉRIO DA POPULAÇÃO E DAS MIGRAÇÕES

Continuação da pág. 3

melhorar a situação económica global. Quanto ao ministro do Trabalho, que poderia exercer um papel importante no controlo do fluxo emigratório e, mais tarde, quando o desenvolvimento económico o permitisse, no do refluxo imigratório, os problemas de momento, — a agitação social, as greves, os despejamentos em massa, o desemprego etc — ultrapassam por si só a sua capacidade de acção. Aliás, parece-nos defensável, a ideia de constituir, num futuro próximo, um grande Ministério dos Assuntos Sociais que venha a absorver o Trabalho, a População e as Migrações.

Por consequência, a responsabilidade difusa dos ministros, no domínio da emigração, permite-lhes a utilização demagógica do tema, sem se considerarem directamente responsáveis. E por isso que nos cremos essencial que uma voz sirva de referência e se eleve com a mesma autoridade do que as outras, para se fazer ouvir e impor os seus pontos de vista.

Doutra maneira, os problemas da emigração e os interesses dos emigrantes serão sempre encarados com negligência, apesar das boas intenções de todos e dos discursos «revolucionários» aos quais servem de motivo.

No retrato já semiesboçado do que deveria ser um Ministério da População e das Migrações, adivinha-se a necessidade que há de uma cooperação estreita entre este e os outros Ministérios. Um secretário de Estado, por mais poderes que lhe sejam concedidos, será obrigado a percorrer os circuitos burocráticos interministeriais, verticais e horizontais, para

dar continuidade à minúscula tarefa. Ora, hoje, em Portugal os problemas da emigração exigem decisões rápidas e eficazes. Só um ministro estaria em condições de reduzir os canais tecnocráticos. Propõe-se, por exemplo, uma lei que obrigue os bancos a investir uma parte das economias depositadas pelos emigrantes, nas regiões do interior, onde eles são originários. O desenvolvimento da agricultura e das indústrias locais ajudaria a travar o fluxo migratório e até, como já se disse, a desencadear o refluxo. Só um Ministério da População e das Migrações teria os meios necessários de estudar em detalhe, preparar planos locais e fazer pressão sobre um Ministério de Economia talvez relutante. Este preferiria certamente, por questões de rentabilidade, investir esses capitais nos chamados «pólos» de industrialização, como o de Sines.

MIGRAÇÕES INTERNAS

Mesmo se esta última opinião prevalecesse, em Conselho de Ministros, ou se se dispusesse de meios capazes de levar a cabo um desenvolvimento simultâneo e harmonioso das regiões do interior e do litoral, um Ministério da População e das Migrações não ficaria sem objecto. A industrialização acelerada provoca fortes correntes de migração interna.

Quem vai procurar orientar esses movimentos, em massa das populações? Como fazê-las, partir das regiões onde estão mal instaladas e ajudar a reintegrá-las nos sítios mais convenientes? Ao Ministério da População e das Migrações cabe lutar contra o aparecimento de graves de-

sequilíbrios regionais. Os movimentos em massa da população acarretam quase sempre uma patologia social importante, quando não são previstos e organizados. Se os Governos soubessem claramente quanto lhes custa a doença, a delinquência e outras mazelas sociais provocadas pela urbanização das populações rurais, talvez fossem menos entusiastas pelos ditos «pólos» de industrialização.

ÊXODO EVENTUAL DE POPULAÇÕES DO ULTRAMAR

Por último, um outro problema migratório, mas susceptível de tomar proporções catastróficas imediatas, é o que resultaria do êxodo eventual das populações brancas e negras dos territórios ultramarinos em vias de se tornarem independentes. Centenas de milhares de indivíduos viriam refugiar-se na metrópole. Esperemos que isto não aconteça, mas se assim suceder, um Ministério da População e das Migrações deveria estar preparado para tal eventualidade, com planos de acolhimento, de alojamento, de reinserção socio-profissional etc, nas regiões mais indicadas. Se muitas dessas pessoas deslocadas já viveram em Portugal, o que ajudaria a sua integração, a maioria comportar-se-ia como imigrante, em terra estranha.

Por todas estas razões, impõe-se a existência de um forte organismo estatal, capaz de resolver os problemas complexos e trágicos postos por toda uma população em marcha, no sentido literal da expressão: migrações centripetas, internas e centripetas.

Paris, 26 de Agosto de 1974

EUROPA 74

6 MARAVILHOSAS VIAGENS

EM AUTOPULLMAN DE LUXO

31/8	OCIDENTE EUROPEU
21/9	22 dias de viagem
	Preço desde 19 968\$00
31/8	ANDALUZIA
14/9	10 dias de viagem
	Preço p/pessoa 4 790\$00
1/9	VERÃO AMENO
	23 dias de viagem
	Preço p/pessoa 15 920\$00
16/9	ESPAÑA
	ANDORRA E LOURDES
	10 dias de viagem
	Preço p/pessoa 5 430\$00

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1840

LISBOA: A. J. de Almeida e C.ª, Lda
PORTO: A. J. de Almeida e C.ª, Lda
COMBIA: A. J. de Almeida e C.ª, Lda
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Medicina Soviética COLÓQUIO E FILME

HOJE, pelas 21.30 h. no Hospital de D. Estefânia. O colóquio é orientado por Tito Seabra Diniz (médico pela Universidade de Moscovo).

ENTRADA LIVRE

SINDICATO DOS MÉDICOS

DEBATES

DA "SOLIDARIEDADE" COM ASPAS À DEMAGOGIA SEM ELAS

Os trabalhadores do «Jornal do Comércio». Encontram-se em greve desde o dia 22. Parece que a lista das suas reivindicações contém vários pontos. Através da edição de ontem do telejornal sabemos que eram os pontos essenciais: a necessidade da reciclagem do pessoal, com vista à adaptação de novos processos de trabalho; a existência da deterioração das relações humanas dentro da empresa; a necessidade de sanear Carlos Machado, director e administrador do jornal. Mais ficamos a saber que todos os pontos são negociáveis menos o respeitante ao afastamento do director. Ficamos pois a saber que, se procurarmos os motivos essenciais e os motivos acessórios, a confusão não deixa de se instalar: a grande prioridade é dada ao afastamento do director, dado que só esse aparece como inegociável, pelo que, deveremos concluir, que se encontra aí o essencial da greve.

Em resumo: pretendeu-se levar à prática uma greve nacional em que o objectivo essencial no âmbito de um poderoso grupo económico, é o afastamento do director. Foi-se buscar um canhão para matar um mosquito.

Ninguém recusará aos trabalhadores do «Jornal do Comércio» o direito de lutar pelas suas reivindicações. As mais diversas formas de solidariedade e de pressão sobre o grupo económico proprietário do jornal não lhe faltarão no âmbito da restante imprensa diária e, certamente dos restantes órgãos de Informação, incluindo a Televisão e a Rádio.

Ficou, no entanto, por demonstrar, junto da opinião pública, a necessidade da greve geral de Imprensa. Ficou por justificar a dois níveis: ao nível da grandeza do objecto em causa e ao nível da importância da arma utilizada.

Neste sentido, o Telejornal em nada contribuiu ao longo destes treze dias de greve que levam os trabalhadores do «Jornal do Comércio». Nada mais tivemos do que quase inúteis, de tão ligeiros, depoimentos e brevíssimas notícias que frisavam a «justa luta» desses trabalhadores mas omitiam as razões essenciais delas, não apresentavam casos concretos e convincentes e, para cúmulo, não publicavam as medidas tomadas pelos trabalhadores do «Jornal do Comércio» antes de entrarem pelo decisivo caminho da greve; não anunciaram as medidas de solidariedade dos outros órgãos de Informação, tomadas antes de, por sua vez utilizarem o *napalm* da greve nacional.

A má consciência do Telejornal deu-lhe para a demagogia. Frases como «esta luta é um teste para a nossa democracia» são perigosamente ocas de sentido.

A GREVE É BOA PROS OUTROS...

O espalhamento que o Telejornal ofereceu aos telespectadores exerceu-se todo ele no sentido de criar um clima emocional favorável aos grevistas. Claro que sim, claro, o apoio da quase totalidade dos jornais e de rádio, e de rádio. Infelizmente, não se pode encontrar o administrador do Banco Borges e Irmão para mostrar as suas isenções, mas a solidariedade aos grevistas, e os representantes dos gráficos e o comunicado do «Diário de Lisboa», etc, etc.

Porquê, no entanto, a televisão não entrou na greve? En-

tão, meus senhores, então onde está a coerência? Então os jornais sim, os jornalistas e trabalhadores dos jornais sim, e os jornalistas e os jornalistas da televisão não?

O Telejornal, frade melifluo a guardar as mãos nas mangas largas do capuz e a baixar os olhos de inocente malandro, vá de explicar porquê: não entrou em greve para que o País não ficasse sem informação...

O Rádio Clube Português deu uma colossais cobertura ao acontecimento; mas não entrou em greve, o valente Rádio Clube Português, o palavroso Rádio Clube Português através das manhas e artimanhas do locutor Adelino Gomes. O Rádio Clube Português não entrou em greve certamente ponderando fortíssimas razões de interesse nacional.

Mas os meus bem-amados fabianos! Mas então não é tão grave para o povo português ficar sem a informação (coitadinha dela...) do Telejornal como da sua Imprensa diária? Não é tão lesivo do interesse nacional, neste momento, a falta de informação radiofónica como a informação escrita? Então que é isto? Não contentes de brincarmos às greves andamos agora a brincar à greve dos outros?

UMA RATOEIRA

Bem se compreende que não estou a desejar que a Televisão e a Rádio engravidassem. Apenas a desejar que quer uma, quer outra tivessem ajudado a pensar e não a criar perigosos climas emocionais...para uso alheio.

Na realidade, esta greve nacional (com uma digna excepção do *Século* que se recusou a brincar com os punhais) foi uma autêntica monstruosidade. Muita gente infelizmente ainda ignora como na provincia os olhos estão voltados para Lisboa. Muita gente ainda ignora a ansiedade, a sofreguidão com que na provincia se aguardam os jornais diários. Como será possível a tanta gente responsável não ver o impacto que a falta completa de informações ia ter por esse País fora? Como não avaliar a situação de tantos portugueses que, por esse País fora, comem boatos e lêem os jornais e que, se lhes faltam os jornais, passam unicamente a comer boatos...e que e que e que boatos?

Como não viram tantos amigos responsáveis, e em tantos momentos corajosos, a armadilha evidente neste jogo?

Ora repare-se. Os trabalhadores do «Jornal do Comércio» nada mais querem, por agora, do que o afastamento do director. Têm, suas razões: é legítimo, fascista pensará e agirá como fascista com todos os perigos para uma informação honesta, dentro do espírito do «25 de Abril». Mas quem é esse director? É uma grande pinha? Credol! Nós conhecemo-lo daqui do «Diário de Lisboa» onde nunca passou de um profissional que, enfim, não falemos disso. Mediocrezinho, em suma.

Peça fundamental no xadrez empresarial do grupo Borges? Deixem-me rir. Estava bem arranjado o grupo se em algo de essencial dependesse dele.

Sendo assim, que forças o prendem ao grupo Borges? Que cordelinhos misteriosos, que segredos, que riquezas de organização ou devoção guardará ele? Porque Miguel Quina, que é um homem inteligente, faz deste pobre homem cavaleiro de batalha?

Esta atitude deveria levantar



Por MARIO CASTRIM

as maiores dúvidas a toda a gente. Depois de pensar no assunto, Ernesto Tomé, do «Jornal do Comércio» diz-nos: «Talvez por detrás desta estejam outros objectivos: os trabalhadores da Informação supõem que o Banco Borges e Irmão está desencadeando uma política de desfaio isto é, colocando os trabalhadores da informação em posição de confronto com o Governo e com as Forças Armadas, exactamente um trio que interessa desfazer. Interessa abrir uma brecha».

O amigo Tomé, ó meus amigos da Imprensa portuguesa! então com um sinal destes, então com uma suspeita assim tão grande — e deixam-se embarcar nela tão infantilmente? Conhecem a possível armadilha e deixam-se gostosamente prender nela? Parece impossível: Qualquer ratito que se preze já não se deixava cair numa ratoeira dessas.

O SÉCULO E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Como se disse, os trabalhadores do *Século* deram uma extraordinária lição de coragem, de lucidez, de colocação político. Para eles, mais fácil era entrar em greve, ir na onda, concorrer para a «solidariedade». Recusaram a facilidade Aceitaram aquela incomodidade, momentaneamente, pode resultar da assunção de certas ideias feitas ou das pressões de certas minorias inconscientes que se mexem muito para terem a ilusão de que têm um papel histórico. Os homens da Informação, se devem solidariedade a alguém, devem-na em primeiro lugar aos trabalhadores do *Século* que se mostraram perfeitamente à altura da responsabilidade que a construção democrática do País nos exige e nos impõe.

Que frutifique o seu exemplo de maturidade política, a sua consciência de classe, a sua determinação de não permitir que se abra mais insignificante brecha entre o povo, o seu Governo e as suas Forças Armadas.

Vivam os trabalhadores do «Século»!

SÉCULO, TELEVISÃO E SIMPATIA

Deve dizer-se desde já que a atitude do «Século» não contou com a mínima simpatia do Telejornal nem dos responsáveis da Televisão portuguesa. Foi o único jornal que este-

ve ao lado do povo, do Governo e das Forças Armadas e isso não bastou para desencadear um movimento de simpatia da Televisão Portuguesa. Arre, que a televisão é exigente! Mas então, o major Eanes, o senhor não é o representante das Forças Armadas na Televisão? O que é que o senhor major lá está a fazer? O sr. coronel Casimiro Gomes, que interesses afinal o preocupam senão a máxima defesa do nosso Governo Provisório? Como é que no Telejornal o *Século* aparece tratado como parente muito pobre, como a ovelha ranhosa do rebanho limpinho?

Certo, a reportagem da Televisão foi lá. Foi lá e democraticamente ouviu um grupo da minoria (que era o sr. Roby Amorim, prémio SEIT da reportagem e que tem como coroa de glória uma entrevista das arábias) e um elemento da maioria. Significativamente, porém, falou-se apenas em minorias e maiorias, guardando-se de apresentar números concretos que melhor definissem o valor da recusa à greve. Bastará, por exemplo, dizer que a minoria não chegou à meia dúzia de trabalhadores...

..Ao sr. Roby Amorim até foram dadas honras de perguntar qual a sua situação particular no meio de tudo aquilo. Como se os milhões de telespectadores estivessem realmente interessados na posição no meio de tudo aquilo de tão ilustre personalidade...

A caminhar assim, o Telejornal ainda acabará por se transformar num programa humorístico. Mas de um humor tão negro...

E no entanto, se o Telejornal estivesse realmente empenhado em elucidar os telespectadores das verdadeiras razões do *Século*, e não das confusões de um Roby qualquer, se o Telejornal estivesse realmente postado em lançar alguma luz sobre os acontecimentos, tinha bom processo: bastava-lhe ler os comunicados publicados na edição do *Século* de ontem. Na edição maldita (inconcebível!) para a Televisão portuguesa.

Não o fez. Certamente por falta de tempo...

OS GOLPES BAIXOS

Há de fazer-se em breve a história desta triste página da vida portuguesa, uma das mais tristes do nosso tempo. Há de fazer-se essa história para se

conhecerem processos, opções, atitudes.

Para já, não posso deixar passar em claro certos golpes baixos. Da Televisão e não só.

Palavras textuais do Telejornal: «Verifica-se que a situação criada implicou uma tomada de posição dos principais sindicatos ligados à Imprensa».

O telespectador desprevenido, ao ouvir isto, fica livre de pensar o que quiser a respeito do acolhimento dos sindicatos referidos. Ora, pelo menos no que diz respeito ao Sindicato dos Jornalistas ele apenas decidiu apoiar as formas de solidariedade que em cada jornal se tivessem por convenientes.

No que diz respeito ao Rádio Clube Português, aconteceram factos algo estranhos...

No noticiário das nove horas Adelino Gomes anunciou ao País que o «Diário de Lisboa» entrara em greve. Era falso. O Plenário dos trabalhadores nem sequer principiara ainda...

O mesmo Adelino Gomes, ao referir um comunicado do *Século*, apenas leu as conclusões desconhecendo completamente os considerandos. Ora era precisamente nos considerandos que se encontrava a justificação da atitude dos trabalhadores do *Século*.

É isto a informação correcta? É isto a isenção? Afinal de contas que interesses está a servir a informação no Rádio Clube Português?

Liberdade? Sim. Mas não para os golpes baixos. É muito triste. E muito feio.

...E AGORA, COMO É?

Na última emissão do Telejornal, à meia-noite, dois comunicados: do Sindicato dos Jornalistas e dos trabalhadores do

Diário de Lisboa. Em ambos se recusa a continuação da utilização da greve geral como arma para solucionar a greve do «Jornal do Comércio».

No que diz respeito ao Sindicato, a sua falta constituiu em, ao decidir apoiar as formas de solidariedade, não exclusisse, para já, a greve.

Quanto ao «Diário de Lisboa», embora houvesse pofto reservas ao uso da greve, a verdade é que entrou em greve, em greve de facto, qualquer que seja o eufemismo que se utilize. Se entrou em greve, ele e outros jornais, é porque verificou que a greve de 24 horas era eficaz, era «um aviso ao patronato». Se se entrou em greve geral de 24 horas, de duas, uma: ou ela resolve ou ela não resolve. Se resolve, está resolvido, acabou-se. O patronato agachou-se. Mas se não resolver, de duas uma: ou se chegará à conclusão que a sua utilização foi incorrecta ou se julgará que foi correcta, isto é, que não havia outras formas de luta. Fez-se tudo, nada resultou, chapéu: ficou a greve.

E como não haverá outra arma, há que continuar a greve: primeiro, dois dias; depois, um mês; depois encomenda-se um bom caixão de mogno e uma bela coroa de flores. Talvez de cravos...

Dentro de cada jornal, a partir de agora, a crítica e a autocritica estão na ordem do dia. Para aprendermos a votar às cegas. Pode ser perigoso isto de votarmos às cegas. Março aproxima-se...



Compañia Trasatlantica Española, S. A.

MADRID

anuncia os navios

«GALEONA» e «VALVANUZ»

para

NOVA IORQUE

BALTIMORE

NORFOLK

em 16 de Setembro

para

NOVA IORQUE

BALTIMORE

em 30 de Setembro

e, a seguir de quatro em quatro semanas, sempre à segunda-feira, (salvo motivo de força maior) no

Cais de Xabregas, Cais Livre

Agentes em Portugal

WIESE-TRANSPORTES, S. A. R. L.

R. Alecrim, 12 A, Lisboa-2

Telef. 370241/9

Teleg. Wieseco -- Telex 12322 Wiese P.

aguiar

Rua do Carmo, 17-19 — Rua Augusta, 86-96

SALDOS

PRONTO A VESTIR PARA HOMEM E SENHORA DAS MELHORES MARCAS

NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Lanifícios * Sedas * Algodões * Malhas Camisaria

PREÇOS EXCEPCIONAIS

SALDOS

NA QUADRANTE

LIVROS DE MATEMÁTICAS, FILOLOGIA SETEMBRO

ESPECTÁCULOS



UMA NOVA MADRUGADA

A Emissora Nacional, ao entregar a sua programação da madrugada a uma equipa de jovens locutores, deu mais um precioso passo no caminho da renovação a que parece ter-se proposto. Renovação de processos, renovação de mentali-

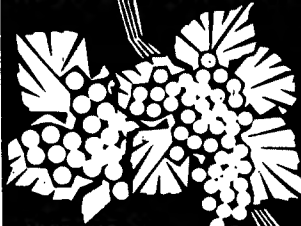
dades, renovação, até, de conceitos estéticos. Na foto, podem ver-se — por sinal numa sala antes reservada aos mais altos dignitários da ex-corte do Quilhas, os «conselheiros de programas» — os novos profissionais da estação oficial, numa reunião de trabalho com Delfim Moura e Álvaro Belo Marques, directores da programação e grandes responsáveis pelo que de bom (já se) e mau (ainda) se ouve na Emissora Nacional.

VISITE A
AGRO 74
DE 7 A 15 DE SETEMBRO



BRAGA

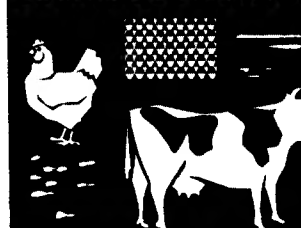
VISITE A
AGRO 74
DE 7 A 15 DE SETEMBRO



VISITE A
AGRO 74
DE 7 A 15 DE SETEMBRO



VISITE A
AGRO 74
DE 7 A 15 DE SETEMBRO



INFORMAÇÕES:
APARTADO 60
TEL. 22723
BRAGA

CRÍTICA DE CINEMA

Lauro António

A Igreja em debate: "A Mulher do Padre"

Título original: LA MOGLIE DEL PETRE
Realização: Dino Risi, 1973 (Itália)
Argumento: Dino Risi, Ruggero Naccari, Bernardino Zapponi
Fotografia (Technicolor): Alfio Contini
Música: Armando Trovajoli
Produção: Carlo Ponti
Intérpretes: Marcello Mastroianni (Don Mario); Sophia Loren (Valeria Billi); Venantino Venantini (Maurizio); Jacques Stany (Kimmy Guitar); Pippo Starnazza (pai de Valeria); Augusto Mastrotoni (Monsenhor Caldana); Giuseppe Maffioli (David Libretti), etc...
Distribuição: Columbia e Warner
Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos.
Estreia: Cinema Monumental (21.8.1974)

Dino Risi, saído do neo-realismo (foi um dos autores do «filme-manifesto» deste movimento cinematográfico aparecido em Itália depois da queda do fascismo, assinando um episódio da obra *Retalhos da Vida* — Amore in Citta, 1953), é incontestavelmente o maior autor

da comédia transalpina género onde tantos naufragam e onde o oportunismo e a mediocridade campeiam. São de Dino Risi alguns dos títulos essenciais para uma hipotética história da comédia transalpina: *Sob o Signo de Vénus*; *Pão Amor E...*; *Pobres, mas Belas*; *A avó Isabel*; *Belas, mas Pobres*; *Veneza*, a *Lua e Tu*; *Pobres Milionários*; *O Viúvo*; *O Castigador*; *Uma Vida Difícil*; *A Ultrapassagem*; *O Sucesso* (depois assinado por outro realizador, que terminaria o filme: Mauro Morassi); *I Monstri* (proibido pela censura fascista portuguesa); *Dia de Férias*; *O Gaúcho*; *Le Bambole*; *I Compressi*; *I Nostri Mariti*; *Operação São Gennaro*; *O Tigre*; *O Profeta*; *Noivado à Italiana*; *Vejo Tudo Nu* (profundamente deturpado pela censura, que cortou vários episódios: aliás Dino Risi sempre foi muito «mal visto» pela censura nacional...); *Il Giovane Normale* este *A Mulher do Padre*, a que se segue *Noi Donne Siamo Fatte Così*; *Em Nome do Povo Italiano*, e *Fim de Semana Illegítimo*. Com variações de qualidade e interesse, sobretudo com alguma oscilação de rigor todos estes filmes reflectem contudo apontamentos importantes da sociedade italiana, muitos deles de forma vigorosa e ácida, sempre com uma invulgar sensibilidade e um humor profundamente italiano, excessivo e «operático», mas quase sempre contido nos limites de uma intencionalidade óbvia

e raramente gratuita. O que, em contrapartida, parece ser a grande pecha de muitos dos seus colegas de ofício, que não resistem à tentação do humor fácil, desleante e grosseiro.

A Mulher do Padre não é dos seus melhores filmes, mas é abertamente uma comédia a não perder, interpretada por Mastroianni e Loren de forma admirável, dada a segura direcção de actores que Risi demonstra mais uma vez possuir. Direcção de actores que Risi demonstra mais uma vez possuir. Direcção de actores que Risi demonstra mais uma vez possuir. Direcção de actores que Risi demonstra mais uma vez possuir. Direcção de actores que Risi demonstra mais uma vez possuir.

A Mulher do Padre trata um tema em debate em todo o mundo, muito particularmente em Itália, nas redondezas do Vaticano: o celibato do padre católico. O filme ilustra um «caso», o de Don Mario, que se apaixona por uma *ragazza* impetuosa, Valeria Billi, que um dia lhe cai na linha de uma chamada telefónica SOS. Don Mario não quer ao princípio admitir a realidade dos factos, mas a verdade é que aquela mulher o «inquieta». Não se trata de «ter perdido a fé» de «regenerar a religião», «deixar o sacerdócio». Trata-se, muito simplesmente, de poder acumular o amor a Deus e o amor de uma mulher, casar, ser terrivelmente feliz, ter filhos, ensinar a amar a Deus...

Mas, no Vaticano impera o tradicionalismo. A burocracia tudo destrói. Os maus exemplos são maus exemplos se se tornarem conhecidos. Por isso, Don Mario acaba por se submeter à ordem superior hierárquica e aceitar uma casinha numa dependência perto da nunciatura. Para essa casinha, «onde há um quarto vago», convida Valeria. «enquanto o seu caso se não resolve». Este convite engloba um mundo de suspeitas, que não são só suspeitas. Que são sobretudo a capa de decência para ocultar a «vergonha» da carne e dos seus desejos. Acima de tudo a moralidade da fachada que para esta se manter se tenha de abdicar de toda a moralidade interior. Esta a «moralidade» atingida pela comédia de Risi.

Um belo filme, ainda que um pouco irregular, onde se podem apontar excelentes momentos de humor, como, por exemplo, logo a sequência inicial (o rompimento entre Valeria e o seu anterior noivo, a ida de Don Mario a casa dos pais de Valeria, etc. Um filme que, mantendo, uma dignidade evidente, consegue tratar de um tema aparentemente tabu. Onde se descobre que facilidade não se confunde com oportunismo. Risi é ágil e oportuno. Outros o não conseguem (ou o não pretendem...) ser.

FESTIVAL DE CINEMA DA FIGUEIRA DA FOZ

De hoje até 12 do corrente, de novo na Figueira da Foz, decorre mais um, o terceiro, Festival Internacional de Cinema. Desta feita com obras in-censuradas, e com estrutura competitiva. Muitos são os títulos programados, agrupados em três frentes: filmes portugueses de entre 1930 e 1950; filmes já contratados para futura exibição comercial em Portugal; filmes enviados propositadamente para este Festival.

Ainda sem ordem definitiva, estes são os títulos:

a) Filmes portugueses: *A Severa*, de Leão de Barros; *A Aldeia da Roupas Brancas*, de Chiança de Garcia; *A Revolução de Maio*, de António Lopes Ribeiro; *A Canção de Lisboa*, de Cotinelli Telmo; *João Ratão*, de Jorge Brum do Canto; *Chaimite*, de Jorge Brum do Canto e *Rapsódia Portuguesa*, de João Mendes, todos exibidos em sessões matinais (11 horas), fora de competição;

b) Filmes já contratados para exibição futura em Portugal: *Reajane Padovana*, de Denys Arcand (Canadá); *Deep End*, de Jerzy Skolimovsky (Inglaterra); *Salamandra*, de Alain Tanner (Suíça); *Les Arpenteurs*, de Michel Sauter (Suíça); *La Maman et La Putain*, de Jean Eustache (França); *O Barão Aventureiro*, de Karel Zeman (Checoslováquia); *Week-End*, de Jean-Luc Godard (França); *A Audiência*, de Marco Ferreri (Itália); *Valéria*, de Jaromil Jires (Checoslováquia); *Um Verão em Okinawa*, de Oshima (Japão); *Petit à Petit*, de Jean Rouch (França); *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha (Brasil); *Le Sourire Vertical*, de Robert Lapoujade (França) e *Sofia e a Educação Sexual*, de Eduardo Gueda (Portugal);

c) Filmes enviados propositadamente a este festival (portanto com exibição comercial ainda não assegurada entre nós): *Erica Minor*, de Bernard Von Effenterre (Suíça); *Paisagem Morta*, de Istvan Gaal (Hungria); *O Espírito da Colmeia*, de Victor Eice (Espanha); *La Prima Angélica*, de Carlos Saura (Espanha); *A Morte do Director do Circo das Pulgas*, de Thomas Koerfer (Suíça); *Home, Sweet, Home*, (Bélgica); *A Reconstituição*, (Grécia); *Esta Noite ou Nunca*, de Daniel Schmid (Suíça); *O Recruta e finalmente Os Últimos Teares Caseiros* (Suíça).

Conclusões desde já a tirar: representação maciça do cinema suíço, à mistura com alguns cinemas de outros países menos conhecidos em Portugal (Espanha, Canadá, Checoslováquia, Hungria, Bélgica, Grécia, Brasil, etc). Um festival quase sem «grandes títulos», mas que promete algo de interesse, senão mesmo de excepção.

Lá estaremos, e do que virmos daremos relato condizente aos leitores do D.L.

ALUGAM-SE

APARTAMENTOS

GRANDE LUXO — MOBILADOS — NÃO MOBILADOS
AV. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO, 89

MONUMENTAL

Telef. 555133
VASCO MORGADO APRESENTA
HOJE 2 SESSÕES
As 20.45 e 23 horas
Um **SUSEXO** em Lisboa
O ÚLTIMO FADO EM LISBOA
Com **BADARÓ**
Alina Vaz, Sandra, David Silva, Carlos Queiroz, Cristina Cassola, Nuno Emanuel e Ana Le Matre
Ballet de **Fernando Reina**
Colaboração da Estrela Internacional
VIOLETA MONTENEGRO
El Amerindio/Barry Burgess
O corpo sem censura de **POUPÉE LA ROSE**
Vedeta do Crazy Horse Saloon de Paris
O show russo de **VAHÉ DJERRAHIAN**
em danças e cantares da URSS
HUMOR, LINDAS MULHERES E MÚSICA NUM SÉRIOSO TEATRAL
(Interdito a menores de 18 anos)
Domingos: «matinéas» às 16 h.; 2.ª Feira: Des-canso da Companhia.

EXCURSÕES abreu EM AUTOPULMAN

Se está interessado numa excursão de pequena duração, (1, 2 ou 3 semanas), peça-nos o livro (grátis) "EUROPA 74".
Se prefere uma excursão de maior duração, visitando todos os principais países da Europa, peça-nos o livro (grátis) "COM ABREU O MUNDO É SEU".
EXCURSÕES TRADIÇÃO NA QUALIDADE
abreu
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1940
LISBOA: Av. da Liberdade, 160 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua da Sota, 2 • Telef. 2 70 11/2

Um espectáculo de
RAUL SOLNADO

TEATRO VILLARET

2.ª, 4.ª, 5.ª, às 21.45
SÁB., 2 sessões às 21 h. e 23 h.
DOM., matinee às 16 h.
e sessão às 21.45
2.ª F. — descanso

LIBERDADE LIBERDADE

de Luís Francisco Rebello, Luís de Lima e Hélder Costa, baseado no roteiro do espectáculo de Millôr Fernandes e Flávio Rangel
LUÍS DE LIMA
CÉU GUERRA
JOÃO PERRY
Encenação: Luís de Lima
Música: José Mário Branco e Fausto
(Não aconselhável a menores de 13 anos)

Externato Santa Bárbara

Rua Passos Manuel, 24, r/c — Lisboa — Telefone 561383

PREPARATÓRIO LICEAL — PRIMÁRIO

MÉTODOS AUDIO-VISUAIS
CURSOS DE RECUPERAÇÃO
DIURNO — NOCTURNO

LEIA O JORNAL **motor**



GRAL

Vampiros do Alentejo

Estar no Alentejo é estar no cerne de um Povo chamado Portugal. Passar pelo Alentejo é passar por uma fornalha onde um País há-de caminhar para a Revolução real, ou partir para todos os Chiles, que, as indecisões e cedências forjam e recriam.

Andar pelo Alentejo e não ver que, em Se-

tembro de setenta e quatro, os grandes senhores da terra (latifundiários ainda retintos de um feudalismo entranhado), continuam altivos e já recomçam a espezinhar os camponeses, é dar o antebraço à reacção agrária e a mão sem punho cerrado, a todas as repressões rurais ainda agora em

estado latente.

Trair um Povo, matar uma Revolução, chamo eu lutar apenas com palavras, escondendo em cravos rubros as armas que deveriam liquidar, ou pelo menos destronar, os vampiros do trabalho escravo.

MANUEL GERALDO

espelho da imprensa

FIM A FEIRA DE S. MARTINHO EM MOLDES BURGUESES

«A Golegã enferma, como todas as terras rurais por um abandono total da vida política, um refúgio no medo e no abandono das reivindicações políticas e salariais. O aparelho fascista dum lado a causar indiferença, e o próprio deixar correr da população rural e de alguns antigos democratas levou a um estado de coisas de parálise e triste abandono. É natural (?) que depois do 25 de Abril o número de democratas goleganenses presentemente em acção, tenha dificuldades em desfazer a indiferença burguesa e reacção dos engravados da vila e do entorpecimento das classes trabalhadoras. Trabalhadores a quem presto a minha homenagem, esses camponeses que durante 50 anos foram desprezados e explorados no sangue e no suor.

A Golegã foi tornada uma terra morta, e, embora custe dizê-lo, pois também sou goleganense, o seu cemitério é talvez a sala de visitas mais própria para todos, os forasteiros e os habitantes...

Deixo aqui estas ideias que quero tornar públicas: Homenagem aos camponeses da Golegã, os primeiros cidadãos da nossa terra; Homenagem à família Thó, que se manteve sempre na luta democrática; Homenagem póstuma a João Malhão, vítima do fascismo e que regressou cego da prisão, onde sofreu os piores tratamentos dos assassinos da Pide; pedido de que seja dado o nome dum rua da vila a João Gonçalves Malhão, vítima do fascismo. Dar o nome dum rua à vila de Alpiarça, de homenagem ao seu povo, como o maior exemplo popular rural de luta corajosa e permanente contra o fascismo; Auxílio económico à Sociedade Filarmónica Goleganense 1.º de Janeiro, para que possa continuar com o ensino da música da cultura e da recreação.

Saneamento das autarquias locais por elementos democráticos, da confiança popular; colóquios e comícios destinados a esclarecer a população dos seus direitos políticos e sociais; ajuda e colaboração ao

Núcleo Cultural da Sociedade Columbófila da Golegã. Manifesto ainda a minha confiança no cidadão António da Silva Thó para presidir à comissão com vista à gerência da Câmara Municipal.

Vivam os camponeses e operários da Golegã!

Deste modo: fim da actual Feira de S. Martinho nos moldes burgueses em que se tem feito, e que se comece a fazer uma feira que foi sempre aspiração popular: Feira das Barracas com início nos dias 10 de Novembro com taxas municipais reduzidas. Toda a gente sabe que a «Feira dos Cavalos» é um «bluff» e um mito e uma ofensa aos trabalhadores pobres e explorados. A feira dos cavalos pode continuar, mas não pode constituir cartaz alienatório e achincalhante do povo da Golegã: vale mais um camponês que todos os cavalos de raça e todos os marialvas e amazonas do mundo!»

(«Carta para a Golegã», por Carlos Patrício Faria, «Jornal da Chamusca», n.º 52, de Julho de 1974).

JOSÉ NÃO V. CLARO

O MPP é o Movimento Popular Português de nome, o que quer dizer pouco. O MPP não é o Movimento Popular Português de facto, o que quer dizer muito.

Um Movimento só é popular se o povo lhe garantir o seu apoio. O MPP não fez comícios, não organizou manifestações, não juntou milhares, ou centenas, ou dezenas, sequer, de pessoas. Não provou que era popular. O MPP não é popular.

E, se não é popular, não pode ser o Movimento Popular Português. Seria, quando muito, um Movimento Português. Mas não é. Um movimento actua ou não é um movimento. E o MPP actua. Um movimento português é activado por portugueses. O MPP não assina os «slogans» que escreve nas paredes, não localiza a sua sede, não prova a sua nacionalidade. O MPP é um movimento que pode não ser português. O MPP é um Movimento Não Popular e Duvidosamente Português. O MPP não é o MPP. É o MNPDP.

O MNPDP não utiliza só o pseudónimo MPP. O MNPDP também utiliza o pseudónimo José V. Claro (para se ler, obviamente, José vê claro).

É da autoria de V. Claro e da responsabilidade do MNPDP o folheto de oito páginas intitulado PCP — Um Partido Fascista, com o subtítulo: Breve análise ao programa oficial do Partido Comunista Português. Nesse folheto se procura provar que o PCP não interessa porque é fascista.

Para provar uma coisa há que demonstrá-la e, para a demonstrar, há que ser claro.

O livrinho proclama que o programa do PCP revela «o carácter agressivamente fascista do partido político que reclama, e com razão, o primeiro lugar na luta contra o fascismo ou contra o que assim é chamado, para ficar mais fácil de criticar». Isto não é claro.

Porque se o que «é chamado fascismo», contra o qual o PCP sempre lutou, não era fascismo, então o MNPDP pode dizer: o regime anterior ao 25 de Abril não era fascista. E o MNPDP prova que não sabe o que é fascismo. Assim, o MNPDP pode chamar fascista ao PCP. Isto já é claro.

Por Nuno Gomes dos Santos

O folheto pretende refutar o que vem no programa do PCP e, para refutar, é necessário derrotar e, se possível, contrapor.

Ora, pode ler-se no livrinho em questão (pág.5) que o PCP pretende que se denuncie a dívida externa, pois foi contraída para fins considerados ilícitos pelo PCP. Pensará este que um problema dessa índole se resolve com tanta facilidade? (...) Até porque o país que assim procedesse só tornaria a obter crédito externo em empréstimos de carácter político e estes pagam-se em perdas de independência nacional, ou seja, muito mais caros do que outros empréstimos quaisquer.

O MNPDP aflige-se com a «perda da independência nacional» e ignora ostensivamente que o programa do PCP refere, a págs. 81, a conquista da verdadeira independência nacional e o consequente abandono de uma política externa enfeudada ao imperialismo.

O MNPDP esquece (?) que os empréstimos que o País vinha contraindo de há alguns anos a esta parte eram canalizados, em grande parte, para as despesas com a guerra colonial, vinham do ocidente e eram... políticos. E quem ignora isso ou não está informado e é ingénuo, ou está informado e é mentiroso.

O MNPDP está informado. O MNPDP é mentiroso.

Mais grave ainda: diz o livresco do autoproclamado MPP, em relação às colónias portuguesas, que referendo, sim; abandono, não. Se no território houver vários movimentos inconciliáveis (e é esta a situação existente), a qual deles se faz a entrega? E se, em algum ou alguns desses territórios, a respectiva população quiser continuar a ser portuguesa? Tudo isto fica sem resposta por uma simples razão: a vontade alheia pouco ou nada interessa ao fascismo, mesmo quando este se chama P.C.P. Isto diz o folheto do Movimento Popular (?) Português (?). O mesmo folheto diz também que a frase «transferência imediata do poder» se pode ler no capítulo 7.º, n.º 1, do Programa do P.C.P. Só

não diz que, do mesmo número do mesmo capítulo, o texto integral é o seguinte:

Negociações e acordos com os representantes dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde para a transferência imediata do poder para governos dos respectivos estados independentes

Portanto, «negociações e acordos» e não a transferência pura e simples e não o abandono. E são essas negociações que estão a decorrer entre o Governo Provisório e os movimentos de libertação das colónias portuguesas. E foi o direito das mesmas colónias à independência que foi declarado publicamente pelo Presidente da República num discurso histórico.

E é com isto que o MNPDP não concorda, apesar de afirmar que apoia o Movimento das Forças Armadas e de se achar cheio de «bom senso» (op. cit. pág. 6).

E se o MNPDP não concorda com isto e se chama fascista ao P.C.P. por concordar, o MNPDP está a chamar fascista ao Governo Provisório. E se chama fascista ao Governo Provisório, também distingue com o mesmo epíteto o M.F.A., largamente representado no Governo.

Depois disto, põe-se a pergunta: o que é o chamado MPP? É um movimento que não é popular. Que pode não ser português. Mas... que movimento? Com que ideologia? Por exclusão de partes: se o M.F.A. é fascista, porque derubou o fascismo; se o P.C.P. não é fascista, porque está num Governo de coligação onde também está o M.F.A.; se os outros partidos políticos que estão no Governo Provisório não são fascistas pela mesma razão; se o dito MPP não está de acordo com o Governo Provisório; se o autoproclamado MPP não é da extrema-esquerda porque a critica (pág. 1, o p. cit.); se o chamado MPP não se afirma ligado a nenhum outro partido dos muitos que por aí há e que não passam do «Centro», então o MPP não está à Esquerda nem ao Centro: está à direita; então o MPP é fascista, então o José não V. Claro.

Dizem os leitores

Ai de nós se adormecêssemos

De vez em quando também acontece: em vez do insulto costumeiro e anónimo, vem uma carta simpática. Esta que recebemos há dias, enviada ao nosso camarada Josué da Silva (mas que não o envolve só a ele), é mais do que simpatia. Um nosso atento leitor, sr. Armando Borges, morador em Lisboa, na Rua Dr. Gama Barros, 3-4.º-F, lembrou-se dum certo desabafo feito há cerca de dois anos, numa conversa de amigos, daquele nosso camarada. A verdade é que ninguém é profeta neste jornal. Mas quando o Josué da Silva, decerto pela força do desespero e também para quebrar o desespero do seu interlocutor, lhe disse que o regime fascista não iria durar dois anos, acertou em cheio. E, não eram decorridos dois anos, eis que surge o «25 de Abril». É a isso, a essa certeza de futuro que todos nós então desejávamos forçar,

que se dirige a carta do nosso leitor Armando Borges, carta pouco vulgar pelo conteúdo e forma e que fala assim:

Caro Josué da Silva: Há pouco, serpando o troço Colares/Sintra, onde há precisamente dois anos quis o acaso que a meu lado discorresse a voz do dono do punho que de quando em vez vai brandindo o látigo em chicotadas cílicas, lembrei-me uma vez mais do seu desabafo daquela manhã: «Não sou dos que partilham de um negro pessimismo; no entanto ainda terei mais uns dois anos... talvez mais dois anos...»

Dois anos! Eram efectivamente quase dois anos passados quando a meio desta Primavera húmida se rebentou o nagalho na boca do saco do tédio. Dois anos, Josué da Silva! Oh abraço grande que ficou suspenso, oh tantos suspensos abraços de gratidão para

vós outros, barreiras atrás das quais nos acolhemos e aguardamos tantas vezes alvoraçados!

Lembrei-me e lembro-me do seu desabafo — dizia — sobretudo desde a sua referência a certa carta anónima que, mais pueril do que imbecil podia contudo identificar muitos, infelizmente ainda muitos mortos-vivos; muitas mãos crispadas arrepanhando a pele de panças venais, muito paranoico inventariando em desespero tais ou quais figuras à razão de dois testículos por cabeça...

Ah Josués, ah Torquatos, ah Urbanos, ah Mários, ah Marias Judites, ah todos vós, nosso património e nossas armas, ai de vós e de nós se adormecêssemos!

Um abraço fraterno, Josué; uma saudação em alegria lúcida, por mim, pelos «Antónios Firmes», por todos os que vos devem e mais haverão de vos dever!

REPORTAGEM

FASCISMO NOS ESTABELECIMENTOS TUTELARES DE MENORES (1)

Centenas de queixas contra crianças e adolescentes são todos os anos apresentadas nos tribunais de menores. Autores: quase sempre os familiares. Motivos: a inadaptação a «uma vida social normal», revelada quer por comportamentos quer por tendências; a entrega à mendicância, vadiagem, prostituição ou libertinagem; e a prática de algum acto que a lei qualifica como crime ou contravenção.

Em consequência dessas queixas, o tribunal pode aplicar medidas de assistência de melhoramento ou reeducação e penas. Ao direito penal só estão, porém, sujeitos os indivíduos com mais de 16 anos. Até essa idade, são considerados inimputáveis, e só lhes podem ser aplicadas medidas de assistência e de educação e correcção. Entre umas e outras não há, na prática, qualquer diferença; quer dizer, do mesmo tratamento que é dado aos «indisciplinados» sofrem os «desamparados».

Antes de tomar qualquer destas medidas, o Tribunal determina que os menores sejam observados em «Centros de Observação» que lhes são anexos, por período não superior a 4 meses. Com base na informação dos Centros, os menores podem ser «devolvidos» às famílias, colocados em regime de liberdade assistida, entregues a estabelecimentos de assistência, internados em institutos médico-psicológicos ou enviados para institutos de reeducação. Este é o caso mais frequente.

Falaremos do Centro de Observação (Divisão Masculina e Feminina) anexo ao Tribunal Central de Menores da comarca de Lisboa; referir-nos-emos depois aos dois institutos de Reeducação de Lisboa: o Instituto de S. Domingos de Benfica, para raparigas, e o Instituto de Reeducação Padre António de Oliveira, em Caxias.

Uns e outros são classificados, pela lei, «estabelecimentos tutelares de menores», o que é uma designação. Nuns e noutros mora o fascismo com as suas normas de repressão e de exploração, o que é um facto.

A Divisão Masculina do Centro de Observação anexo ao Tribunal de Menores é um velho palácio cercado por um muro, em cuja entrada principal, um portão monumental fechado sobre o Tejo, se lê a palavra «Refúgio».

Por esse portão entram anualmente perto de 300 rapazes, dos 9 aos 16 anos, que o Tribunal, perante as queixas das famílias manda observar, antes de decidir do seu futuro destino.

Quais os seus «crimes», ou sintomas de inadaptação? Naturalmente, a vadiagem, o furto, a prostituição. Na verdade, «em 90 por cento dos casos são factores de ordem socio-económica que estão na origem da vinda dos rapazes», afirma quem dirige a casa.

No entanto, para cerca de

uma centena, o portão só volta a abrir-se definitivamente alguns meses (em teoria quatro mas quase sempre mais) ou mesmo um ou dois anos depois. Para a liberdade? Ainda não: quase sempre para a «casa de correcção».

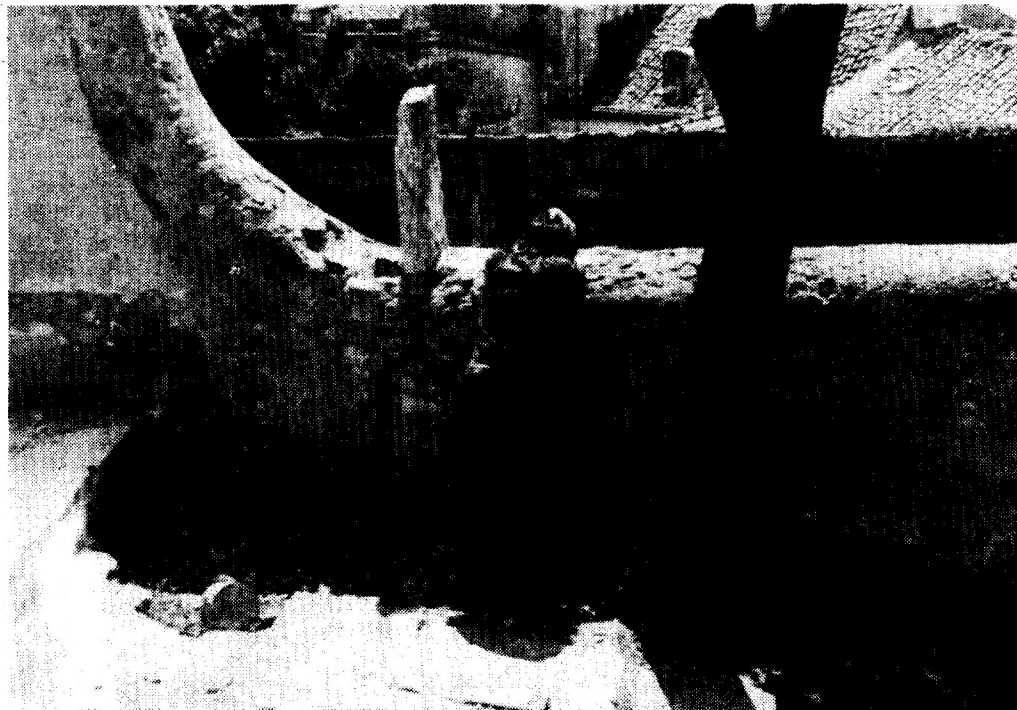
Dos 259 rapazes que foram observados no ano passado, 125 tiveram melhor sorte: puderam sair algum tempo depois, para voltar a entrar periodicamente, como quem comparece num vulgar consultório médico (salva a distância do medo), sem que a observação implicasse o seu internamento. Beneficiaram do chamado «regime ambulatorio» que, por vezes, (sessenta casos em 1973) se aplica apenas na primeira ou na última fase da observação. E o regime preferido dos responsáveis do Centro (onde, de resto, não há mais de cem lugares), mas exige famílias «idóneas» dispostas a guardar as crianças.

«Não obedecemos a normas rígidas, mas o internamento é uma medida extrema, que contraria o objectivo de reinserção na família e na sociedade que este serviço se propõe — afirma o director do Centro (também da Divisão Feminina), dr. Mário Bento, que até há pouco tempo acumulou com estas funções as de director da Censura, depois de ter sido governador civil da Guarda.

E ele que nos diz, também, referindo-se aos métodos de tratamento seguidos pelo Centro:

«Isto é uma estrutura de protecção e, de maneira alguma, uma instituição repressiva.

Um médico da clínica geral e um enfermeiro, quatro educadores (em princípio, professores primários), monitores-vigilantes três orientadores sociais (assistentes sociais), um assistente religioso (padre), um mestre de sapataria, algumas vezes um mestre de carpintaria (o lugar está vago) e um professor de educação física acompanham regularmente os 90 rapazes que se encontram actualmente internados no Centro e os 70 que o frequentam ambulatoriamente. As suas informações sobre o estado e o comportamento dos menores determinará o parecer que o director fornecerá ao Tribunal



A nostalgia de um afecto desconhecido

e que, por sua vez, influenciará a decisão do juiz. De salientar que não há ali um psiquiatra ou psicólogo.

A Divisão compõe-se em três secções, — «famílias» — de acordo com as idades dos seus hóspedes. A maior parte destes tem entre 14 e 16 anos. Com menos de 12 anos há apenas 21 crianças. Dos 12 aos 15 anos há 33 e dos 15 aos 16 outros tantos.

Que fazem eles na Tutoria? «Toda a actividade aqui dentro é tendente à observação dos menores — afirma o director e dizem também os diplomados em que se definem as atribuições do estabelecimento.

DUAS RODELAS DE CHOURIÇO

Horários rígidos pautam o dia-a-dia dos frequentadores do velho casarão (as instalações são provisórias desde há 60 anos) da Graça, onde ao longo dos meses os jovens prestam exame de bom comportamento e conformação com as leis que os adultos criaram.

A campanha para o levantar toca às 8 horas e às 9 já eles

se encontram nas aulas, durante o período escolar. Estas não estão organizadas como numa escola vulgar, porque a regra entre os frequentadores do Centro são os atrasos escola-

director também aparece quando calha entre eles. Este contacto pode ser aproveitado para fazer reclamações.

Chamam-me a atenção para o à-vontade com que os mais

Texto de REGINA LOURO
Fotos de RUI PACHECO

res. Ao meio-dia, as salas de aula são trocadas pelos refeitórios, onde se mantém a separação por idades. Ai os rapazes comem rapidamente a sopa de arroz, a massa com duas minúsculas rodela de chouriço, o bocado de pão. Mas a

pequenos falam com o director (na verdade, todos os internos obedecem a regras de etiqueta do género de se levantarem à chegada de um superior ou de uma pessoa estranha, permanecendo em sentido até que este se retire ou se lembre

No entanto, a queixa do dia é contra a comida. O almoço fora uma repetição de muitas outras refeições. «E sempre massa», acusam. O director faz questões de saber que prato preferem. Salsichas ou atum são as propostas com mais votos. E nenhum se lembrou do bife... O director comenta: «Ainda há pouco se queixavam de que era sempre salsichas...»

VENDER-SE POR UM CIGARRO

Os mais velhos mostram maior reserva oral em relação aos superiores, embora sejam abertos para a jornalista. Nos seus olhos descobrem-se, mais do que os sinais da ausência de afecto, os da presença da revolta. E uma revolta global, que anteriormente atingira a sociedade (e talvez a família) e agora se precisa na instituição que directamente os reprime, pela simples razão, em muitos casos, de os seus pais não se adaptarem ao seu inconformismo. A revolta atinge a instituição em si, mas também as suas condições concretas. Uma destas condições, a que na minha presença mereceu mais reparos aos jovens, é a proibição de fumar.

«Estávamos habituados a fumar e de repente, ao chegarmos aqui, cortaram-nos o tabaco. No entanto, vemos que os que nos proibem de fumar não têm qualquer dificuldade em fazê-lo.

A questão poderia parecer insignificante, dentro de todo o contexto repressivo que é o da própria instituição. Assim o deve ter entendido quem proibiu o tabaco (que também teve medo do disfarce da droga nos cigarros, embora no Centro se encontre actualmente apenas um jovem acusado desse «crime»). Mas as consequências estão longe de ser insignificantes.

A proibição e as sanções contra quem a viola não impedem que efectivamente se fumem. Mas muitos rapazes não têm acesso ao tabaco, quer por falta de dinheiro quer por falta de liberdade para se deslocarem a um café ou a uma tabacaria a comprá-lo. No entanto, sempre há quem consiga arranjar cigarros. Aqui nasce o «mercado negro». Fumar torna-se então mais urgente e mais difícil. Como obter os escudos para o cigarro desejado? Os próprios internados me revelam em termos picarescos, e apontando os camaradas, qual o processo. Chama-se prostituição.

SAI-SE COM A «ESCOLA» TODA

Ao Refúgio de Menores chegam rapazes acusados de se prostituírem. A sua detenção tem por fim regenerá-los para depois os restituir «limpos» à família. Outros foram acusados simplesmente de homossexualidade. Mas há menos (ou talvez nenhum) cuja causa de internamento tenha sido o facto



POR UM FURTO DE 2\$50

Todas as actividades dos internados são rigorosamente (melhor: tanto quanto possível) fiscalizadas pelos vigilantes. O

de os mandar sentar). Mas não há apenas à-vontade. Mais do que isso, o que se nota, não tanto nas palavras como nos olhos das crianças, é a nostalgia de um afecto que talvez nunca tenham conhecido. E a solidão e o desencanto também lá moram. Embora seja entre os mais pequenos que se distingue uma ou outra cabeça maior do que o habitual, um ou outro olhar estúpido e parado, a maior parte deles apresenta um aspecto absolutamente normal. Riem e choram; queixam-se e amam; lançam aos adultos olhares que dizem da sua dependência forçada e também da sua inocência.

NACIONAL



Os mais novos ainda sabem rir

de explorarem os camaradas. E menos ainda o comércio especulativo. Uns e outros se desenvolvem e aumentam durante o internamento. E os «prostitutos» só aparentemente regressarão «lavados» ao seio da pudica família e da santa sociedade...

Eis um exemplo de contradição de uma instituição como a Tutoria de Menores. Os próprios jovens — as vítimas dessa contradição — se apercebem claramente dela. São eles que dizem, ao falar do que esperam do internamento:

«Vamos sair daqui com a «escola» toda. Internam-nos por uma coisa de nada, dão-nos este tratamento, todas estas proibições como se fôssemos uns grandes criminosos. Mas quando daqui sairmos temos condições para fazer muito pior.»

Falar de «arrependimento» só por ironia. O sentimento que cresce dia a dia dentro des-

tes jovens nada tem a ver com a culpa. Apenas com a revolta.

HERANÇA FAMILIAR

A vigilância não afrouxa ao fim do dia, nem se interrompe quando os jovens se encontram fora do centro. E preciso evitar a todo o custo que eles caiam no pecado. Assim, os seus pequenos passeios turísticos, as suas esporádicas idas ao cinema não prescindem da companhia de um monitor. Só em casos muito especiais esta é dispensada. Do mesmo modo, a noite dos jovens é vigiada por um monitor cujo quarto de dormir está separado da camarata dos internados por uma parede... com um postigo de vidro. Ele diz-lhes, se necessário, quando devem fechar o livro de aventuras emprestado pela biblioteca local, apagar a luz, adormecer e evitar sonhar com o amor ou com a liberda-

de. Ele encarrega-se de os sacudir se no dia seguinte não acordam à hora marcada. Ele está pronto, do mesmo modo, a dar-lhes lições — físicas — quando «não se portam bem». Protecção obriga... Estes profissionais têm a preparação que lhes dá a Escola Prática de Ciências Criminais que funciona, quando funciona, junto da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores.

Quem deixa saudades na família pode receber a sua visita de 15 em 15 dias. Mas muitos deles não têm visitas senão raramente. Outros não as desejam, embora não as pudessem recusar. Eles foram precisamente excluídos pela família, por razões que são desta e da sociedade. Não é raro encontrar crianças cujos pais já tinham passado pelo Tribunal de Menores. O que demonstra que valeu a pena...

A seguir: Presas por serem mulheres

No próximo dia 6 de Setembro
o cinema **ROMA** inicia as suas
MEIAS NOTES PROIBIDAS
apresentando exclusivamente filmes
proibidos ou cortados pela extinta censura.

PRIMEIROS PROGRAMAS

Dias 6 e 7 de Setembro — SEGREDO PROIBIDO
Dias 13 e 14 de — A IRMÃ DA CASTA SUSANA

Teatro
Maria Matos

A R. T. P. apresenta
«PORTUGUÊS,
ESCRITOR, 45 ANOS
DE IDADE»
de Bernardo Santareno
Todos os dias
às 21.45 horas
Domingos, «matinée»
às 16 horas
Segundas-feiras
descanso da Companhia
AR CONDICIONADO
Bilhetes à venda
Telef. 71 70 17
Interdito a menores
de 13 anos



PAULO GUILHERME apresenta

CABARETISMO

Interdito a menores de 18 anos

UM ESPECTACULO
DE MUSIC-HALL

(O SHOW COMEÇA ÀS 23,30)

RESERVAS PELO TELEFONE
28 37 50

PRAÇA DE TOUROS DE CASCAIS
PÓRTICO N.º 11

VÁ PELOS SEUS DEDOS

Nas Páginas Amarelas os seus dedos caminham por si. Letra a letra. Nome a nome. Folha a folha. Passo a passo. Nas Páginas Amarelas, todos os bens e serviços de que você precisa estão agrupados em ruas próprias. Por isso os centímetros que os seus dedos vencem em alguns segundos equivalem a quilómetros que lhe poderiam fazer perder horas. As suas mãos caminham. Confie nelas. Não vá de rua em rua quando os seus dedos podem ir de anúncio em anúncio.



a consulta que resulta

NACIONAL

A Esquerda Socialista exige a discussão pública de decretos sobre questões vitais para o povo

O Movimento da Esquerda Socialista publicou um comunicado, em que depois de evocar o motim dos pides na Penitenciaría, a libertação de Casal Ribeiro e de outros fascistas notórios e a intensificação da campanha reacçãoária, nomeadamente através da Imprensa, escreve:

«O M. E. S. considera que só a mobilização das massas populares pode ser decisiva para combater a ofensiva reacçãoária por praticamente fora da lei a arma fundamental da luta dos trabalhadores — a greve.

«O M. E. S. considera a recente legislação sobre a greve um atentado grave às lutas dos trabalhadores.

«O M. E. S. não pode aceitar que o Governo Provisório aplique medidas de fundo que afectam a classe trabalhadora, que impedem a sua capacidade de luta autónoma, e ao mesmo tempo não aplique medidas anticapitalistas, argumentando que estas seriam medidas de fundo não previstas no programa do M. F. A.!

«Sacrifica-se, assim, a luta

autónoma dos trabalhadores da TAP através de uma intervenção militar, mas não se «sacrificam» os interesses do patrão francês da Sogantal, através, por exemplo, de uma nacionalização.

«No caso da TAP trata-se de uma luta de um sector operário de vanguarda. Os operários da TAP, não são fascistas ou reacçãoários, nem tão-pouco um grupo «esquerdizante». Estes operários da TAP que exigiam agora o saneamento efectivo da empresa, são os mesmos que em 1973 foram massacrados pela polícia quando através da greve lutaram pelos seus interesses contra o fascismo!

«No caso da Sogantal, trata-se de uma luta justa de operários explorados desenfreadamente. Esta luta denuncia a subordinação da economia nacional ao capital estrangeiro, do país ao imperialismo e aos seus agentes, que, com a mesma impunidade com que agredem as operárias da Sogantal, poderão vir a agredir todos os trabalhadores portugueses, fomentando, como no Chile, faz agora um ano, um golpe terrorista de direita.

«O M. E. S. não pode deixar de condenar a política hesitante e conciliatória dos partidos de esquerda da coligação governamental.

«Estes partidos, abdicando por sistema de levar por diante uma mobilização das massas populares para a luta estão progressivamente a entregar a iniciativa à reacção.

O M. E. S. denuncia o carácter secreto com que se estão a fazer decretos sobre questões vitais para os trabalhadores e para o povo português. A legislação sobre a greve, sobre os Sindicatos, sobre os partidos, etc., tem de ser posta à discussão pública! Só assim se pode garantir uma efectiva expressão da vontade popular e gerar uma forte mobilização de massas que barre o caminho à reacção.

«Só assim se garantirá que o processo de descolonização vá para a frente em Angola e Moçambique, não dando lugar a novas formas de colonialismo.

«O M. E. S. considera essencial neste momento garantir total liberdade de reunião, manifestação e propaganda para as classes trabalhadoras.»

Moçambique festeja o recomeço das negociações com a Frelimo

Continuação da pág. 1

Paralelamente, continuam todos os cuidados na vigilância de certos sectores vitais, pois receia-se uma acção espectacular da reacção no recomeço das negociações que — já não restam dúvidas a ninguém — irão entregar o Poder à Frelimo. O Centro Associativo dos Negros tem recebido amiúde, nestes últimos dias, telefonemas ameaçadores afirmando que «quinta-feira começaremos a actuar» e «já temos um lugar reservado para o Samora e vocês é que vão lá levá-lo». Idênticos telefonemas tem sido recebidos noutras organizações pró-frelimistas, mas a Polícia, já avisada,

parece estar atenta tendo reforçado a vigilância em locais estratégicos.

Cerca de trinta elementos da informação moçambicana partiram para Lusaka, esperando-se ansiosamente as suas notícias. O ambiente que se vive neste momento é simultaneamente de euforia e expectativa. O povo espera ansiosamente a entrada da Frelimo para o Poder.

Os agrupamentos políticos que apareceram depois do 25 de Abril e se opunham à Frelimo remeteram-se ao mais completo silêncio, com excepção do Partido de Coligação Nacional (de Simango, Joana Simão e Gwenjere) que fez pu-

blizar um comunicado atacando ferozmente os democratas. No entanto, de tão desacreditado que está, o Partido de Coligação Nacional não consegue fazer ouvir a sua voz.

Branco e negros falam exclusivamente da independência em breve com a Frelimo.

Em Lourenço Marques, nas ruas, nos cafés, nos machimbombos, nas fábricas e nos escritórios, o assunto é um só: negociações em Lusaka. Até «O Último Tango em Paris» ansiosamente esperado pela burguesia lourenço-marquina, e que ontem foi exibido pela primeira vez num cinema da cidade, passa despercebido...

ESCLARECE O PRESIDENTE DO CONSELHO:

Não será tolerada qualquer degradação da situação política

Da Presidência do Conselho recebemos o seguinte comunicado:

«1. Entenderam os trabalhadores da Imprensa diária fazer por 24 horas uma greve de solidariedade para com os seus camaradas de uma empresa jornalística de Lisboa. Sem deixar de referir que os motivos invocados não justificam de forma alguma a gravidade de tal decisão, que objectivamente não serve os trabalhadores nem a consolidação da Democracia, o Governo chama a atenção para o facto de que já está em vigor a Lei que, como grande conquista do 25 de Abril, institui o direito de greve e os termos em que legalmente pode ser exercido.

O Governo está convencido de que a grande maioria dos trabalhadores da Imprensa, mesmo que apreciando erradamente a situação num momento dado, se convencerão de que a atitude agora assumida a nada de positivo conduz. Confia pois em que tal compreensão permitirá sanar prontamente a situação criada.

Ao mesmo tempo, sublinha que a lei da greve se fez para ser cumprida. Os trabalhadores

têm agora um direito que lhes foi negado e foi considerado um crime durante dezenas de anos pelo regime anterior. Têm também de cumprir as obrigações de correntes da mesma Lei. Esta existe e será de futuro aplicada.

2. Por decisão democraticamente tomada, resolveram os trabalhadores do jornal «O Século», não participar na citada greve de 24 horas. Exerceram assim legitimamente o seu direito. O Governo não pode deixar de apreciar de forma positiva uma tal atitude oposta a pressões irresponsáveis e que serve os interesses dos trabalhadores e a política de democratização.

Tendo o jornal sido composto e impresso e surgido dificuldades exteriores à empresa para a sua distribuição e tendo alguns pequenos grupos tentado fazer pressão do exterior sobre os trabalhadores de «O Século» resolveu o Governo enviar para o local uma força militar a fim de assegurar contra pressões exteriores a liberdade de trabalho no jornal «O Século» e, caso fosse necessário, proteger a sua distribuição. A liberdade de trabalho foi assegurada, mas, tanto

por razões técnicas, como pela vontade de evitar que a distribuição provocasse incidentes apenas algumas horas antes de terminar a greve, resolveram os trabalhadores da empresa adiar a distribuição do Jornal, continuando normalmente o trabalho.

Em consequência, cumprida a sua missão, as forças militares foram de momento retiradas.

3. Confia o Governo em que os trabalhadores da Imprensa assim como empresários e directores compreendam o interesse do País em que problemas realmente secundários se não tornem motivo ou pretexto aproveitado por certos elementos para tentarem agravar conflitos e criar um clima de insegurança e intranquilidade.

Atento aos problemas que afectam o povo português e serenamente compreensivo para com todos os portugueses, o Governo sente-se no dever de esclarecer que não tolerará e intervirá com os meios necessários para evitar qualquer degradação da situação política e social que faça perigar o actual gradação da situação política e portuguesa.»



AINDA MELHOR QUE CHUVA REGA POR ASPERSÃO

TAMBÉM COM EQUIPAMENTO ESPECIAL PARA: COMBATE À GEADA • REGA DE JARDINS, CAMPOS DE GOLF E OUTROS CAMPOS DESPORTIVOS • ADUBAÇÕES LÍQUIDAS • TRATAMENTOS FITOSANITÁRIOS • REFRIGERAÇÃO DE COBERTURAS • ACELERAÇÃO DE FERMENTAÇÃO DE ESTRUMES • PRÉ-LAVAGEM DOS ÚBERES DAS VACAS

J.J. GONÇALVES, SUCRS.C.I. S.A.R.L. ao serviço da lavoura

PROJECTA • ORÇAMENTA • EXECUTA SOLICITE-NOS INFORMAÇÃO COMPLETA

AZINHAGA DOS LAMEIROS (ESTRADA DO PAÇO DO LUMIAR) — LISBOA-4 — TEL. 794 095/8

PUB

C.T.M. Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos S.A.R.L.

No seguimento do processo reivindicativo apresentado oportunamente pela Assembleia dos Trabalhadores da C.T.M. — Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, e do acordo a que se chegou com os representantes dos Accionistas, conforme documento de 30 de Junho último assinado pelo Delegado da Junta de Salvação Nacional, pela Comissão de Representantes dos Trabalhadores e pela Comissão de Interlocutores designada pelos Accionistas, realizou-se hoje uma reunião extraordinária da Assembleia Geral da C.T.M., onde foram tomadas as seguintes deliberações:

1. — Apreciado o documento acima referido, foi resolvido: a) que os mandatos de todos os membros dos órgãos sociais terminassem à data da realização desta Assembleia Geral; b) que os cargos do Conselho Geral, a que se refere o artigo 37.º dos estatutos da C.T.M., se mantivessem vagos até à revisão dos seus estatutos.

2. — Os órgãos sociais foram preenchidos da seguinte forma: Mesa da Assembleia Geral: Presidente: Banco Nacional Ultramarino; Vice-Presidente: Eng. António da Silva Teixeira; Secretários: Dr. Luís Alípio Corte-Real de Mesquita; Dr. Mário Pinto dos Santos Martins.

Conselho de Administração: Com. te António Aníbal Andrade Baptista Lopes; Com. te Gilberto Pinheiro Costa; Dr. Manuel Filipe Pessoa Santos Loureiro; Dr. Luís de Oliveira Fontoura.

Conselho Fiscal: Presidente: Dr. José de Andrade Soares; Vogal: Dr. João Florêncio Vicente de Carvalho; Vogal (Revisor Oficial de Contas): Dr. Joaquim Vicente Pinto; Vogal Suplente (Revisor Oficial de Contas): José Martins Lampaia.

Conselho de Vencimentos: Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Banco de Angola, Caixa Nacional de Pensões. Entretanto, no âmbito do n.º 2 do artigo 26.º dos estatutos, já tinha sido nomeado Administrador por parte do Estado, por despacho de 9 do corrente, o Senhor Eng. Horácio Avelino Brazão de Freitas.

3. — Foi ainda deliberado pela Assembleia Geral convocar oportunamente uma nova reunião extraordinária para apreciação do projecto de revisão dos estatutos.

Com a eleição dos novos corpos sociais inicia-se uma nova fase de renovação na vida da empresa, consequente da fusão das antigas Companhia Colonial de Navegação e Empresa Insular de Navegação, que assim virá a consolidar-se na linha de interesse da economia nacional.

GRÂNDOLA, VILA MORENA

TIRAR PARTIDO DO PRESENTE

Através desta série de apontamentos de reportagem que temos vindo a publicar sobre Grândola e que encerramos com a presente nota, procurámos pôr em evidência uma realidade que nem por ser local deixa de espelhar a triste contingência de um país e de um povo entregues a um poder descrençoso e idiota. Realidade que sendo de todos conhecida, jamais pode ser discutida (este **jamais** entende-se, naturalmente, por uns longos quarenta e oito anos), embora se tratasse de a mistificar e até de apresentar como algo congénito: somos um País pobre e não poderemos nunca aspirar a mais que um certo nível de pobreza. Esta afirmação, desmentida pela dialéctica, foi uma espécie de «slogan» do salazarismo-caetanismo com que se tentava mascarar a ineficácia e o despudor de um regime incapaz de tomar quaisquer medidas que limitassem o poder dos ricos e mandatórios em favor das classes desprotegidas. Era como convidar um povo inteiro a demitir-se dos mais justos gestos reivindicativos ao mesmo tempo que se lhe dizia veladamente de que nada havia a fazer para fugirmos a essa **predestinação**.

A CONTRADIÇÃO

Claro que é verdade que não somos um País rico. Mas não é menos autêntico de que o baixo nível económico em que nos encontramos se deve, sobretudo, à péssima administração de um regime autoritário, que não admitindo a crítica permitia a corrupção, o **governanço** descarado duma minoria e a exploração em termos perfeitamente desumanos dos trabalhadores portugueses, de todos os portugueses, menos os senhores feudais e apaniguados da hidra.

O caso de Grândola evidencia bem esta situação. O concelho possui condições excepcionais de rentabilidade económica desde que para tal se planifique,

construa, estimule e seja capaz de, no meio de tudo isto, pensar em termos de comunidade. Possui, já o dissemos, um solo riquíssimo, tanto para a exploração agrícola e florestal, como para a exploração mineira. A cortiça que produz em abundância é da mais fina qualidade, o que tornou possível a implantação de fábricas de artesanato, bem apreciadas no País e no estrangeiro. A sua posição dentro do território nacional — entre dois portos importantes, Setúbal e Sines, e figurando como uma espécie de entroncamento rodoviário litoral-interior — favorece-a grandemente. Também no aspecto turístico, convenientemente aproveitadas as suas potencialidades, teria um lugar de destaque no contexto nacional. Olhado este panorama, pergunta-se: em que é que Grândola é uma terra pobre? De maneira nenhuma. O que aconteceu foi que uma administração inábil e corrompida e um desprezo absoluto pelos seus problemas por parte dos mandatários fascistas, a empobreceram, retirando-lhe toda a força competitiva e reduzindo ao mínimo a produção dos excelentes meios ao seu alcance. Nestas condições, era natural que o êxodo da sua população mais válida acabasse por acontecer, embora as informações por nós recolhidas nos digam que não há, em Grândola, tanta falta de mão-de-obra, pelo menos no que respeita à lavoura como se chegou a apregoar. O que acentua ainda mais a contradição: afinal, trata-se duma terra rica, que alguns apenas decidiram não deixar prosperar.

Mas Grândola está disposta a arrancar para um futuro imediatamente promissor. Os primeiros passos já foram dados. Ainda que a custo, a população do concelho sai do letargo dos quarenta e oito anos indecisos e obscurantistas e mobiliza-se. A administração local, ora saneada, faz esforços incriveis para levar a terra a recuperar o enorme atraso em que a deixa-

ram. O presente ainda curto tenta alcançar um futuro largo e onde a justiça social não seja um mito. Naturalmente que isto não depende só dos esforços locais. Naturalmente que esses esforços têm de integrar-se, como é óbvio, no conjunto da arrancada para um Portugal renovado que começou há quatro meses. Mas é necessário que não nos ponhamos a ver o que faz o vizinho, para decidirmos então se temos ou não algo a realizar. Assim pensam os grandolenses.

A ÚNICA HERANÇA RENTÁVEL

A única herança rentável que o fascismo deixou em Grândola, foi a Escola Técnica. Mas vamos por partes: o nascimento daquele magnífico — magnífico a todos os títulos — estabeleci-

Por JOSUÉ DA SILVA

mento de ensino que tantos e tão bons benefícios traz ao concelho, não terá sido bem uma oferta do regime anterior. A inauguração da chafariz ou do pequeno viaduto estava mais na índole — e no gosto — dos mandatários de então, do que as grandes campanhas para o levantamento de colégios de certas dimensões. Grândola teve a sorte de ver um dos seus filhos de posses doar-lhe todo o complexo da actual Escola Técnica. O complexo em peso, note-se, visto que o material de que a Escola dispõe — como oficinas, laboratório, etc. — foram entregues juntamente com o edifício. É claro que o fascismo se apressou a reivindicar a oferta: Américo Tomás desceu até Grândola (o que poucas vezes deve ter feito) e apresentou-se à inauguração do estabelecimento com a soberba de quem está metido numa boa obra e para ela concorreu. A mentira do regime dava pano para mangas.

De qualquer modo, a Escola Técnica de Grândola presta um

ótimo serviço à população estudantil do concelho. No ano passado, inscreveram-se cerca de 500 alunos de ambos os sexos. Este ano supõe-se que esse número será ultrapassado, calculando-se que se acerque dos 700. Os resultados das frequências parece serem altamente aproveitáveis, o que permite avaliar da qualidade dos mestres ali colocados e do seu amor pela causa do ensino. No meio de tudo isto, apenas um senão que nos apressamos a apontar: o saneamento da secretaria da Escola Técnica de Grândola ainda não se fez. Não estarão os métodos de ensino, que se pretendem democráticos (que têm de ser democráticos), no perigo de sofrerem com tal **esquecimento** num futuro imediato? Haja alguém que pense no assunto.

FALTA DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA

A primeira pessoa em Grândola a dar-nos o toque, foi a dona da pensão onde nos alojamos:

— **Aqui felizmente, não falta a água e a luz, embora o fornecimento nem sempre se processasse com a devida competência, não está mal. O que nos falta cá são operários especializados ou semi-especializados. Queremos um canalizador, não temos. Queremos um electricista, idem. Queremos um pedreiro ou um pintor, e o problema é igual.**

— Mas isso foi sempre assim? — inquirimos.

— Não, não. Dantes, há dez anos atrás, havia-os em abundância. Porém, a vida tornou-se muito má em Grândola e eles fugiram todos para outras bandas.

Lamentos que se repetem. No entanto, espera-se que a nova situação político-social criada com o «25 de Abril» e o desenvolvimento da terra, preencham essas lacunas. Nada se faz sem esforço e sem tempo e Grândola reconhece que a hora é de trabalho afanoso e coerente com as realidades alcançadas ou a alcançar.

Uma das coisas que nos agradou assistir durante uma das sessões da C.M., foi a independência de deliberação que se nota agora nas autarquias regionais. Colocada perante uma justíssima reivindicação das empregadas dos postos oficiais de venda de leite (tratava-se de um

ajustamento de tempo de férias e horários) a Comissão Administrativa logo ali deliberou sobre a solução a dar ao caso, correspondendo, pelo menos em parte (naquela parte que não fosse colidir com as próprias leis do Ministério do Trabalho) aos anseios das trabalhadoras. No tempo do fascismo, uma reivindicação desta natureza levaria uma resposta muito diferente. Se não fosse simplesmente desprezada (e ainda por cima com

possíveis consequências para quem a formulasse), veríamos um «zeloso cumpridor de ordens superiores» apontar o teor da reivindicação e responder: «Bem, vamos oficial para Lisboa e só depois daremos uma resposta.» E as pessoas ficariam à espera duma resposta que, na grande maioria dos casos, ou nunca chegava ou chegava tão tarde que já tinha perdido toda a sua eficácia para a resolução do problema. Bons tempos!

Curso nocturno promovido pela C.D.E. de Moscavide

O Movimento Democrático C.D.E. e o Movimento da Juventude Trabalhadora de Moscavide iniciaram uma campanha Pró-Ensino Nocturno em Moscavide.

O objectivo da campanha é a criação de um ensino oficial nocturno que satisfaça o justo direito à educação dos trabalhadores da vila. Com uma população superior a 30 mil habitantes, Moscavide não dispõe de ensino nocturno oficial, contando-se, no entanto, por mais de um milhar o número de trabalhadores/estudantes no ensino particular e doméstico, pagando mensalidades que representam um grande sacrifício para os seus modestos recursos.

A curto prazo, e na impossibilidade de o M. E. C. satisfazer

esta legítima aspiração dos habitantes de Moscavide, pretende-se o apoio do M.E.C. para uma escola gratuita criada por um grupo de jovens em 1971 e que já preparou para os exames do Ciclo Preparatório e para o 1.º Ciclo do Liceu muitas dezenas de trabalhadores.

Os interessados em frequentar o Ensino Primário, o Ciclo Preparatório ou o 1.º Ciclo do Liceu devem inscrever-se rapidamente (pretende-se que as aulas comecem no princípio de Outubro) na sede da C.D.E., na Avenida de Moscavide, 16, 1.º Dt., todos os dias úteis, a partir das 21 e 30.

Todas as pessoas interessadas em colaborar na iniciativa devem contactar com a Comissão Organizadora da Campanha.

Festival taurino no Campo Pequeno

Todos os aficionados aguardam com grande expectativa o grande festival taurino que o Sindicato Nacional dos Toureiros Portugueses organiza hoje, à noite no Campo Pequeno a favor do seu Fundo de Assistência.

Essa expectativa resulta do ineditismo da lide que se processará pela intervenção de todos os matadores de touros portugueses nos tercios de capote, pela colocação de bandarilhas a cavalo a cargo dos nossos melhores cavaleiros e pelo preenchimento do toureiro de muleta feito pelos cinco melhores novilheiros da actualidade.

Com a ajuda de catorze bandarilheiros e a intervenção dos forçados amadores da Chamusca, farão o passeio para a lide de sete novilhos-touros do ganadeiro Fomaz da Costa os cavaleiros Manuel Conde, David Ribeiro Telles, José Maldonado Cortes, Luis Miguel da Veiga, Gustavo Zenkl, Alfredo Conde, João José Zoio e os diestros Diamantino Vizeu, José Júlio, José Simões, Amadeu dos Anjos, Mario Coelho, Oscar Rosmano, Julio Gomes, Ricardo Chibanga, Jose Manuel Pinto e os novilheiros Carlos Pimentel, José Marecos, Manuel Antonio, Antonio Poena e Antonio Manuel.



Um recanto bem aprazível de Grândola: o Jardim 1.º de Maio



Por lapso, num dos nossos apontamentos anteriores, afirmámos que o antigo Largo dos Correios, de Grândola, passara a chamar-se Largo 25 de Abril. Não é verdade. De facto, aquele largo é hoje toponimicamente conhecido como Largo Catarina Eufémia, como se pode verificar por esta foto.

NACIONAL

A toponímia fascista varrida de Almada

Nomes de grandes figuras da luta antifascista e símbolos perenes como Trabalho, Paz, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, substituíram no concelho de Almada a numerosa toponímia fascista.

Trata-se de uma iniciativa da Comissão Administrativa do Município local, disposta a varrer de vez a lembrança de quem manteve durante quarenta e oito anos a noite da vergonha nacional. Talvez comece a ser altura de tal «limpeza» começar a ser feita, a título definitivo, no resto do País.

Por serem significativas, aqui transcrevemos, do nosso prezado colega «Jornal de Almada», as alterações ultimamente introduzidas:

«Proposta: — De harmonia com uma proposta apresentada pela Comissão Municipal de Toponímia, foram aprovadas por unanimidade, em reunião da Comissão Administrativa as seguintes denominações para ruas do concelho:

FREGUESIA DE ALMADA — «1) Praceta Henrique Tenreiro nome de um grande explorador do povo e ultrafascista, passe a designar-se por: Praceta Dr. Arlindo Vicente, nome proposto por vontade expressa dos seus moradores, por se tratar de um lutador antifascista e candidato do Movimento De-

mocrático à Presidência da República em 1958.

2) Jardim Sá Linhares, fascista convicto passe para o nome de Jardim Dr. Alberto de Araújo, ilustre almadense que passou muitos anos no campo de concentração do Tarrafal, onde contraiu certas enfermidades das quais veio a falecer. Esta substituição foi feita pelo povo almadense em manifestação do Dia Mundial da Criança.

3) Travessa da Praça nada indica e se refere à existência num pretérito longínquo duma praça de touros, passe a designar-se por: Travessa da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, um dos baluartes da cultura e recreio almadense».

FREGUESIA DA COVA DA PIEDADE — 4) Rua Marechal Carmona, um dos que traiu o espírito do 28 de Maio, presidente da República ditatorial-fascista, passe a designar-se por: Rua Pedro Matos Filipe, almadense e lutador antifascista e o primeiro assassinado no campo de concentração do Tarrafal, em 20 de Agosto de 1937.

5) R. Engenheiro Duarte Pacheco, ex-ministro fascista, passe a designar-se por Rua Francisco Ferrer, restituindo-se assim a esta rua o seu

primitivo nome.

6) Estrada das Barrocas, nome que presentemente nada significa, passe a designar-se por Rua Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, baluarte piedense de cultura e recreio.

NOVA DE NOVAS RUAS NO P.P. 8 NO ALTO DAS BARROCAS: — «Soeiro Pereira Gomes; Mário Sacramento; Alves Redol; Daniel Filipe; António Sérgio; Jaime Cortesão; Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro».

FREGUESIA DE CAPARICA — a) Monte de Caparica — Ruas situadas na Rua Conselheiro Luís Fernandes; 1.ª — Rua do Povo; 2.ª — Rua da Liberdade; 3.ª — Rua da Igualdade; 4.ª — Rua do Trabalho; 5.ª — Rua do Progresso; 6.ª — Rua da Paz; 7.ª — Rua da Fraternidade; 8.ª — Rua da Solidariedade.

Estas denominações foram aprovadas numa sessão de esclarecimento do Movimento Democrático».

b) Porto Brandão: — «Rua Sá Linhares passe a denominar-se Rua Bento Jesus Caraca, insigne professor catedrático e investigador com notável actuação na Universidade Popular Portuguesa, grande democrata, convicto e consequente.

Travessa 28 de Maio, data trágica da nossa História, passe a denominar-se por Travessa 25 de Abril;

Rua 28 de Maio passe a denominar-se por Rua 1.ª de Maio».

"O P.S. não impõe os seus pontos de vista"

O Partido Socialista Português emitiu um comunicado do seguinte teor:

«O comunicado da Comissão Política do Partido Socialista publicado nos jornais de 29 de terminou pronta reacção da Comissão Política do Partido Comunista Português, da Comissão Central do Movimento Democrático Português e da Comissão Executiva da C.D.E. de Lisboa — a primeira em declaração separada, as duas últimas em texto conjunto.

Em primeiro lugar, cumpre averiguar dos factos. Chegou ao conhecimento da Comissão Política do P.S. que «por parte da Comissão Executiva da C.D.E. de Lisboa, reunidas em 22 e 26 de Agosto, se verificou uma iniciativa no sentido de propor que o M.D.P. se prepare para, em princípio, participar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte» e disso se deu conhecimento público nos precisos termos aqui reproduzidos. Pretende o M.D.P. que a informação do P.S. carece de rigor e procura documentar o seu desmentido mediante a publicação do texto, até então desconhecido do País, em que a C.D.E. de Lisboa precisa a sua posição sobre o problema: «Não é legítimo garantir desde já, dado o desconhecimento dos mecanismos eleitorais e da própria situação política da altura, que o movimento vá ou não vá às eleições. Mas não haverá inconveniente em admitir que irá, desde que isso esteja de acordo com os interesses glo-

bais das forças de esquerda, sendo de tudo fazer para que esteja em condições de organização e influência que lhe permitam tal atitude». O País ajuizará do rigor ou falta de rigor da informação prestada pelo P.S. sobre os projectos eleitorais da C.D.E. de Lisboa e, consequentemente, sobre o fundamento ou carência de fundamento do desmentido do M.D.P.

Um único ponto se admite merecer comentário. Leitura apressada pode deixar a impressão de que a C.D.E. condicionará a sua integração eleitoral ao acordo das organizações políticas de esquerda. Na verdade, a fórmula finalmente tornada pública revela que a C.D.E. condiciona a participação eleitoral não ao acordo dos partidos de esquerda mas aos «interesses globais das forças de esquerda». Conhecida publicamente há cerca de dois meses a oposição do P.S. a uma intervenção eleitoral do M.D.P. na qualidade de representante da unidade de esquerda, e tendo o assunto sido largamente debatido com representantes qualificados do P.C.P. e do M.D.P., infere-se que o conhecimento da oposição do P.S. ao projecto não constitui por si só elemento negativo suficiente na ponderação pelo M.D.P. dos «interesses globais das forças de esquerda».

O P.S. não impõe a quem quer que seja os seus pontos de vista e por maioria de razões o não faria a aliados. Mas, em contrapartida, recusa-se a ser colocado perante factos consumados. O P.S. não dirigiu à C.D.E. qualquer espécie de «ultimato». Declarou unicamente que lhe retira o apoio na medida em que se confirme a decisão de esta evocar a si funções que são próprias dos partidos. Mas quem poderá estranhar que um partido político assim proceda? O contrário seria difícil de compreender. Ou só se compreende desde que se reconheça que, a nível dirigente, a C.D.E. de Lisboa e outras comissões do M.D.P. constituem um fenómeno de cobertura disfarçada de outras posições partidárias. Os socialistas que se têm mantido no M.D.P. nunca, desde 25 de Abril, ocultaram a sua filiação partidária.

Lástima é que, há mais tempo, o projecto de eventual intervenção da C.D.E. no acto eleitoral não tivesse sido formalizado por escrito, tanto mais que, desde a primeira hora, ele é notório nas palavras e na actuação dos seus principais dirigentes. Ao assumir posição clara, desde já, tem o P.S. em vista um de dois objectivos: na melhor das hipóteses, evitar que o projecto se concretize; na menos favorável, antecipar e abreviar uma discussão pública inevitável de modo que, no período pré-elei-

toral, as questões se encontrem já resolvidas e não advenha perturbação à necessária unidade de todas as forças políticas democráticas, especialmente dos partidos da coligação.

Em relação às secções do M.D.P. que se não desviaram dos objectivos iniciais, o P.S. nada tem a opor à continuação da sua actividade no plano unitário.

O P.S. nunca escondeu, embora em público o afirmasse discretamente, que o abuso partidário do M.D.P. representa a maior dificuldade ao entendimento fraterno dos partidos de esquerda. O P.S. tem empreendido todos os esforços para superar os reflexos negativos desse factor de discórdia e tem pacientemente exposto aos aliados, e nomeadamente ao P.C.P., o seu pensamento sobre a questão. Apesar da actuação dos dirigentes do M.D.P., a unidade democrática tem sido e continua a ser uma realidade.

Os perigos, dia a dia mais nítidos, que ameaçam a liberdade e a construção da democracia têm de ser séria e eficazmente combatidos. O M.D.P. poderia, e em alguns distritos poderá, ser útil no combate à reacção; mas o certo é que a sua predominante vocação partidária está oferecendo pretextos à campanha anticomunista e anti-socialista da reacção neofascista. Sem a unidade dos partidos democráticos, compromete-se a defesa da nova ordem política; ora a unidade, como é evidente, não se constrói mediante imposições unilaterais nem se reforça em ambiente de suspeita. Resulta do entendimento despreconcebido e da concessão mútua, em clima de lealdade e no respeito da diversidade.

O P.S. convida todos os partidos democráticos e personalidades verdadeiramente independentes a estudar as fórmulas adequadas à congregação de esforços em defesa da democracia nascente. Múltiplas são as perspectivas que se abrem à unidade das forças revolucionárias. O momento não é de contar votos, sem dúvida; mas também não é de preparar uma situação em que os votos não possam, significativamente, ser contados pela simples razão de os democratas haverem sido impedidos de concretizar as suas opções próprias.

O P.S. não pretende entrar em polémica mas considera indispensável que o País tenha conhecimento dos problemas políticos de interesse para o futuro da unidade democrática.

Finalmente, o P.S. sublinha a identidade de pontos de vista e de argumentos verificada nos comunicados do M.D.P. e do P.C.P. a respeito de um problema que, entre outros, tem incalçável importância no processo de democratização do País.

PROPRIETÁRIOS DE FARMÁCIA (ASSEMBLEIA MAGNA)

A GRAVIDADE DOS NOSSOS PROBLEMAS EXIGE A PRESENÇA DE TODOS

Compareça no próximo dia 8 pelas 15 horas, em Coimbra, nas instalações da FNAT — Rua António Granjo, 6.

A Comissão Administrativa do Grémio Nacional das Farmácias

TEM BOM GOSTO?

Aconselhamos-lhe uma visita à Galeria Actual, onde encontrará mobiliário de todos os estilos, lustres, carpetes, quadros a óleo, estatuetas, «bibelots» e uma enorme variedade de peças decorativas.

GALERIA ACTUAL

Av. da República, 12 — T. 46928 (defronte estação metro do Saldanha)

MOBILIÁRIO — SÉCULO XVII

Assim como outros estilos. Fabricante executa mobílias completas e móveis soltos. Grande variedade em exposição Artís, Móveis & Decorações, Rua Maria Andrade, 64. Telefone 848719 (Junto igreja dos Anjos).

O Partido Trabalhista apoia a CDE

O Partido Trabalhista Democrático Português tornou público o seguinte comunicado:

«O P. T. D. P. lamenta a posição assumida pelo P. P. D. e P. S. em relação à possível

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA JUNTA DE ENERGIA NUCLEAR

Direcção-Geral do Laboratório de Física e Engenharia Nucleares

Concurso público para a arrematação da empreitada da obra n.º 91 «Execução de rede de águas, esgotos, telefones, electricidade e arruamentos na zona Noroeste — depósito de água do LFEN».

Em segundo aditamento ao anúncio referente à obra em epígrafe, informa-se que a base foi aumentada com trabalhos adicionais correspondentes ao «Projecto de Ampliação e Alteração de Arruamentos e Rede de Esgotos na Zona Noroeste do LFEN» o qual se encontra igualmente patente no Laboratório de Física e Engenharia Nucleares — Estrada Nacional n.º 10—SACAVÉM.

O depósito provisório para o conjunto dos trabalhos passa a ser de 90 000\$000 e será igualmente efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

As restantes condições constantes dos anúncios anteriores mantêm-se. Lisboa, 3 de Setembro de 1974.

O DIRECTOR-GERAL Carlos Cachó

candidatura da C. D. E./M. D. P. às futuras eleições da Assembleia Constituinte.

«Sejam as tendências da C. D. E./M. D. P. fascistas/comunistas ou marxistas/leninistas contraria os mais elementares princípios democráticos quaisquer coacções que impeçam o exercício desse direito.

«Pretende o P. T. D. P. candidatar-se às mesmas eleições e não quer ver a sua vitória ensombrada pelos processos antidemocráticos agora usados pelo P. P. D. e P. S.

«Neste caso concreto, como em todos os outros que ofendem a democracia o P. T. D. P. estará solidário com as vítimas, opondo-se a qualquer manobra reacçãoária e fascista.»

CONVOCATÓRIA

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS

A realizar no Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social, na Rua Luciano Cordeiro, n.º 18 - 3.º, Dt.º — Lisboa, DIA 5, 5.ª-feira, às 21h.30m.

Agenda de Trabalho:

1. Carteira Profissional.
2. Legislação Sindical.
3. Informações Gerais.

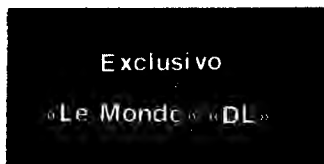
Pela Direcção Angelina Baptista

EXTERNATOS

- ★ LEAL CONSELHEIRO Rua do Alecrim, 47-2.º — Tel. 326957
 - ★ NOVO RUMO Praça Luís de Camões, 6-1.º, Esq. — Tel. 361426
 - ★ ACRÓPOLE Rua das Chagas, 16 — Telef. 327409-323048
- CICLO PREPARATÓRIO CURSO GERAL DOS LICEUS E CONTABILIDADE — ABERTAS AS INSCRIÇÕES —

VIRAGEM NA POLÍTICA PETROLÍFERA SAUDITA?

A produção de petróleo na Arábia Saudita diminuiu nitidamente em Agosto: de 8,5 milhões de barris por dia (correspondentes a um ritmo anual de produção de 425 milhões de toneladas) teria descido para 7,7 milhões. Se esta diminuição foi deliberadamente querida, constitui o acontecimento mais importante a assinalar no domínio do petróleo desde o levantamento, em Março, do embargo que afectava os Estados Unidos. Por outro lado, se assim for, as esperanças acariciadas pelos estrategos, americanos e outros, de verem a Arábia Saudita a utilizar



realmente as suas enormes reservas petrolíferas para fazerem baixar os preços do petróleo em bruto no mercado, e, a longo prazo, para quebrarem a frente da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) desvanecem-se como fumo.

Mas terá a Arábia Saudita fei-

to realmente um volt-face? Depois de ter declarado, durante meses, pela boca do seu ministro do Petróleo, Yamani, que os preços actuais do «ouro negro» eram demasiado elevados, irá ela aliar-se agora com os «duros» da OPEP para quem estes mesmos preços são razoáveis e justos?

A corte da Riade é demasiado misteriosa, as relações entre Yamani e o rei Façal — que colocou o seu próprio filho junto do ministro, como que para o vigiar — são demasiado ambíguas para que se possa dizer, a partir de uma única cifra mensal de produção, que a Arábia Saudita mudou definitivamente de política e que resiste agora às pressões do seu poderosíssimo aliado, os EUA.

A redução da produção saudita talvez seja apenas conjuntural. Segundo um porta-voz da Aramco (o consórcio americano que opera na Arábia), seria devida às más condições climáticas que teriam perturbado o funcionamento do porto saudita de Ras Tanura. Outras fontes de informação explicam que foi a própria Aramco e não o Governo saudita — que terá decidido diminuir o fluxo de «ouro negro», porque os seus clientes não estavam dispostos a comprar-lhe a produção toda. Um pouco por toda a parte no mundo, os depósitos de armazenagem estão cheios a transbordar, de modo que os preços baixaram no mercado.

A Aramco é agora controlada até 60 por cento pelo Governo saudita e dificilmente se concebe que decisões tão importantes possam ser tomadas independentemente das autoridades de Riade. Em todo o caso, foi esta a resposta que as autoridades sauditas devem ter dado ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuwait, o xeque Sabah Al Jaber Al Sadah, que os foi visitar, segundo se diz, para lhes propor a redução da produção do petróleo da OPEP de 10 para 20 por cento a fim de manter o petróleo bruto a uma cotação elevada.

O papel desempenhado nesta questão por Yamani é também ambíguo. Em público, apresenta-se como advogado da baixa dos preços e surge como uma espécie de «agente americano». Mas em privado? Ao presidente da ENI — a empresa nacional italiana de hidrocarbonantes — que lhe escrevera para lhe pedir que reduzisse os preços de venda do petróleo bruto, o ministro saudita teria respondido claramente:

«É claro que não somos favoráveis a uma redução do preço do petróleo no mercado, e não vemos, aliás, nenhuma razão para o fazer».

Vistas as coisas do ponto de vista estritamente conjuntural, a decisão saudita, que vai somar os seus efeitos aos das decisões da mesma ordem tomadas já pelo Kuwait e pela Venezuela, irá criar novas tensões no mercado do petróleo. Nas vésperas da conferência da OPEP em Viena, trata-se de um indício de mau augúrio.

Assad acusa Israel de preparar uma nova guerra

VIENA, 5 (R.) — O presidente Assad da Síria acusou Israel de estar a preparar uma nova guerra e de bloquear o progresso de negociações para uma solução pacífica do conflito no Médio Oriente.

O dirigente sírio falava ontem à noite em Bucareste, onde se encontra em visita oficial, e o seu discurso foi difundido pela agência romena Agerpress.

A Romênia é o único país

comunista que mantém relações diplomáticas com Israel, mas desde a guerra de Outubro tem procurado estreitar mais os seus laços com o mundo árabe.

Segundo a agência romena, o presidente Assad disse ainda que Israel utiliza várias manobras para impedir o recomeço da conferência de Genebra sobre o Médio Oriente por considerar que essa conferência o colocaria numa situação delicada.

O Canal de Suez reaberto em 1975

CAIRO, 5 (F.P.) — O Canal de Suez poderá ser aberto à navegação em Março de 1975, anunciou ontem à noite Machour Ahmad Machhour, presidente da organização do mesmo.

Machhour precisou que os trabalhos de desminagem termi-

narão em fins de Novembro, isto é, com um mês de antecedência em relação ao prazo previsto. Terá de se prever depois, um período de quatro meses de trabalhos complementares, e, a partir do princípio de Março, o canal volta a abrir à navegação.



O general Creighton Abrams, chefe do Estado Maior do exército americano e antigo comandante em chefe do corpo expedicionário americano no Vietname faleceu na noite de terça para quarta-feira em Washington. O general Abrams sofria de um cancro no pulmão. Tinha 60 anos.



Um assalto em Paris terminou tragicamente com a morte de três pessoas (dois dos assaltantes e um polícia) e ferimentos em quatro. Na fotografia, um polícia cobre o cadáver de uma das vítimas, estendida no solo (Telefoto UPI-Teleimprensa).

Alargado o fosso entre cipriotas gregos e turcos

NICÓSIA, 5 (F.P.) — A descoberta no domingo à noite, da vala comum de Maratha, alargou o fosso entre cipriotas gregos e turcos.

Numa entrevista concedida à AFP, Denktash declarou que se encontrava «física e moralmente» incapaz de se sentar junto de Clerides para discutir problemas humanitários. E acrescentou: «Não estaria em posição de discutir construtivamente

com ele».

Visivelmente emocionado, depois de informado pelo seu filho, que estivera no local, a uns vinte quilómetros de Famagusta, o chefe da comunidade cipriota turca informou que se avistaria na próxima sexta-feira com Clerides, dizendo: «Devo encontrar-me com ele, se puder».

Interrogado se o assunto de Maratha seria abordado durante o seu próximo encontro com Clerides, Denktash respondeu: «Farei o possível por não discutir nessa altura estes assassinios em massa. Nada posso fazer pe-

los mortos, mas devo sim ajudá-los vivos».

Por seu lado, o presidente da República cipriota, Glafcos Clerides, declarou que Denktash o informara desejar que o encontro marcado para ontem à noite fosse adiado, porque os cipriotas turcos iam rezar pelas vítimas de Maratha».

Acrescentou estar disposto a aceitar «que todas as acusações de morticínios ou assassinios em massa sejam examinados por uma força neutra e que a «UNFICYP» investigasse nos dois sectores com a ajuda das autoridades respectivas».

NOVO PARTIDO NA GRÉCIA

ATENAS, 5 — (UPI-ANI) — O líder político Andreas Papanandreu anunciou hoje a formação do «Movimento Socialista Helénico» e criticou o Governo por se demorar em castigar aqueles que foram responsáveis pelo estabelecimento da ditadura e da crise cipriota.

«O perigo externo não justifica a inactividade governamental em três frentes: o castigo daqueles que foram responsáveis por sete anos de opressão, pelo massacre da nossa juventude na escola política e pela tragédia de Chipre» — sublinhou Papanandreu.

Falando durante uma conferência de Imprensa, o antigo professor universitário, de 57 anos, afirmou que a Grécia devia abandonar a aliança política da NATO e «todas as alianças políticas e económicas que minimizam a nossa independência nacional».



COMPRO—VENDO E TROCO

Mobiliás modernas de estilo e todo recheio de casa. Rua Alves Torgo, 18 cave (ao Chile, defronte da Igreja de Arroios).



Samsonite grande concurso de montras intauro

24 prémios em libras-ouro

Desde 26 de Junho até 10 de Julho, estiveram em exibição as montras dos Revendedores TAURO e SAMSONITE, inscritos no Concurso de Montras que promovemos, no Continente e Ilhas Adjacentes.

A demonstrar o êxito da iniciativa, registamos a qualidade estética e o nível publicitário das montras concorrentes, bem como o incremento produzido no índice de vendas dos respectivos estabelecimentos.

Conforme disposição regulamentar, previamente divulgada, o júri de selecção e classificação distinguiu 24 dos concorrentes inscritos, atribuindo os anunciados prémios em libras-ouro.

visite-nos na **PIGMODA 74** DE 19 A 22 DE SETEMBRO



o prestígio que viaja

Estrangeiro

Associação Sikkim-Índia provoca protestos

NOVA DELÍ, 5 — (R.) — Milhares de estudantes percorreram enfurecidos ontem, à noite, as ruas de Katmandu, a capital do Nepal, quando a Câmara Baixa do Parlamento indiano aprovou uma lei para absorver o Sikkim, o reino vizinho nos Himalaias, dentro do sistema político da Índia.

Notícias de Katmandu dizem que mais de dois mil estudantes desfilarão pelas ruas dessa capital, gritando estribilhos contra a Índia e, depois, estilhaçaram as montanhas de uma biblioteca dirigida pela embaixada indiana e apedrejaram quadros de informação, cobertos por vidraças, fora da missão de cooperação indiana.

Um cordão da Polícia deteve os manifestantes a cerca de 100 metros da Embaixada da Índia.

As notícias indicam que se começou a registar tensão em Katmandu no princípio do dia de ontem, quando os políticos de Nova Deli debatiam a lei, apresentada apenas no dia ante-

rior, que poderia fazer com que o pitoresco reino do Sikkim, passasse de um protectorado para um Estado associado com a Índia.

A indignação dos estudantes irrompeu quando a lei foi aprovada por 310 contra sete votos, uma aprovação que quase de certeza fará com que a Câmara Alta a ponha em vigor.

O Sikkim, situado estrategicamente entre a Índia e a China, tem uma população apenas de 200 mil habitantes, 75 por cento dos quais são nepaleses. A assembleia do reino, dominada por nepaleses, pediu-lhes mais estreitos com a Índia.

Dirigentes nepaleses, que se encontram em Nova Deli, manifestaram, todavia, séria preocupação com os acontecimentos, como tem acontecido com a China.

Em Abril do ano passado, o descontentamento nepalês no Sikkim, por causa da falta de poder político, conduziu a manifestações contra o chogyal (go-

vernante) Palden Thondup Namgyal, de 51 anos, que pediu à Índia para assumir a administração do território e manter a lei e a ordem.

Essa atitude deu origem a um acordo, firmado em Maio, que retirava ao chogyal muitos dos seus poderes e dava ao Sikkim uma assembleia eleita e a sua primeira consulta às urnas numa base de um homem — um voto.

A recente legislação incorpora um tratado de 1950, nos termos do qual a Índia se tornou a única responsável pela defesa, integridade territorial e questões estrangeiras do Sikkim. Prevê ainda que dois representantes do Sikkim tenham lugar no parlamento indiano.

A votação de ontem efectuou-se quando o chogyal passava a noite em Calcutá, após cancelar uma planeada viagem a Nova Deli. «Os meus amigos aconselharam-me a não ir» — disse.

O chogyal afirmou que a senhora Indira Gandhi, primeiro-ministro indiano, não respondera a dois telegramas que lhe enviara no último fim-de-semana, nos quais procurara adiar a aprovação da lei com o fundamento de que a Índia tentava integrar institucionalmente o Sikkim.

O ministro indiano dos Negócios Estrangeiros, Swaran Singh, respondendo ontem à noite, a críticas feitas pelo Nepal e pela China acerca do papel da Índia nas questões do Sikkim disse que o seu país respondia simplesmente a pedido dos representantes eleitos do povo da-

quele território para fortalecer os elos que os ligam.

O Sikkim tem o seu próprio sistema e a sua própria constituição e a Índia não interferiria com eles» — notou.

Se os nepaleses querem o chogyal, podem tê-lo. Se não o quiserem, podem livrar-se dele» — acrescentou o ministro.

NICOSIA, 5 — (F.P. e DPA-ANI) — O presidente da república, Glafcos Clérides, reafirmou na quarta-feira, numa declaração, a posição do seu Governo relativamente ao reatamento das negociações.

«Não encetaremos negociações» — disse — «sem que os foragidos hajam regressado aos seus lares. Não participaremos em discussões para sancionar factos consumados resultantes da invasão turca e não aceitaremos negociações que tenham por finalidade solucionar o problema cipriota unicamente na base de uma federação geográfica».

«Conforme já declaramos em Genebra — acentuou Clérides — o Governo cipriota está pronto, reunidas as condições necessárias, a examinar sem nenhuma ideia preconcebida todas

Pássaro misterioso

LONDRES, 5 — (R.) — A polícia do Oeste desta capital procura um pássaro misterioso que anda como uma avestruz, voa como uma águia, mas parece um cavalo.

O gigantesco monstro foi visto pela última vez a voar à volta do aeroporto de Heathrow, em Londres, e depois junto de um lago próximo. Pensa-se que o pássaro tenha cerca de dois metros de altura, com um comprimento de asas, que são brancas e negras, de mais de dois metros.

O desenhador Barry Win-

bey, de 21 anos, que afirmou pela primeira vez ter avistado o pássaro misterioso declarou: Ao princípio julguei tratar-se de um cavalo. Depois, o monstro levantou a cabeça e compreendi que era uma espécie de pássaro. Andava como uma avestruz, mas quando levantou voo parecia uma águia.

Um informador da polícia observou: Não faço a mínima ideia do que seja. Penso, porém, que o pássaro não seja perigoso.

O presidente cipriota recusa negociações

as soluções possíveis, sem excepção».

Clérides, que respondia, às declarações feitas na terça-feira por Rauf Denktash, acentuou que este «faria melhor se contactasse directamente connosco para se informar da verdadeira posição do Governo cipriota».

LUTA RENHIDA

As tropas turcas conquistaram ontem a aldeia de Galini, na parte Noroeste de Chipre, e avançaram em direcção à vizinha aldeia de Warisia, entre luta renhida contra unidades da Guarda Nacional Cipriota Grega.

Ocorreram também novos confrontos em Nicósia, na «linha verde» que divide as comu-

nidades grega e turca. Têm-se sucedido, durante as últimas noites, os incidentes com bombas e tiroteio nesta zona da cidade.

Por outro lado de fonte turca muito segura, soube-se que as tropas turcas ocuparam esta noite o enclave cipriota turco de Limnitis, na costa oeste da ilha, a 10 km de Lefca.

Da mesma origem, anunciou-se que destacamentos do exército turco lançaram uma ponte até à localidade cipriota turca de Kokkina, 25 quilómetros mais a oeste de Lefca.

A população destas duas localidades eleva-se, respectivamente, a 1500 e 2500 pessoas, encravadas no meio da zona dominada pelos cipriotas gregos.

PINOCHET:

Mais vinte anos no poder

SANTIAGO, 5 — (R.) — O general Pinochet, chefe da Junta Militar Chilena, declarou ontem aos jornalistas que o seu regime continuará no Poder durante vinte anos ou mais, se for necessário para levar a cabo o seu programa de desenvolvimento económico e social.

Salientou que a Junta não é um regime provisório, pois isso significaria o eventual regresso do país aos tempos em que reinava o caos e se lutava nas ruas.

Ao completar-se quase um ano sobre o golpe militar que derrubou o presidente Allende, e o Governo de Unidade Popular, Pinochet deu uma conferência de Imprensa com a presença de uma centena de jornalistas, e anunciou que em breve será tomada uma decisão sobre o destino dos antigos membros do Governo que se encontram detidos.

Disse também que o estado de guerra interna poderá ser levantado dentro de meses ou dentro de dias dependendo disso apenas de continuar ou não a actividade dos extremistas de esquerda que se opõem ao regime.

Pinochet falou durante mais de duas horas com jornalistas da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos e deu a entender que o seu regime não está a receber o total apoio da Igreja ao condenar as interferências dos dirigentes eclesiásticos na política.

Há dez dias, vários dirigentes religiosos, entre os quais o Primaz Católico, Monsenhor Silva Henríquez, enviaram uma carta à Junta Militar, pedindo entre outras coisas o levantamento do estado de guerra interna e a libertação dos presos políticos.

O general Pinochet respondeu-lhes que não podia atender

esse pedido, mas prometeu estudar medidas a favor de alguns dos detidos.

Fontes bem informadas dizem que a Junta poderá libertar alguns dos detidos, com a condição deles abandonarem o Chile.

SETE MIL PRESOS POLÍTICOS

LONDRES, 5 — (R.) — A amnesty internacional afirma no seu relatório anual hoje distribuído que em Maio havia cerca de sete mil presos políticos no Chile a maior parte dos quais sem julgamento.

Todos os outros acontecimentos na América Latina foram ultrapassados pelo golpe militar que derrubou o Governo constitucional do presidente Salvador Allende — diz o relatório, segundo o qual o número de pessoas mortas na sequência do golpe é calculado entre 10 mil e 20 mil.

Uma delegação da amnesty internacional que visitou Santiago no ano passado, falou com presos políticos que apresentavam ainda as marcas deixadas pela tortura.

O problema dos refugiados políticos continua a fazer-se sentir com gravidade, existindo cerca de 10 mil refugiados chilenos só no Peru e na Argentina. Muitos desses refugiados obtiveram apenas uma autorização provisória de residência pelo que recebem vir a ser deportados mais tarde.

O relatório acrescenta que a tortura e a repressão continuam em larga escala no Brasil, tendo morrido nos últimos anos, em circunstâncias não esclarecidas, 210 pessoas que se encontravam presas.

Mais seis personalidades detidas na Etiópia

ADIS-ABEBA, 5 — (R.) — A Comissão das Forças Armadas da Etiópia anunciou ontem que mais seis personalidades haviam sido presas e levadas para a sede da quarta divisão.

Entre os seis detidos, encontrava-se Yohannes Kidane Mariam, ministro de Estado no palácio e secretário particular do imperador Haile Selassié.

Mariam era um dos principais colaboradores de Selassié

e tinha acesso aos arquivos particulares do Imperador.

Os outros cinco aprisionados pelas Forças Armadas eram dois oficiais superiores da Polícia e três civis.

Eleva-se agora para cerca de 170 o número de antigos ministros, funcionários civis e militares, governadores provinciais e juizes que se encontram detidos na Quarta Divisão do Quartel-General do Exército.

Yasser Arafat ordenou o estado de alerta

BEIRUTE, 5 — (UPI/ANI) — Yasser Arafat ordenou às suas forças de guerrilheiros que estejam «no mais rigoroso estado de alerta» — anuncia o jornal «Al Liwa», de Beirute.

Esta decisão de Arafat foi tomada menos de vinte e quatro horas depois de guerrilheiros da «Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina» (FDPLP) terem travado recontros com forças israelitas, perto da aldeia israelita de Fassouta.

«Al Liwa» acrescenta que as instruções dadas por Arafat ordenavam aos guerrilheiros que estejam em alerta para «enfrentar qualquer ataque israelita quer em terra, quer vindo do ar ou do mar».

«Arafat ordenou aos comités populares nos campos palestinos que cumpram os seus deveres durante qualquer ataque israelita» — acrescenta o jornal.

As ordens de Arafat coincidem com a promessa feita pelo dirigente da FDPLP, Nauef Hawatmeh, segundo a qual as ope-

rações dos guerrilheiros continuariam e que a operação de Fassouta tinha por objectivo conseguir a libertação do arcebispado grego Hilarou Capucci, detido no mês passado em Israel sob acusação de transportar ilegalmente armas do Líbano para os guerrilheiros palestinos que operam no interior de Israel.

Em entrevista ao jornal «An Nahar», Hawatmeh declarou que «esta operação não será a última» e que as actividades dos guerrilheiros continuarão até que os direitos dos palestinianos sejam restabelecidos.

Anteriormente, um informador dos guerrilheiros anunciou que os guerrilheiros que assaltaram ontem a aldeia israelita perderam mais tarde o contacto com o seu comando.

Nessa altura, os guerrilheiros estavam a ser alvejados pelos israelitas. Mas anunciaram que estavam decididos «a lutar até ao fim».

Relações diplomáticas R.D.A. -Estados Unidos

BONN, 5 — (UPI-ANI) — A Alemanha Federal considerou ontem o estabelecimento de relações diplomáticas entre Washington e Berlim Leste uma decisão soberana, da qual foi consultada, e que não afectará as relações norte-americanas com Bonn.

Numa declaração oficial emanada do Ministério federal

alemão dos Negócios Estrangeiros, sublinha-se que as negociações entre Washington e Berlim Oriental foram suspensas em Julho, quando a Alemanha Democrática, dificultou unilateralmente o trânsito para Berlim Ocidental, em ligação com o estabelecimento em Berlim Ocidental de um serviço federal de protecção do meio ambiente.



Marcel Achard, membro da Academia Francesa, faleceu ontem em Paris. Contava 75 anos. Durante toda a vida, Achard foi um homem do teatro, para onde entrou pela modesta «gaiola» de «ponto». Um encenador célebre, Charles Dullin, convenceu-o, a certa altura a escrever uma peça de teatro. Foi assim que Marcel Achard iniciou a sua carreira de autor dramático, durante a qual conheceu grandes êxitos populares: «Jean de la Lune», «La Belle Marinière» e «Patate» (duas mil representações no Teatro de Saint Georges). (Telefoto UPI-Telimprensa)

TURISMO

O iate "Apollo" tem alguma coisa a ver com o turismo?

Por JOSÉ VACONDEUS

A Imprensa tem-se referido, por várias vezes, ao caso do iate «Apollo». A própria opinião pública, alertada pelas mais diversas conjunturas — fantasiosas ou não —, não esconde a sua interrogação sobre os motivos que levarão o iate, considerado o maior do Mundo, a permanecer tanto tempo em águas portuguesas.

Ainda recentemente, um semanário lisboeta afirmava que aquele barco era a sede da Operation and Transport of Panama, organização ligada à IBM e que, curiosamente, o «Apollo» e as três centenas de pessoas que costuma trazer a bordo aparecem nos mais diversos pontos do Mundo quando aí acontece algo de inusitado — foi Portugal, agora Espanha, já há alguns anos tinha sido Cuba. Acrescentava ainda aquele periódico que a filial em Lisboa da referida organização, a «Cindusta», editou em tempos um folheto na qual se dizia: «a OTC, familiarizada com Portugal, tornou-se cónsua da estabilidade e desenvolvimento que Portugal tem alcançado nos últimos 40 anos».

Um outro jornal tinha publicado, anteriormente, dois artigos intitulados «Na rota do iate «Apollo» — uma multinacional flutuante» e «OTC («Apollo») em litígio com C. I. A.». Divulgaram os respectivos textos que, em Setúbal, tinham aparecido inscrições murais com a frase «o Apollo é C. I. A.» e que desconhecidos, na madrugada, apagaram aquela acusação. Que elementos ligados ao «Apollo» desenvolveram na cidade sadina um processo de averiguação visando certamente a obtenção de elementos que lhes permitissem conhecer a eventual autoria ou responsabilidade pelas ditas inscrições.

Acrescentaram os mesmos artigos que, em Maio, ocorreu a bordo do iate, ancorado ainda em Setúbal, uma reunião com bastantes elementos externo ao barco, não se sabendo ao certo qual o objectivo daquele encontro e que, mais tarde, uma força de fuzileiros navais terá, segundo parece, passado revista a todo o navio, na companhia do capitão do porto. E divulgava ainda o texto publicado que, quando pretendeu o navio regressar a Setúbal, em meados de Junho, as autoridades portuárias não o permitiram alegando que não seria conveniente que o «Apollo» atracasse novamente, devido à possibilidade de eventuais reacções por parte da população. Foi então alterado o rumo para Lisboa. E foi mais longe o autor do artigo a que nos referimos: afirmou que, dando a Junta Autónoma do Porto de Setúbal preferência de acostagem a navios comerciais, os homens do «Apollo», para obterem lugar em determinado cais, têm pago avultadas despesas aos armadores dos navios que teriam direito a ocupar esses locais de atracagem.

Segundo se pode ler no mesmo artigo, aquele iate, centro actual da organização Operation and Transport Corporation, Limited, foi adquirido em 1968 e é por ela considerado o maior iate do Mundo. Tem cerca de cem metros de comprimento e está pintado de branco, com uma faixa dourada circundante. Pesa 3200 toneladas e transporta habitualmente mais de três centenas de pessoas, entre as quais equipas desportivas e agrupamentos musicais, os «Apollo Stars» e os «Star Dancers». Toma-se conhecimento, mais adiante, da existência da empresa criada em Portugal, em Novembro de 1972, denominada «Cindusta — Consultores Industriais, Lda» e que é a representante e associada da O. T. C., com uma filial no Funchal esta especialmente destinada ao oferecimento de serviços relacionados com o sector do turismo. E por fim, dentro da trans-

crição resumida do que divulgou o mesmo semanário acerca das actividades daquela organização multinacional, tomou-se conhecimento de que o Grémio dos Bordados da Madeira e a Sacor terão sido clientes da empresa portuguesa associada da O. T. C., que existem casos judiciais entre esta e algumas organizações norte-americanas, nomeadamente a C. I. A., que o «Apollo» foi proibido de trabalhar em Marrocos, que a «Cindusta» acusou um volume de vendas de serviços, em 1973, de cerca de 45 contos, enquanto movimentou 5500 contos por apoio terrestre prestado ao iate da organização e que estaria a realizar na Madeira, por conta do Governo português, uma prospecção ao mercado turístico (o que veio a ser desmentido, mais tarde, pelo director-geral do Turismo, interino).

A reacção da O. T. C. e da «Cindusta» quanto à publicação dos referidos artigos não se fez esperar. Invocando a Lei da Imprensa, fez publicar no mesmo jornal uma carta que pretendia ser de esclarecimento e que abordava quase exclusivamente o tema do turismo.

Perante o vago conteúdo esclarecedor da carta publicada, porque a opinião pública merece uma resposta às suas dúvidas, porque a missão da Imprensa é aclarar situações que se apresentem confusas, porque os nomes invocados pela «Cindusta» como elementos que estariam identificados com a sua actividade (dr. Licínio Cunha, srs. Júlio Padesca e Pinto da Silva), ao serem contactados, repudiaram energicamente qualquer ligação com aquela empresa, porque a própria Direcção-Geral de Turismo afirmou desconhecer qual a actividade e quais os propósitos do iate «Apollo», pareceu-nos que seria oportuno ouvir directamente os responsáveis em Lisboa e transmitir aos nossos leitores aquilo que pudesse ser dito e provado. Moveram-nos apenas intuítos de inteira independência e essa intenção foi claramente exposta ao sr. Geary Vernon Titus, sócio-gerente da «Cindusta».

No passado dia 8, apresentámos ao sr. Titus o questionário que reproduzimos a seguir. Começando por reagir desgostosamente em relação à Imprensa portuguesa, prometeu-nos dar respostas claras a todas as perguntas «dentro de dois dias». Passada uma semana, um advogado português, telefonicamente e invocando a sua qualidade de defensor dos direitos da sua cliente, pretendia saber das razões da entrevista que pretendíamos efectuar. Compreendeu imediatamente que nada tínhamos a ver com o processo criminal por difamação informado ter ordens dos seus constituintes para instaurar ao jornal que tinha publicado as reportagens. Compreendeu igualmente e informou ir comunicar aos seus clientes que nada os obrigava a conceder a entrevista pedida e que estavam no seu legítimo direito de não pretender esclarecer a opinião pública. Estaria igualmente o «Diário de Lisboa» a cumprir a sua missão se publicasse, embora sem respostas, as perguntas que tinham sido feitas ao sr. Titus.

Vinte e cinco dias depois do primeiro contacto com o sócio-gerente da «Cindusta» e após várias insistências em que nos foi respondido que estavam a aguardar resposta ao questionário que teria sido enviado para o iate «Apollo», julgamos que será oportuno divulgar o conteúdo das perguntas feitas que, como se pode verificar, são, na sua maior parte, relacionadas com assuntos ligados ao turismo, actividade que aquela empresa afirma estar na base da sua principal razão da presença em Portugal:

— Qual é o negócio concreto da O. T. C.? Quem são os seus associados? Como é que se pode entender que uma organização tenha a sua sede flutuante e consiga recrutar pessoal para trabalhar em tais condições?

— Em carta publicada num órgão de Informação, afirmou a «Cindusta» que o iate «Apollo» navega há vários anos em águas portuguesas. Como é possível obter rentabilidade com uma actuação tão demorada, cujos resultados práticos, pelo menos no caso português, não são conhecidos?

— Na mesma carta, afirmava-se que a O. T. C. tinha obtido «uma expansão em lucros superior ao dobro do ano anterior e que essa actuação consistiu em detectar uma área em que houvesse dificuldades e procurar saber o que faltava e melhorar as condições de forma a poder fornecer a essa mesma área serviços e assistência». E evidente que as intenções anunciadas, por excederem os habituais abridores de uma empresa privada, necessitam de um esclarecimento. Qual o significado concreto desta afirmação?

Ainda com referência a essa mesma carta publicada num semanário lisboeta, e para além da apologia das belezas naturais da Madeira, afirmou a «Cindusta» que a razão de ser da sua actuação naquela ilha era o procurar a resposta aos motivos por que os turistas «voltam ali, ano após ano». Ora, a verdade que se conhece é bem diferente e as razões do não crescimento — em percentagem com o aumento progressivo de alojamentos na Madeira de afluxo turístico estrangeiro não tem nada a ver com a promoção, com as belezas naturais, com as infra-estruturas hoteleiras existentes. O factor importante que impede o desenvolvimento local é o próprio aeroporto, a sua incapacidade de recepção de aviões intercontinentais, a necessidade de transbordos e escalas, o que não acontece, por exemplo, em relação às Canárias. Parece, pois, à primeira vista, que as afirmações da «Cindusta» são completamente vazias de conteúdo e estão bastante desligadas das realidades dos factos. Como se pode compreender isso, partindo as declarações de uma organização que se diz «viadora para o turismo»?

— Como explicam que, em relação a dois seminários cuja realização pertence à sua inteira iniciativa, subordinados ao tema «o turismo, seus problemas e tentativas de solução», e em que os assistentes foram

unânimes em se interrogar sobre os objectivos e resultados práticos de tais reuniões, tenham as pessoas indicadas pela «Cindusta», ainda na mesma carta, como estando identificadas com os propósitos da actividade da organização, sido unânimes em declarar — segundo inquirido directo feito pelo nosso jornal junto desses elementos — que nada tinham a ver com a empresa autora da iniciativa e que desconheciam, por completo, a razão de ser da sua existência em Portugal?

— De toda a exposição apresentada no mesmo semanário, no capítulo intitulado «navio de turismo», parece ter feito a «Cindusta» a única afirmação mais concreta acerca de projectos, ainda que em termos indefinidos. Quando disse «estamos a contemplar o projecto de utilizar navios em viagens internacionais para promover Portugal nos países vizinhos» (!) — a exclamação é nossa. «Têm sido feitos contactos para utilizar o já famoso iate «Apollo» em tal empreendimento para a promoção turística de Portugal, utilizando a bordo exposições e distrações que serão gratuitas para todos os visitantes nos portos de outros países. A ideia consiste em atrair o público através de exposições de promoção, distrações, planos de viagem em grupo, demons-

trações culturais e folclóricas, juntamente com as vantagens de férias em Portugal», pergunta-se: que tipos de contactos foram feitos? Com o organismo oficial português? Em que condições económicas propõe a O. T. C. (ou a «Cindusta») executar tal plano?

— Sempre com base na mesma carta, publicada ao abrigo da Lei de Imprensa, afirma-se, em dada altura, que a O. T. C. e a «Cindusta» administram cursos de aprendizagem técnica de assuntos de turismo. Sendo assim, que validade legal é atribuída, no nosso País, a esses cursos? Qual a relação existente entre estes cursos e os ministrados oficialmente pelo Centro de Formação Turística e Hoteleira e pelas Escolas Hoteleiras? São cursos pagos? Com que duração? Em que consistem, concretamente, e quais os resultados já obtidos com os mesmos? Onde são recrutados os professores? São nacionais ou estrangeiros?

— Qual o preço do estudo da situação turística na Madeira que a «Cindusta» terá proposto à Direcção-Geral do Turismo e que esta afirmou, em carta transcrita na Imprensa, não ter aceite nem encomendado? Quais as conclusões a que terá chegado esse estudo?

Todos teríamos ganho se as respostas a estas perguntas tivessem sido prestadas, clara e concretamente. Mas tal não foi possível obter. O objectivo de, independentemente, darmos a

conhecer a verdade (pois só essa nos interessa) não foi atingido. Tudo continua envolvido na nebulosidade.

Ao tomarmos conhecimento de que se encontraria em Portugal o sr. Frederick Hare, que, no seu cartão de visita, se apresenta como «assistant controller» da O. T. C., Ltd. (Operation and Transport Corporation, Limited — an international business management organization, incorporated in the Republic of Panama), procurámos expor as razões da entrevista que pretendíamos fazer, mas a reacção deste elemento da organização foi violentíssima: «Só responderemos às perguntas se nos for passado um documento de garantia em como não alteram o que afirmamos!». «Não temos nenhuma confiança no «Diário de Lisboa!»; «Se esse jornal publicar algum artigo sobre a nossa organização, processá-lo-emos, como já estamos a fazer com os outros semanários!» — ameaçou o sr. Hare de dedo em riste.

Perante tais acusações em relação à Imprensa portuguesa, tinha-se esgotado a possibilidade de diálogo. A nossa límpida intenção de publicar apenas a verdade não tinha sido compreendida (ou não convinha ser entendida) pelos responsáveis de uma organização que tem provocado, ultimamente, tanta ce-leuma.

Não foi possível fazer-lhes compreender que, quando não existe nenhum mistério não há razões para as pessoas se deterem em conjecturas. Que há um dito português, muito antigo, que o povo utiliza com frequência: «Perguntar não ofende!». E que há um outro, também genuinamente nacional, que ainda terá melhor aplicação neste caso: «As perguntas nunca são ofensivas; as respostas é que podem ser!».

Ou será que ultrapassariam os limites da discreção se respondessem a um questionário-entrevista que elaboráramos dentro dos propósitos da informação pública, como compete a um órgão de Informação?

Os bancos emissores vão ser nacionalizados

O Conselho de Ministros, reunido anteontem na residência oficial do Primeiro-Ministro, aprovou os diplomas que estabelecem a nacionalização dos bancos emissores (Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino e Banco de Angola) e autorizou a construção do serviço ferroviário da área de Sines, cujo investimento total está previsto para 2 300 000 contos. Foi também votada uma proposta que fixa

em 15 milhões de contos o máximo limite das responsabilidades do Estado na prescrição de avals.

O Conselho aprovou um decreto-lei que extingue os organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia e que prevê a passagem das suas funções fundamentais e do seu património para organismos de coordenação económica. Por outro lado, criam-se as con-

dições para as alterações de estruturas que é necessário introduzir nos organismos de coordenação económica.

Na reunião foi também apreciado o problema das remunerações do pessoal das instituições de previdência e abordados os vários problemas da gestão das mesmas instituições. Esta questão permanece em agenda, devido à sua importância.

Reforma fiscal

Continuação da pág. 4

a obrigação de pagamento de imposto de selo no quantitativo de cinquenta centavos por cada grupo de duas apostas no concurso do totobola, só será cobrado nas apostas mútuas desportivas realizadas a partir de 23 de Setembro do ano corrente.

6 — Finalmente refere-se que o diploma se considera em vigor a partir do dia 29 de Agosto, a razão pela qual se chama a atenção dos contribuintes, desig-

nadamente dos que têm que proceder à liquidação do imposto de transacções agora alterado, para o cumprimento rigoroso e pontual dos prazos fixados para o exercício de direitos e o cumprimento das obrigações fiscais.

Cumprе salientar que estas recomendações constituem um simples resumo de algumas das importantes disposições contidas na recente reforma, devendo por isso os contribuintes diri-

gir-se e pedir mais detalhados esclarecimentos nos bairros e repartições de finanças locais bem como nos serviços de informações fiscais em Lisboa, Porto e Coimbra.

Só, assim se poderá estabelecer um clima de colaboração e compreensão indispensável por um lado à eficaz e justa actuação da administração fiscal e, por outro, à defesa dos próprios interesses de segurança e comodidade do contribuinte.»

CLARK
EQUIPMENT



MICHIGAN

O PRESTÍGIO SOBRE RODAS!

ROMAR
ORGANIZAÇÃO AO SERVIÇO DA INDÚSTRIA

LISBOA
Rua 34 Boveria 83 1.º D.
Tel. 872161 e 872169

PORTO
Rua 54 de Boveria 18 369 e 803
Tel. 25871 e 22205

LEIRIA
A-1, Horta de Angola 105 A
Tel. 24119

↑ PORTO ↓
ALGARVE



serviço **AutoCama**

de 31 de Maio a 13 de Outubro

peça informações

Caminhos de Ferro Portugueses

Ministério da Marinha

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO
AVISO

Faz-se público que está aberto concurso para admissão de Serventes Especializados do quadro do pessoal civil do Ministério da Marinha (Lotação da Direcção do Serviço de Abastecimento), a que corresponde o vencimento mensal ilíquido de 3300\$00, pelo menos.

As condições de admissão encontram-se patentes na Direcção do Serviço de Pessoal — 4.ª Repartição — Ministério da Marinha (Praça do Comércio) e na Secretaria Central desta Direcção, no Alfeite.

Direcção do Serviço de Abastecimento, Alfeite, 23.8.1974

O DIRECTOR,
Carlos Alberto Mota
Cap. m. g. AN

IMÓVEL

VENDE-SE EM LISBOA NUMA DAS MELHORES AVENIDAS

com 14 pisos aprovados para escritórios s/ou habitação com estacionamento.

Resp. a este jornal ao n.º 1501.

1.ªS HIPOTECAS PRECISA-SE

Em prédios em construção em Lisboa, até ao Montante de 20.000 contos, entregas por fracções, somos os próprios.

Resposta ao Apartado 4142 — Lisboa-4.

REPRESENTANTES

FIRMA PRODUTORA E EXPORTADORA DE CONSERVAS DE PEIXE E SEUS DERIVADOS
PRETENDE ALARGAR A SUA DISTRIBUIÇÃO AO MERCADO INTERNO, PROCURA POR ISSO AGENTES EM TODAS AS CIDADES DO PAÍS
RESPOSTA A ESTE JORNAL AO NÚMERO 1502

Sindicato dos Engenheiros Técnicos (SECÇÃO SUL)

«SEMANA DE APOIO
AO POVO CHILENO»

Dando a sua total adesão à Semana de Apoio ao Povo Chileno, promove na sua sede de 4 a 11 de Setembro uma exposição documental simultânea com venda de livros e discos, cujo lucro reverterá a favor das organizações anti-fascistas do Chile.

QUINTA DE RECREIO VENDE-SE

A 25 km de Lisboa, linha de Loures, com 5000 m2. Jardim, cultura, piscina, casa apalaçada com 10 divisões, 4 casas de banho, cozinha, marquise, despensa. Ricamente decorada e mobilada, com água, luz e telefone. Vende por motivo de partilhas. Trata Fernandes e Costa, Ld.ª, Av.ª Almirante Reis, 104-2.ª, em Lisboa.

LAVAGEM DE ALCATIFAS

EM SUA CASA

T. 714642



**EDUARDO JORGE
JÚNIOR**

FALECEU

Isabel Nogueira da Silva Jorge, Eduardo da Silva Jorge, mulher e filhos, Maria Isabel da Silva Jorge dos Santos, marido e filha, Maria Eduarda da Silva Jorge Ferreira, marido e filhos, irmãos, cunhados, sobrinhos e demais família participam o falecimento do seu querido marido, pai, sogro, avô, irmão, cunhado, tio e parente e que o funeral se realiza amanhã às 11 horas, da Igreja S. João de Brito, para jazigo no cemitério dos Prazeres.

AGÊNCIA BARATÁ



USE 3 VEZES
POR DIA

ASTRÓLOGA ELGA

Trata e resolve todos os problemas e assuntos de sua vida, mesmo sendo os mais difíceis. Só senhoras. Tel. 77 43 43.

VENDEM-SE

Móveis e objectos
Arte Nova

R. Eduardo Coelho, 37
LISBOA

BATAS ESCOLARES

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
TINTURARIA GUANABARA

Av. João XXI, 5-D — R. Infanteria 16, 55-C — Lisboa

Peligom

Peligom é o "cola-tudo" indispensável no escritório, na escola ou em casa

É muito prático para colar papel, madeira, couro, tecido, vidro, porcelanas, fotografias, etc.



É transparente,
seca rápido
e é muito económico

Pelikan

DIST. CANAL 1

MULHER

A força ignorada das companheiras que se mantiveram na sombra-6



Maria Barroso

Maria Barroso é um nome que dispensa adjectivos ou apresentações. A sua intensa actividade política e a sua passagem, meteórica, mas brilhante, pelo teatro português, fazem dela uma presença que se não ignora. É uma mulher quase frágil, mas de uma tenacidade que se adivinha inflexível, toda uma aparência de suavidade mas não de fraqueza, pois não há dúvida que Maria Barroso saiu vencedora de uma luta em que sempre se manteve firme. No momento em que foi preciso optar, não hesitou. Actualmente, é sem sombra de dúvida, aliás como sempre aconteceu, a grande colaboradora e a maior defensora das ideias de seu marido, que é, como todos sabem o dr. Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros.

Embora eu considere que você tem uma actividade política muito autónoma e que já existia antes do seu casamento, diga-me até que ponto o facto de ser mulher de um perseguido político influenciou a sua vida.

Quando eu chego à Faculdade e conheço o Mário, que virá a ser mais tarde meu marido, já tenho uma determinada formação, que é extremamente influenciada pelo meio em que fui educada. Como sabe, o meu pai foi também um homem muito perseguido pelo governo salazarista e portanto isso influenciava-me e contribui imenso para a minha formação de militante antifascista, de democrata ferrenha, se assim se pode dizer. Mas o que neste caso interessa sobretudo é a minha situação a partir do momento em que me caso e que portanto passo a ser companheira do Mário. Eu penso que isso tem uma grande importância na minha vida, porque nós fomos ditados por linhas convergentes que nos encontramos. Quer ele, quer eu, já vivíamos com essa formação de antifascistas, pelo meio familiar que tivemos, e isso dá um reforço à nossa posição em relação à luta pela democracia em Portugal. O facto de ser mulher dele traz-me consequências muito sérias que são resultantes das prisões, da perseguição brutal de que ele foi vítima. Como sabe ele esteve treze vezes preso, ele foi deportado, ele foi exilado e isso teve consequências muito grandes na minha vida, como é evidente. Eu fui vítima na medida em que era mulher dele, não só também pela minha posição, mas sobretudo porque era mulher dele, porque ele tomou posições muito firmes, muito nítidas contra o regime salazarista e marcelista. Fui vítima na medida em que por exemplo não obtive o meu diploma de professora do ensino, mesmo particular.

Foi-lhe recusado a que pretexto?

Sempre a frase do costume: «porque não oferecia condições de servir os fins superiores da nação». Mas isso nem sequer me foi exigido a pretexto nenhum, eu é que vi a informação da Polícia, que era nesse sentido, pois nunca me disseram rigorosamente nada. Nunca me deram. Fiz requerimentos a vários ministros, mas nunca obtive qualquer resposta e o diploma veio agora, no dia 16 de Junho, ao fim quase de dez anos sobre a minha licenciatura. Por outro lado, também sofri na medida em que não pude representar. É evidente que a minha demissão do Teatro Nacional foi anterior ao meu casamento com o Mário, mas já havia uma questão política aí, eu já era acusada de tomar posições como democrata contra o governo vigente e portanto fui demitida do Teatro Nacional. No entanto essa posição foi reforçada pelo meu casamento com o Mário e nunca mais tive possibilidade de regressar ao Teatro Nacional. Todas as actividades que eu tive no sector artístico se ressentiram disso. É o caso, por exemplo, do meu recital em 66, do qual não sequer as críticas saem. É evidente que isso era também devido ao facto de termos tomado uma posição naquele movimento de que se deve lembrar, pedindo a demissão de Salazar, mas sobretudo e sempre mais vincadamente por ser a mulher do Mário. Aliás, eu considero que autonomamente a minha actuação em fraca foi o que eu pude dar à medida das minhas possibilidades, mas as consequências que eu sofro são sobretudo por eu ser a compa-

nheira do Mário. As prisões dele, pois com certeza que tiveram uma grande repercussão na minha vida, o seu exílio e a sua deportação também. Todas as formas de repressão sobre ele exercidas foram para mim extremamente graves, afectaram-me extraordinariamente, porque afectaram toda a minha vida de família.

Até porque você não pôde ocupar aqui, não é verdade?

Evidentemente. Em relação ao exílio eu repartia-me entre Paris e Lisboa, por um lado para dar assistência ao Mário e por outro para resolver a minha vida aqui sob o ponto de vista económico e para poder sustentar a nossa posição familiar. Tudo isso são coisas que, muitos meses, muitos anos que o governo nos roubou, anos de convívio, ausências do Mário que eram extremamente importantes para a vida dos nossos filhos e para a nossa própria vida, visto que nós temos a sorte de nos darmos muitíssimo bem. A repercussão foi grande na medida em que eu me dou muito bem com o Mário e que temos um entendimento muitíssimo bom, para não dizer perfeito porque é muito difícil e as pessoas às vezes até já me acusam de ser muito burguesa e de querer as coisas muito direitinhas. Isto agora vem como um parêntese, pois estou a pensar que uma das pessoas que me acusou de ser muito burguesa, porque gostava da vida muito direitinha (e eu já lhe explico o que é que eu penso a respeito disso), pois essa pessoa parece que acaba de assinar um documento em que se fala da moralidade do cinema, o que me dá muita vontade de rir, para não dizer como o Régio «nos meus olhos há ironias e canções». É uma ironia profunda que eu sinto quando olho para uma coisa dessas. Uma pessoa que achou que eu era muito burguesa e que agora aprova um documento a dizer que é preciso a moralidade nos costumes, a moralização no cinema, etc. Não há dúvida que isso me faz sorrir. Falavam da minha vida burguesa, porque eu tinha uma vida familiar muito certa. Eu penso que isso não era nem por eu ser burguesa, que efectivamente sou, todos nós o somos, é evidente, nem era por querer as coisas muito direitinhas. Simplesmente as pessoas têm ou não a sorte de encontrar pessoas com que se entendem. Se eu tive a sorte de me encontrar com uma pessoa com quem me entendo perfeitissimamente, é evidente que por uma questão de querer parecer muito avançada, e isso não é avanço nenhum, eu não ia destruir uma coisa que estava solidamente construída e que assentava sobretudo na honestidade e na sinceridade. Porque no dia em que as minhas relações com o meu marido fossem más, é evidente que nós separávamos. Mas se eu tenho uma família bem constituída pois excelente, porque é que eu hei-de destruir tudo só para dizer que sou muito moderna, que sou muito avançada? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O ser progressiva não significa que se destrua aquilo que está assente na honestidade. Isso é que me preocupou toda a vida, o facto de seguir uma linha de honestidade e de corência. Foi isso que eu fiz em todos os aspectos da minha vida, mesmo familiarmente. E esse é que é o «direiti-

nho» de que as pessoas às vezes me acusam.

A acção constante de andar de um lado para o outro afectou-a portanto muito sob o aspecto moral.

Com certeza. Em 68, quando o Mário foi deportado para S. Tomé e que pouco depois eu fui lá ter com ele, foi para mim uma coisa brutal, que me apanhou como um raio. Mas ao mesmo tempo que me revoltou imenso deu-me mais força para lutar contra o regime. Foi um facto muito importante na minha vida, até porque toda a situação em que o Mário se encontrava em S. Tomé era aqui caluniada, posta noutros termos, dizia-se que estava como administrador em S. Tomé, que estava numa situação extraordinariamente boa, quando a verdade é que ele estava a ser brutalmente perseguido e todas as pessoas que tinham contacto com ele eram apertadas e chamadas à Polícia. Chegou a ser completamente isolado, e até um casal nosso amigo de juventude que estava em S. Tomé chegou a ser ameaçado de vir para Lisboa com residência fixa, se continuasse a dar-se com o Mário. Os próprios filhos deles, que tinham lições de filosofia com o Mário para que ele tivesse um pouco mais de convívio e o tempo custasse menos a passar, tiveram que abandonar as lições para que ele ficasse totalmente isolado. Há por exemplo um episódio que eu penso que o Mário conta no livro, pelo menos na versão portuguesa, e que é o seguinte: ele foi chamado como advogado por um casal muito simples que vivia em S. Tomé, o indivíduo era réu de uma acção simplicíssima, sem importância quase nenhuma. A mulher, extremamente simpática e inteligente, uma mulher simples, mas que ouviu dizer que o meu marido estava em S. Tomé, e que era um bom advogado, portanto recorreu a ele. Quando a sentença saiu, depois de uma série de peripécias em que o Mário consegue desfazer a acusação contra o homem porque não havia provas e toda a gente pensa que ele sairá em liberdade, sofre uma pena não me lembro bem mas creio que de doze anos e meio. E a mulher, em pleno tribunal, voltou-se para o meu marido e disse: «Senhor doutor, a

pena não foi aplicada ao meu marido, a pena foi aplicada ao senhor doutor não continue a ser advogado dos pobres». Como este, sucederam muitos casos de perseguição ao Mário. Quando saiu a primeira vez, eu tinha a impressão de que se a coisa continuasse por mais algum tempo eles arranjavam maneira de o liquidar. Tanto mais que nessa altura havia em S. Tomé a questão do Biafra e portanto os cenários que partiam para o Biafra estavam todos ali a fazer quartel-general. Era uma coisa que me fazia muita impressão, ver horas de indivíduos que vinham às tantas da madrugada, que se embebedavam e faziam barulho.

Quanto tempo lá esteve o seu marido?

Salvo erro, nove meses. Passados 15 dias de ele ter ido, fui eu ter com ele, estive lá um mês, depois regressei para pôr as minhas coisas em ordem aqui e poder ficar com ele. Depois só viemos quando o Marcelo Caetano o mandou regressar ao Continente. Mas estava disposta a ficar lá todo o tempo que fosse preciso para o acompanhar.

E não tinha problemas aqui em Lisboa em relação ao colégio? Porque entretanto morreu o seu sogro, creio.

O meu sogro morreu em 70, exactamente quando o Mário vai para o exílio, quer dizer 1970 foi um ano extremamente doloroso para mim, em que eu pensei que chegava ao fim das minhas forças, morais e físicas, visto que morreu o meu pai, morreu a minha mãe e morreu o meu sogro.

O Mário tinha ido à América e tinha feito uma conferência no Over Seas Press Club em que, mais uma vez, ele afirmou publicamente a sua posição de anticolonialista. Claro que para eles era uma coisa muito grave fazer uma afirmação dessas no Over Seas Press Club, visto que eles próprios tinham dificuldade em lá penetrar. Portanto o facto do Mário ser convidado e de ter aproveitado a ocasião para mais uma vez demonstrar a sua posição de democrata, de antifascista e de anticolonialista, sobretudo isso, deu-lhes uma raiva redobrada. E nessa altura que fazem aqui no País uma campanha brutal contra ele. Eu ainda tenho vários contratos tira-

dos pela minha filha, das paredes e dos muros onde se via escrito «cão judeu», «traidor», «matem-no». Uma campanha brutal, tanto nas paredes do País como na televisão e nos jornais. O Mário queria regressar a Portugal e fui eu que lhe pedi para ir directamente da América para Paris, onde fui ter com ele. Levei um dossier feito pela minha filha com os recortes dos jornais, algumas fotografias que ela tirou a essas inscrições nas paredes e aconselhei-o a deixar acalmar um pouco mais as coisas. Convenci-o a não regressar imediatamente a Portugal pois tinha medo que o liquidassem. Entretanto a minha mãe morreu, o meu sogro morreu também em Julho desse ano e o Mário, que estava nesse momento em Itália escrevendo o livro «Portugal amordado», em casa de um amigo nosso, o Mário Ruivo, mete-se imediatamente no avião e veio a Portugal para assistir ao funeral do pai. Deixaram-no entrar e no dia seguinte ao funeral do meu sogro, chamaram-no à Polícia e foi-lhe posta a alternativa: ou ficava e era preso, ou saía do País. Ele primeiro quis ficar e fui eu, os filhos e alguns amigos que o impulsionámos no sentido dele ir para o exílio. Era preferível o exílio, pois lá fora fazia muito mais pelo País do que faria aqui dentro de uma cadeia, onde ficaria completamente manietado. Lá fora poderia publicar o livro, que eu tanto gostaria que ele publicasse, e por outro lado continuaria a lutar como efectivamente tivesse, contra o colonialismo e o fascismo português. E as relações que ele teve com os líderes dos movimentos nacionalistas, a pressão que fez sobre vários Governos da Europa para que não ajudassem Portugal e para que pressionassem Portugal no sentido de acabar com o fascismo, tudo isso são sementes

que ele lançou à terra e de que colheu agora os frutos, uma vez no Governo, nesta nova fase democrática que nós estamos a viver. Parece-me que foi muito importante. E por isso não estou arrependido de ter pressionado o Mário nesse sentido. Os contactos estavam de facto estabelecidos, o que certamente facilitou muita coisa. Penso que sim, as relações de camaradagem com todos os chefes africanos e as relações com os socialistas implantados nos diversos Governos da Europa, parece-me que foram muito importantes para esta abertura de perspectivas em relação aos problemas que nós temos para resolver.

E a partir do ano de 70...

A partir dessa altura eu tive que estar mais por cá, já não tinha o meu sogro e portanto tive que ficar no colégio a trabalhar, onde sempre tive a sorte de contar com colaboradores excepcionais. Eles portanto facilitaram extraordinariamente a minha tarefa. Até porque eu não podia ser oficialmente directora do colégio, nem exercer qualquer cargo lá dentro. Podia ser a dona da casa, mais nada, embora efectivamente tivesse uma acção pedagógica simples, modesta, mas que existia.

Moltemos ainda à interrupção da sua carreira artística, que a deve ter afectado bastante, não é verdade?

Sim, senti-me um bocadinho. Eu gostava muito de representar e gosto de representar, acho que as pessoas têm uma missão nesta vida e a minha seria talvez a de representar, de fazer alguma coisa através de algumas poucas qualidades que tinha para o teatro. E eu escolhi esse meio porque pensei que seria a forma mais válida de me realizar. Mas na verdade nós na vida temos que fazer opções, eles cortaram-me as possibilidades

Continua na pág. 19

ALIANÇA ELÉCTRICA DO SUL, S. A. R. L.

CAPITAL — 70.000.000\$00

SEDE — Rua D. Francisco Manuel de Melo, 23-A-6. LISBOA

Tendo-se procedido em 26 de Agosto p. p. ao sorteio de obrigações desta Companhia de 4 % — 1958, foram extraídos os seguintes números:

OBRIGAÇÕES DE 4 % — 1958

21.357	23.264	26.310	27.442
21.384	23.271	26.341	27.456
21.873	23.821	26.372	28.019
21.897	23.827	26.397	28.030
22.202	23.843	26.664	28.049
22.249	23.877	26.668	28.067
22.734	24.327	27.004	28.097
22.739	24.659	27.032	28.501
22.740	25.510	27.053	28.517
22.764	25.807	27.085	28.589
	26.301	27.431	29.018
	20.101 a 20.150		
	23.601 a 23.700		
	28.601 a 28.700		

Lisboa, 2 de Setembro de 1974.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALIANÇA ELÉCTRICA DO SUL, S. A. R. L.

Francisco Corrêa Figueira

PAVIMENTOS LIMPOS!

ALCATIFA
MADEIRA
MOSAICO

VINYL
CIMENTO
TIJOLEIRA

GRASMANN

lava
enxuga
•
encera
lustra

em

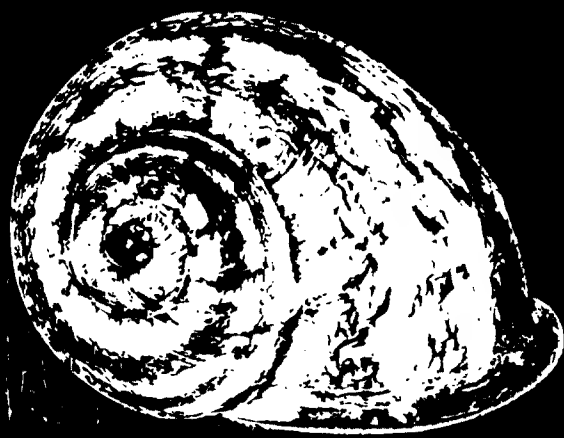
SÓ OPERAÇÃO!

PEÇA UMA
DEMONSTRAÇÃO!

modelos:
domésticos
industriais

varequipe

Lisboa - Av. João XXI 66 r/c D - T. 773292-773630
Porto - R. Sérgio Pinto 247 - T. 496375



O que é construção Social?

O que é viver em casa própria?

J. PIMENTA
E%PLICA-LHE \$\$\$!

LISBOA: PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL, 15 - TEL. 450 43 - QUELUZ: AV. ANTÓNIO ENES, 25 - TEL. 95 20 21

NACIONAL

ELVAS DEPOIS DE MONFORTE

O director do jornal «Linhas de Elvas», Ernesto Ranita Alves e Almeida, apresentou queixa na P.S.P. daquela cidade alentejana por ter sido vítima de tentativa de atropelamento na Rua da Cadeia, e alvo de insultos e grosseiras por parte do agressor. Segundo o queixoso, o agressor pertence ao grupo reaccionário que actuou em Monforte, e chama-se Henrique Alberto Sequeira Pereira, conhecido pelo «Baioneta» e «Estraga-Vidas». Este in-

dividuo seguia no Austin DE-90-01, pertencente a outro componente do mesmo grupo, António Garrinhas, o «Barrigana», que o acompanhava.

O director do «Linhas de Elvas» pensa que o motivo da agressão foi a publicação no jornal, de 31 do mês passado, de uma notícia sobre o indivíduo implicado nas provocações de Monforte: António José da Conceição Santos.

STEPHANIE-SHOES SALDAMOS

EM GRANDE SUCESSO

★	SAPATOS	desde		150\$00
★	SOCAS	desde		120\$00
★	CALÇAS	desde		190\$00
★	TEE-SHIRTS	desde		90\$00
★	CAMISEIROS	desde		199\$00
★	MALAS	desde		100\$00

16-A — RUA ANTÓNIO PEREIRA CARRILHO (Junto à Praça do Chile)

GABINETE DA ÁREA DE SINES

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA N.º. 35/74

FORNECIMENTO DE REBOCADORES PARA O PORTO DE SINES

Faz-se público que no dia 17 de Dezembro de 1974, pelas 15 horas, na Delegação em Lisboa do Gabinete da Área de Sines, Rua de Artilharia 1.ª, n.º. 35, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada n.º. 35/74, referente ao fornecimento de sete rebocadores agrupados do modo seguinte:

- Grupo A: Dois rebocadores de 35 ton. "Bollard Pull", 12 nós de velocidade normal, com propulsão cicloidial.
- Grupo B: Dois rebocadores com as mesmas características dos do grupo "A", equipados com guincho de reboque.
- Grupo C: Três rebocadores de 25 ton. "Bollard Pull", 12 nós de velocidade normal, com propulsão cicloidial.

Os concorrentes podem apresentar propostas para o fornecimento global das sete unidades, ou apenas para um ou dois dos grupos referidos.

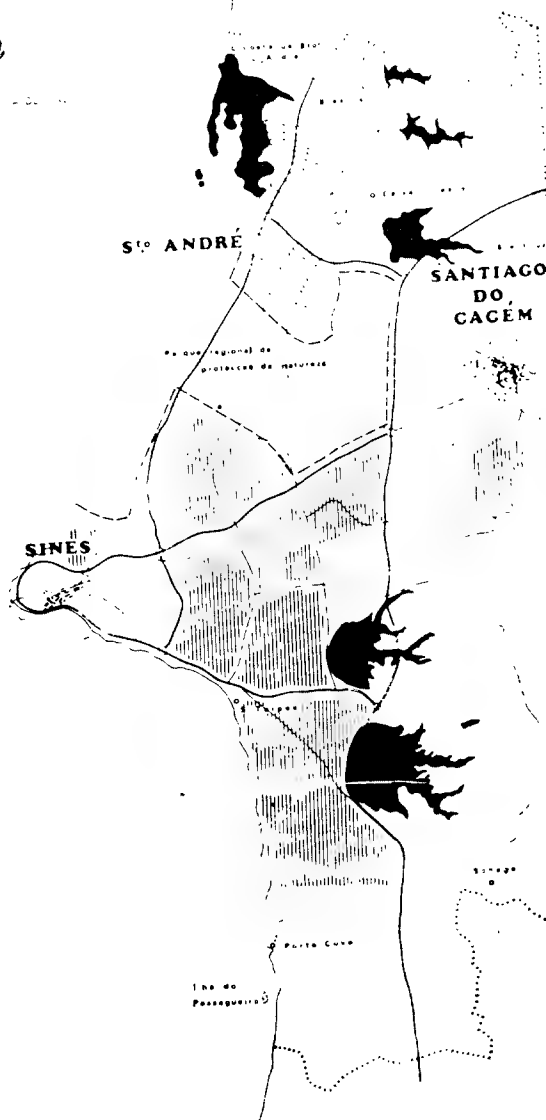
Para ser admitido a concurso é necessário:

- a) Prestar caução provisória de esc. 6.250.000\$00, no caso de fornecimento global, e para fornecimentos parciais as seguintes:
 - Grupo A: caução provisória de esc. 2.000.000\$00
 - Grupo B: caução provisória de esc. 2.000.000\$00
 - Grupo C: caução provisória de esc. 2.250.000\$00
- b) Fazer entrega das propostas até às 12 horas do dia 16 de Dezembro de 1974 na delegação em Lisboa do Gabinete da Área de Sines.
- c) Ser portador de alvará de classe e categoria correspondente a esta obra.

A documentação do concurso poderá ser levantada todos os dias úteis das 10 às 12 e das 15 às 17 horas, na Secretaria da Direcção de Serviços da Actividade Industrial, Rua de Artilharia 1.ª, n.º. 35 - 3.º.

O DIRECTOR DO GABINETE

António da Silva Martins, Eng.º.

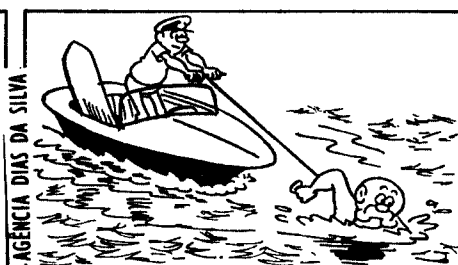




Uma multidão excitada concentrou-se em frente do banco Herstatt, de Colônia, depois de as autoridades terem ordenado o seu encerramento em consequência de graves perdas com divisas estrangeiras. O Herstatt era um dos bancos alemães ocidentais mais importantes e o encerramento reflecte a incerteza que se instala nos mercados monetários. (Telefoto UPI-Telimprensa).



CAROL DAY
by DAVID WRIGHT

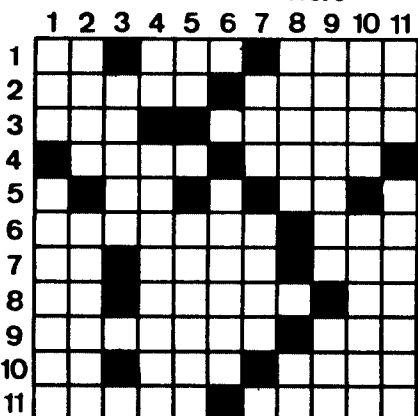


palavras cruzadas

COM PROVÉRBO
PROBLEMA N.º 10878

HORIZONTAIS:

- 1 Oferece infelicidade
- 2 Fêmea do boi
- 3 Calcular Errar
- 4 Saudável Chapeu alto (pop)
- 5 Rio de Moçambique Zombaria
- 6 Nota musical Actino (s.q.)
- 7 Namorados Freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros
- 8 Ruim. Leito. Coisa (ant.)
- 9 Ribeira da Ásia Russa Magreliza. Gálio (s.q.)
- 10 Vigiar. Abrismo.
- 11 Prefixo de negação. Reza. Ventre materno



VERTICAIS:

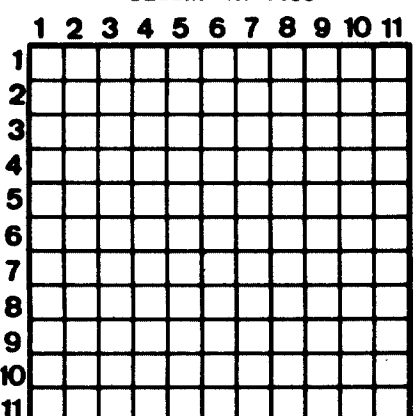
- 1 Contração da preposição de com o artigo definido Título do antigo rei de Gales.
- 2 Pedras de altar Peixe açoreano
- 3 Passara pelo coador, filtro ou peneira
- 4 Miriade. Perrotados
- 5 Brisa Nome de fruto
- 6 Movera os remos
- 7 Igual Remedeia
- 8 Cortesia Gálio (s.q.)
- 9 Aproximar. Loquira.
- 10 Apanha. Envia como legado
- 11 Anel. Crustáceo de água doce e comestível.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7036

HORIZONTAIS:

- 1 Tomba. Pingos
- 2 Astúcia. Arruinar.
- 3 Ligara Courela.
- 4 Preposição latina que designa movimento. Segundo. Sufixo que designa estado. Nesse lugar
- 5 Nome de frutos. Apelido
- 6 Isolados. Coisa (ant.)
- 7 Ligue.
- 8 Levantamento de proibição (pl). Engulo (fig.)
- 9 Involucro de palha em que se metem os objectos frágeis para que se não partam com o transporte. Gourada.
- 10 Satélite de Júpiter. Juiz muçulmano, que exerce ao mesmo tempo funções civis e religiosas
- 11 Restos mortais jarros de boca estreita, para lavatórios



VERTICAIS:

- 1 Convencer Barni turco para água
- 2 Estéreis. Atrilhos.
- 3 Passada. Defunta
- 4 Zombarias. Frágil
- 5 Levantais. Emprega.
- 6 Rado (s.q.)
- 7 Galispos. Nome de letra
- 8 Envidiar. Grisalho
- 9 Rio da Escócia Molestaram.
- 10 Seduzem (fig). Calcular.
- 11 Fechais as asas para descer mais depressa. Fúndis

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10877

HORIZONTAIS:

- 1 Lamas. Abres.
- 2 Alarga. Cairá.
- 3 Mi. Ro. Ar.
- 4 BECO. Aire.
- 5 Ena. Bar. SEM.
- 6 Ras. Elat. Cua
- 7 Rol. Giras
- 8 Amava
- 9 Amara Assim
- 10 Comi. Goma
- 11 Areal Calar

VERTICAIS:

- 1 Lamber. Faca.
- 2 Alienar. Mor.
- 3 Ma. Caso. Ame.
- 4 Agro. Lária
- 5 São. Be. Ma
- 6 SAÍDA
- 7 Aca. Raiva
- 8 Bara. Rasga.
- 9 Ri. Isca. Sol.
- 10 Er. Réus. Imã.
- 11 Salema. Omar.

PROVÉRBO: Beco sem saída

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7035

HORIZONTAIS:

- 1 Cavão. Prata
- 2 Anila. Alrar
- 3 Lares. Raiva
- 4 As. Ina. Am
- 5 Maçaram
- 6 Caló. Aria
- 7 Comas. Masca.
- 8 Asar. Bera
- 9 Lerás. Girar
- 10 Cra. Elo
- 11 Aa. Em. Abato.

VERTICAIS:

- 1 Calar. Calca
- 2 Anas. Cosera
- 3 Vir. Mamara.
- 4 Ale. Alara
- 5 Oadicos. Sem
- 6 Na.
- 7 Pararam. Goa
- 8 Ria. Arabi.
- 9 An. Miséria.
- 10 Tava. Acra.
- 11 Arame. Aarão.

A FORÇA IGNORADA DAS COMPANHEIRAS QUE SE MANTIVERAM NA SOMBRA -6

Continuação da pág. 17

de me realizar como atriz e por outro lado a minha vida também sempre muito agitada não me permitia talvez uma actividade muito constante, muito certa. Mas de qualquer maneira, mesmo que o permitisse, eles não deixavam que eu a tivesse. Quer dizer, a frustração nunca deixou de existir como atriz. Fiz umas pequenas coisas, fiz recitais, sobretudo nos meios estudantis e operários mas, claro, isso não é a mesma coisa que representar. Em 65 fiz duas peças no Villaret e também o tal recital que não pôde ter uma vida longa em virtude da interrupção da Polícia. Mas é evidente que, como disse, nós temos que escolher, eu escolhi e não estou arrependida. Se voltasse atrás seguiria o mesmo caminho.

De qualquer forma, a sua actividade tem sido sempre muito intensa.

Sim, muito intensa. E gosto muito da actividade que tenho, sou militante socialista, como sabe, gosto muito sobretudo do contacto com as pessoas, pela província e por todos os lados, gosto dos contactos humanos, gosto de falar às pessoas, não num estilo muito formal, mas de um contacto directo com as pessoas, gosto de conversar com elas. Como sucedeu, por exemplo, no Alentejo, em quatro comícios em que participei com as camponesas do Alentejo. Achei extraordinária essa experiência. E também nos vários pontos do País onde tenho estabelecido esses contactos. Sinto-me realizada como mulher, como cidadã tendo essa actividade.

Em relação ao momento político que estamos a viver quer dar uma opinião mais concreta?

Penso que nós estamos, como já disse, numa via democrática. O 25 de Abril rasgou-nos essa via. O 25 de Abril digamos que foi a consequência

de uma tomada de consciência que já vem de trás, resultante de uma politização de um determinado sector da vida nacional, consequência das lutas pela democracia que aqui houve no País, dos vários movimentos, do Mud, das campanhas pseudo-eleitorais, etc. e da luta diária daqueles que são bem conhecidos entre nós, alguns que chegaram ao 25 de Abril, outros infelizmente não chegaram, mas que estão connosco no espírito. O 25 de Abril rasga-nos essas perspectivas, essa via democrática, mas é evidente que ainda não estamos numa autêntica democracia. Há coisas que precisamos de ser acertadas e que eu penso que serão acertadas. O essencial é não perdermos de vista o facto de termos todos que estar muito vigilantes. Devia fazer-se um saneamento total do País, pois há muitas forças da reacção que ainda estão implantadas em sectores muito importantes e que devem ser limpos. Essas forças deviam ser arrancadas das posições em que estão, pois de contrário correremos graves riscos. Mas penso que é possível fazer esse saneamento, com mais tempo ou menos tempo, mas que é possível fazê-lo e que deve ser feito. Apesar de tudo estou bastante optimista embora preocupada, como toda a gente neste País, embora por vezes sobressaltada, resultado desse saneamento que ficou por fazer. Mas penso que se abrem largas perspectivas para todos nós e para nós socialistas em especial. Eu puxo sempre a brasa à minha sardinha, como socialista que sou. Penso que temos bastante aceitação neste País, pois falamos uma linguagem de verdade e de honestidade. Quando nós põem qualquer problema, quando nós falamos sobre qualquer assunto, a maneira como nós respondemos, como eu falo, posso falar por mim e por todos os meus camaradas, é sempre uma maneira honesta, é sempre uma maneira clara em que as posições ficam pertencente e clarificadas e nítidas aos olhos do Povo Português e eu penso que é precisamente por isso que nós temos a aceitação que temos.

Por
GINA DE FREITAS

A L. U. A. R. APOIA OS GREVISTAS DA TAP

A Comissão Política da Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR) emitiu um comunicado saudando os trabalhadores da TAP, que «em plenários de milhares de pessoas decidiram prosseguir a sua acção», e manifestando-lhes a sua «solidariedade de combate».

Consequente com o seu papel de organização que luta lado a lado com a classe trabalhadora, e tirando lições dos últimos passos do processo reivindicativo, a LUAR considera que «mais uma vez um sindicalismo de cúpula, submetido a interesses partidários, se dissociou dos trabalhadores e da sua luta por reivindicações justas, como a de um saneamento efectivo e total».

Comentando a actuação das Forças Armadas depois da mobilização civil dos trabalhadores e da sujeição da empresa ao foro militar, a LUAR entende que os militares se separaram e distanciaram «daquelles que trabalham e são explorados» colocando-se aqueles, assim, «objectivamente ao lado das classes dominantes».

«Mais uma vez se concluiu que os trabalhadores só podem contar com as suas próprias forças», prossegue o documento, afirmando que «a luta pela emancipação dos trabalhadores tem de continuar apesar de todas as dificuldades e da repressão que sobre ela se abate».

OS DADOS ESTAVAM LANÇADOS

Os jogadores de dados, a nível popular, andam em maré de azar: a acrescentar aos quatro «clandestinos» presos há dois dias no Campo Pequeno, mais três jovens praticantes deste «desporto proibido», quando praticado na via pública e a dinheiro, recolheram esta madrugada aos calabouços do Governo Civil, depois de terem sido detidos pelo capitão Rogério Coutinho, comandante da 1.ª Divisão da P.S.P., em pleno Bairro Alto. Em seu poder foram encontrados 36 escudos e quatro dados. As suas profissões: pintor, serralheiro e marceneiro.



DESPORTOS

NATAÇÃO

Campeões de renome nas nossas piscinas

A piscina do Algés e Dafundo vai receber a visita de alguns grandes campeões de natação norte-americanos do Arden Hills Swimming and Tennis Club da Califórnia, em dois festivais a realizar nas noites de sexta-feira e sábado próximo. Bastaria que se dissesse tratar-se da equipa treinada pelo reputado técnico Scherman Chavoor (o homem que tem feito nadadores de renome, da envergadura de Mike Burton, Ellis Daniel, John Ferris e Mark Spitz) para haver a garantia de que vai ser dada ao público português a rara oportunidade de assistir a espectáculos de bom nível técnico.

Os elementos que compõem esta equipa merecem, pela sua categoria, algumas referências

que ajudarão a formar uma ideia mais concreta do seu real valor.

Debbie Meyer é a principal vedeta deste conjunto. Foi uma das grandes figuras dos Jogos Olímpicos do México (1968) ao conquistar três medalhas de ouro, proeza jamais alcançada até então por uma nadadora (ganhos ganhos nas provas de 200, 400 e 800 metros livres). Não participou nos Jogos Olímpicos de Munique porque, entretanto, se tornou profissional, dirigindo uma escola de natação. Agora (com 21 anos) continua a treinar seis horas por semana, aplicando o resto do tempo em programas de televisão e publicidade. Vem ao nosso país como convidada especial.

Mas, esta equipa de Chavoor tem ainda outras atracções, tais como Jill Shirley e Walt Hardin (com 13 e 14 anos, respectivamente) apontados, neste momento, como grandes esperanças da natação norte-americana. Jill Shirley será a sucessora de Debbie Meyer, como se pode avaliar pelas suas marcas: 4.23.0, nos 400 m livres; 17.01.0 nos 1500 m livres; 16.31.3 (recorde americano) nas 1650 jardas; 4.49.1 nas 500 jardas; e 2.06.7 nas 200 jardas mariposa. Por sua vez, Walt Hardin está considerado como o sucessor do «campeoníssimo» Mark Spitz, sendo o actual recordista americano dos 400 m estilos com 5.03.2. O seu melhor tempo nos 100 metros livres é de 57.6.

Da equipa feminina fazem ainda parte Keren Hazen, de 16 anos, campeã americana das 1650 jardas livres (16.28.2) e dos 1500 metros livres (16.49.0); Sandi Johnson, de 16 anos, 3.ª classificada nos 200 e 400 m livres (2.06.9 e 4.23.0) nos campeonatos nacionais de 1973; e Ann Coffey, também de 16 anos, 5.ª classificada nas 1650 jardas livres (16.57.2) nos campeonatos nacionais deste ano.

Além do já citado Walt Hardin, compõem a equipa masculina Scott Brown (de 19 anos) um dos melhores nadadores do Mundo nos 200 e 400 metros



Os nadadores americanos em Lisboa: Debbie Meyer é a sétima a contar da esquerda.

estilos (2.09.6 e 4.37.6); Dave Fairbank (também de 19 anos) fez parte da equipa olímpica de Munique e vale 52.3 nos 100 m livres; Rex Favero (igualmente de 19 anos) é excelente nos 200 e 400 m livres (1.57.6 e 4.03.0) estando cotado como um mariposista de classe (2.07.0 nos 200 m).

Completam a comitiva americana dois saltadores: Mike Finneran e Carrie Irish.

Nos festivais a realizar no Algés e Dafundo (nas noites de sexta-feira e sábado) como no domingo (na Torralta, Tróia), competirão com os americanos nadadores dos seguintes clubes:

ALGÉS José Gomes Pereira, Helena Varela, Paulo Frischknecht, Margarida Simões, António Plantier Saraiva, José Santos Silva, António Pina Neves, Ana Maria Banha, Cristina Muller e Sousa e Orlando Dias.

BENFICA Luísa Cavalei-

ro Madeira, Luís Cavaleiro Madeira, Carlos Heitor e Silva e Henrique Vicêncio.

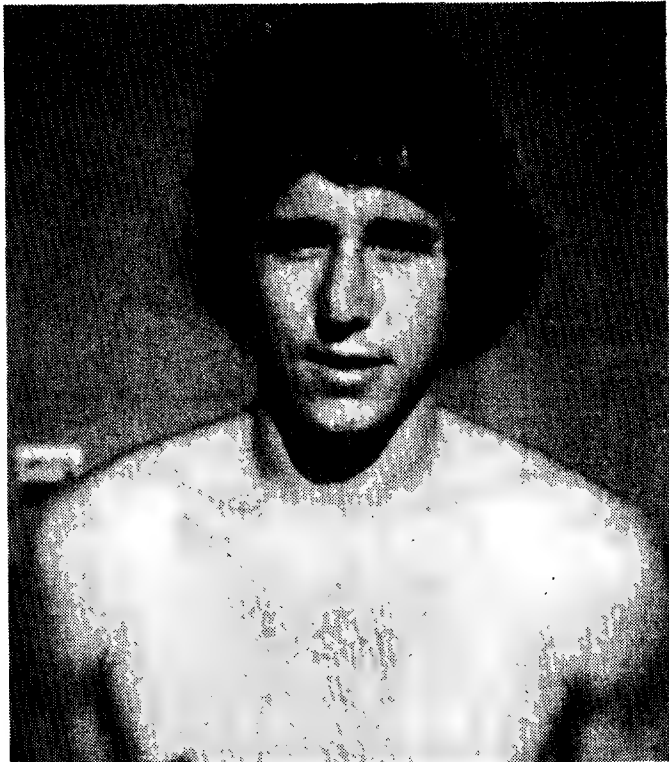
U. PIEDENSE Ana Maria Chocalinho e Isabel Lobo de Eça.

DESP. de L. MARQUES Dulce Gouveia e Carlos Oliveira.

A equipa americana fez ontem a sua estreia nesta digressão ao nosso país (em Lagos) e depois dos festivais no Algés na sexta e no sábado e do domingo na Torralta (Tróia), seguirá para o Norte no dia 9

a fim de se exibir em Aveiro no dia 11, no Porto (na piscina do Fluvial) nos dias 12 e 14, em Guimarães, no dia 13, estando ainda prevista a apresentação ao público de Coimbra, possivelmente no dia 10.

O resto do programa está assim estabelecido: dia 15, de novo em Algés; 16, em Elvas; 17, na Cova da Piedade. Encontra-se em estudo a possibilidade de um festival no Estoril-Sol e, no caso de se concretizar, a comitiva regressará aos Estados Unidos no dia 19.



Mike Finneran, famoso saltador que faz parte da equipa de natação norte-americana, que se encontra no nosso País para realizar uma série de festivais. Com 25 anos, é campeão nacional (da Collegiate e da AAU) em pranchas de 1 e 3 metros, tendo conquistado o 5.º lugar nos Jogos Olímpicos de 1972.

CASCAIS

Semana da Vela

No percurso Belem-Cascais, está a disputar-se a 33.ª Semana da Vela, tradicional organização do Clube Naval de Cascais, coincidindo este ano com as comemorações do 34.º aniversário da colectividade.

As provas prosseguirão até domingo, disputando-se as duas últimas na Baía. Estão presentes embarcações de 12 classes, totalizando cerca de duas centenas de velejadores e as classes admitidas são as seguintes: Grandes Cruzeiros (grupos A e B), Pequenos Cruzeiros (P.B.C.), «Dragão», «Star», «470», «Snips», «Finn», «420», «Vaurien», «Optimist Moth» e «Iaser».

As regatas serão disputadas, sob o patrocínio da Federação Portuguesa de Vela, e de acordo com as regras da I.Y.R.U. (e prescrições da F.P.V.). Os percursos são: Campo Este, sinalizado por boas com bandeira vermelha para as classes de «Star», «Dragão», «470», e «Finn»; e Campo Oeste, sinalizado por boas com bandeiras

amarelas, para as classes de «Snips», «420», «Vaurien», «Iaser» e «Moth».

Em cada campo de regatas, haverá um barco de juri devidamente identificado com uma bandeira da cor das bóias do percurso. Este, para os dois grupos de classes, será afixado num quadro visível no barco do juri. A sua extensão será aproximadamente de sete milhas, não sendo o percurso encurtado. Para a pontuação, será adoptado o sistema olímpico.

Entretanto acaba de ser inaugurado no C.N.C. um curso de vela destinado a jovens de 8 a 9 anos, dirigido pelo eng. Duarte Belo e destinado a toda a mudança do concelho de Cascais, sem qualquer encargo.

Estes velejadores, de palmo e meio, que utilizarão barcos da classe «optimist», proporcionados pelo clube, que, somente dispõe, de 20 barcos, o que obriga à formação de turnos, pois os inscritos rondam as três centenas. Uma autêntica obra de fomento do desporto da vela

A FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA LISA QUE NEM UM CARAPAU

A Federação de Ginástica divulga o seguinte comunicado: «Da verba de 400 contos que lhe foi oficialmente concedida para o ano de 1974, esta Federação só recebeu 110.

Tem-se procurado várias vezes, junto da Direcção-Geral dos Desportos, tanto verbalmente como por escrito, obter uma solução para o assunto, tendo-se colhido sempre como resposta que estavam fazendo todos os esforços para saldarem as ver-

bas prometidas. O facto é que o tempo passa e a F.P.G., tal como outras Federações que sabemos estarem em situação idêntica, têm encargos e liquidar e necessitam de preparar a nova época, não o podendo fazer.

O presidente da F.P.G. procurou ser recebido pelo actual director-geral dos Desportos para tratar do assunto, que considerava de extrema urgência para a vivência da Federação.

Pela sua secretária foi-lhe respondido que o sr. director-geral iria estudar os problemas relativos às várias Federações, só depois do que iria recebendo respectivamente os seus dirigentes. Ficamos aguardando essa oportunidade com a esperança de uma solução positiva. Entretanto, a Direcção da F.P.G. informa os seus filiados que cessará com todos os trabalhos que envolvem despesa até ao recebimento da verba suficiente.» Sem comentários.

DESPORTO E FRATERNIDADE

A Direcção-Geral dos Desportos torna público um comunicado, para o qual chamamos a melhor atenção dos desportistas portugueses. Eis o teor desse documento, que não necessita de outras palavras para uma plena justificação:

«O nosso espectáculo desportivo, mais designadamente o futebol, tem-se distinguido de demasiadas vezes pelo clima de violência e de guerra, pelo instinto de agressividade, que separa os competidores e o público em geral. O clubismo surge-nos, assim, como um meio de acirrar antagonismos, como uma comunidade beligerante que procura a vitória pelos processos mais desleais... de qualquer maneira!

Recorrer à guerra, na intenção de se fazer desporto, é fazer a guerra, não é contemplar ou praticar desporto. Agredir, desrespeitar, odiar nunca serão, por definição, elementos integrantes da prática desportiva.

O desporto não pode ser, nem delírio, nem nevrose, nem violência, nem motivo de situações conflituantes. Em poucas palavras: o desporto não pode ser um jogar contra, mas um jogar com o adversário que, no campo desportivo, não é o inimigo

mas o colaborador que proporciona momentos indeléveis de enriquecimento físico, intelectual e moral.

É preciso que, no nosso País, o desporto constitua um processo de encontro fraterno entre todos os portugueses. E não só: que também ele contribua para um Portugal mais humano e mais justo, pois se é certo que a sociedade faz o desporto, não é menos verdade que também o desporto faz a sociedade.

Os desportistas portugueses têm de ser dignos do 25 de Abril isto é, têm de competir com honra, têm de humanizar os recintos de jogo. A violência é a mais triste e brutal negação do desporto, que é respeito pela vida, que é factor de saúde, que é generalização da paz.

O espectáculo desportivo, a partir de agora, deixou de ser um meio de os portugueses se agredirem ou se odiarem, para ser um meio indispensável de encontro e fraternidade, um auxiliar pacífico e fecundo do Portugal renovado.

HÓQUEI EM PATINS

No pavilhão dos Desportos de Lisboa e no recinto do Infante de Sagres (no Porto), prosseguiu ontem o campeonato nacional de hóquei em patins, com vitórias dos clubes mais favoritos. Assim, o Benfica continua no comando, com uma vantagem substancial sobre os seus mais directos perseguidores, podendo desde já considerar-se o virtual campeão. Resultados desta jornada: Benfica, 4-Paço de Arcos, 1 e Sporting, 6-Oeiras, 2; no Porto, o Infante de Sagres derrotou o Académico (por 16-3) enquanto o F. C. do Porto bateu a Sajoanense (por 4-1).

O campeonato continua na próxima 4.ª feira, sendo de salientar, no bloco Sul, o encontro entre o Benfica e o Sporting.

ALIANÇA ELÉCTRICA DO SUL, S. A. R. L.

CAPITAL — 70.000.000\$00

SEDE — Rua D. Francisco Manuel de Melo, 23 - A - 6.ª LISBOA

Tendo-se procedido em 26 de Agosto n. n. ao sorteio de obrigações desta Companhia de 4" 1956, foram extraídos os seguintes números:

OBRIGAÇÕES DE 4% — 1956

33	4 041	8 587	14 305
55	4 588	9 043	14 573
79	4 597	9 581	15 504
88	4 598	9 593	15 554
535	6 583	10 069	16 086
567	7 005	12 079	16 594
3 003	7 510	12 581	16 595
3 523	7 558	13 077	18 523
4 028	8 004	13 533	18 530
			18 587

401	a	500
3 901	a	4 000
5 801	a	5 900
7 701	a	7 800
11 701	a	11 800

Lisboa, 2 de Setembro de 1974.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ALIANÇA ELÉCTRICA DO SUL, S. A. R. L. Francisco Corrêa Figueira

DESPORTOS

SOBRE FUTEBOL

BENFICA E SPORTING:
SORTES DIFERENTES

Benfica e Sporting tiveram sortes diferentes nos jogos inaugurais do torneio em que participam, em Belo Horizonte (Brasil): enquanto os «encarnados» triunfaram sobre o Cruzeiro (2-1) o Sporting não foi além de um empate (2-2) frente ao Atlético Mineiro.

Rezam as crónicas que o Benfica se exibiu num plano de superioridade total, com Eusébio em plano de grande evidência e Bento a salvar a área de tudo quanto pudesse roubar ao seu «team» o tão desejado triunfo. Quanto ao Sporting, diz a Imprensa brasileira que é notória a falta de afinação global, mas que em breve os campeões de Portugal já poderão apresentar-se com a força habitual.

Nos seus jogos inaugurais as duas turmas apresentaram-se do seguinte modo: o Benfica com Bento; Artur, Humberto Barros (Messias) e Adolfo; Toni, Eusébio e Simões; Néné (Vitor Baptista), Jordão (Moinhos) e Vitor Baptista. O Sporting, por sua vez, apresentou: Damas; Manaca, Alinho, Bastos (Zézinho) e Inácio; Wagner Nelson e Baltazar; (Paulo Rocha) Marinho, Yazalde (Chico) e Dé. Os golos foram marcados por Vitor Baptista e Néné (pelo Benfica) e Marinho (pelo Sporting). Hoje, à noite, as duas equipas trocam de adversários: o Benfica defronta o Atlético Mineiro e o Sporting joga com o Cruzeiro.

TAÇA UEFA

Apenas dois clubes portugueses têm guarida na «Taça UEFA» planificada para a temporada 75-76.

PROTESTOS

Depois do Beira-Mar e do Fafe chega a vez do Barreirense protestar contra o despacho do secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar que não homologou a decisão do congresso federativo (passagem de 16 para 20 clubes na primeira divisão do futebol nacional). Ontem, em assembleia geral, os sócios da colectividade do Barreiro verberaram a atitude do secretário de Estado no

Sindicato Nacional dos Ajudantes de Despachante Oficial Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros

Rua Pascoal de Melo, n.º 1
1.º Esq. — Telefone 823596
LISBOA

CONVOCAÇÃO

Nos termos do Art.º 59.º dos Estatutos convoco a Assembleia Geral para reunir a partir das 20 horas do dia 1 de Outubro de 1974, na Voz do Operário — Rua Voz do Operário, 13 — Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Eleição dos Corpos Gerentes.

Lisboa, 1 de Setembro de 1974.

O PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA GERAL
António Gabriel Rodrigues Vaz

«caso Académica-Académico» (acusando-o de «passividade») e lamentando que «um recém-nascido venha ocupar o lugar dum clube com 63 anos de vida». Depois do presidente do grémio barreirense ter apresentado o pedido de demissão, foi convocada nova reunião dos associados para esta noite. Motivo: saber se o clube concorre (ou não) à segunda divisão, colocando a hipótese afirmativa na dependência do Académico de Coimbra iniciar a sua carreira pelo regional conimbricense.

REGULAMENTAÇÃO

A Federação regulamentou, em bases definidas, a transmissão de jogos pela RTP.

DATAS

Estabelecido o dia 11 do corrente para o jogo Setúbal-Saragoça (no Bonfim) planeando-se para 2 de Outubro a segunda mão desta eliminatória inicial da «Taça UEFA».

OPERAÇÃO

David, o angolano que o Benfica recrutou recentemente, começou a carreira portuguesa com problemas: num treino, lesionou-se num joelho e, em face da gravidade do acidente, teve de ser operado ao menisco pelo dr. Azevedo Gomes.

PREPARAÇÃO

Dentro do plano de treinamento com vista à campanha oficial, o Académico de Coimbra recebeu ontem a visita do F. C. Porto empatando a três golos) o confronto.

DEMISSÃO

Na linha que se previa (após a contestação oficial do famigerado Congresso) demitiu-se do

seu cargo de presidente da Associação de Aveiro o eng. Carlos Rodrigues. Recordar-se que, na decantada sessão ocorrida na Praça da Alegria, aquele dirigente afirmara, perante dezenas de testemunhas, que tinha provas da falsidade do documento exibido pela A.F.L. referente a um comunicado dos clubes da 1.ª divisão. Não as exibiu e assim, ficou em cheque e perante uma possível acção criminal da Associação lisboeta e das colectividades visadas.

TROCA

O jogo Olhanense-Sporting (domingo) disputa-se em Faro, por interdição do Estádio Padiñha.

O Benfica-Belenenses do dia 10, disputa-se na Luz e não no Restelo como hoje foi noticiado

REGRESSO

Laranjeira foi considerado «clínicamente apto» pelo departamento médico do Sporting.

PROBLEMA

Botelho estava deficientemente inscrito pelo Boavista, pelo que o F. C. Porto (batido em campo por 1-2) acabou por triunfar no «Torneio Início» organizado pela Associação do Porto.

SUBSTITUIÇÕES

Uma nova disposição da F.P.F. estabelece que as substituições dos jogadores se façam segundo o sistema utilizado no último «Mundial», com o intuito



Nando (Sporting) assinou ontem contrato com o Braga. Assim, o treinador Hilário chama para junto de si um dos mais prometedores jovens do futebol de Alvalade. A cedência aos bragarense será (em princípio) por uma temporada.

to de reduzir o mais possível as perdas de tempo. Assim, já a partir do primeiro dia de jogos da nova temporada, as substituições dos jogadores processar-se-ão do seguinte modo: um dos elementos do banco dos técnicos irá junto da linha lateral e empunhará um cartaz com o número do jogador que vai ser substituído; simultaneamente, o jogador substituído deverá dirigir-se para junto da linha de meio campo; logo que o árbitro dê o sinal para se proceder à substituição, o jogador a substituir deve abandonar o rectângulo e o fiscal de linha procederá à identificação, devendo tomar nota da hora a que se regista a ocorrência; o jogador substituído, ao entrar no rectângulo, dirigir-se-á imediatamente para o seu lugar pois não é necessário apresentar-se ao árbitro: os cartazes terão as dimensões de 50X30 cm, devendo ser pintados a branco sobre o fundo preto; os clubes proprietários do terreno são obrigados a fornecer esses cartazes, mas os clubes po-

dem fazer-se acompanhar dos seus em todas as deslocações. Dada a proximidade do início da época, a Federação esclarece que até 31 de Dezembro os clu-

bes poderão, em vez de cartazes, utilizar ardósias, na qual se irão escrevendo e apagando os números, de acordo com as substituições a efectuar.

"VOLTA À CATALUNHA"

José Martins:
primeiro no prólogo

O ciclista português José Martins obteve a noite passada uma inesperada vitória no prólogo da Volta à Catalunha em bicicleta.

José Martins fez o melhor tempo num contra-relógio em redor de ruas com a meta instalada numa ingreme ladeira num bairro antigo de Lérida.

O ciclista português gastou no difícil trajecto de 1170 metros o tempo de 2 minutos e 40 segundos. Jesus Manzanque foi o segundo com dois segundos mais.

A grande surpresa no contra-relógio foi a decepcionante actuação de Luis Ocaná, vencedor da volta à França do ano passado, fazendo o tempo de 3 minutos e 3 segundos o que o relegou para o 42.º lugar. Ocaná tem tido uma época muito apagada devido, principalmente, à bronquite que o tem atormentado com frequência.

Outro dos favoritos da volta, o francês Bernard Thevenet,

não foi além do 26.º melhor tempo.

A primeira etapa, que levará hoje os 63 ciclistas que tomam parte na prova até La Cènia, tem uma extensão de 187 quilómetros.

INQUÉRITO
À «VOLTA»

Segundo informação colhida ontem junto de um dos organizadores da última «Volta a Portugal em bicicleta», ainda não se iniciou o inquérito mandado instaurar pelo Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar. A demora que está a verificar-se só pode mostrar-se pernicioso, pois o esclarecimento total de todas as anomalias verificadas durante a prova impõe-se o mais brevemente possível. Esperemos que não demore muito o início do inquérito, já que os organizadores da próxima «Volta» estão na firme disposição de cedo começarem a trabalhar nela.

No próximo domingo

19 CONCURSO DA ÉPOCA DO TOTOBOLA

CAMPEONATO DE ESPANHA
MATRIZ CLASSIFICAÇÃO FINAL
DA ÉPOCA PASSADA

1 Benf. Luanda-Indep.	19 - BARCELONA .. 50 p.
2 Ceila - Ferrovi.	20 - AT. MADRID .. 42 "
3 B. Lubango - sp. Luanda	39 - SARAGOÇA ... 40 "
4 Ferroviário - A.S.A.	49 - R. SOCIEDADE. 39 "
5 Espanhol-Celta	59 - AT. BILBAU .. 37 "
6 Las Palmas-Betis	69 - GRANADA 36 "
7 Atlético Madrid Granada	79 - MÁLAGA 36 "
8 Salamanca - Elche	89 - R. MADRID .. 34 "
9 Hércules - Murcia	99 - ESPANHOL ... 34 "
10 Valência - Real Madrid	109 - VALÊNCIA ... 33 "
11 Giron - Saragoça	119 - LAS PALMAS .. 33 "
12 Málaga - Bilbao	129 - CELTA 30 "
13 R. Sociedade-Barcelona	139 - GIRON 30 "
	149 - ELCHE 29 "
	159 - MÚRCIA 29 "
	169 - CASTELLON .. 27 "
	179 - SANTANDER .. 27 "
	189 - OVIEDO 24 "

8 DE SETEMBRO DE 1974

PRIMEIRA OPORTUNIDADE

SA DA MISERICORDIA DE LISBOA

21	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

MONT & MASCARENHAS

Sociedade de Representações, Ld.ª

ASSEMBLEIA GERAL

São convocados os Sócios desta Sociedade para uma Assembleia Geral Extraordinária, no próximo dia 7 de Outubro, pelas 15 horas, a realizar na Sede Social da Sociedade, em Lisboa, na Rua Padre António Vieira, n.º 5-2.º, para deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aumento do Capital Social da Sociedade.
2. Cessão de quotas.
3. Transformação da Sociedade por quotas, em Sociedade Anónima.
4. Alteração da denominação social da Sociedade.

Lisboa, 30 de Agosto de 1974.

O Sócio Gerente

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO B-1 TODA A NOITE

AJUDA
Boa Hora, Rua dos Quartéis, 25 (Telef. 637777).

ALVALADE
Pari, Reinaldo Ferreira, 5-A (ao Pote de Água) (Telef. 710131). Ideal, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A (Telef. 712803). Neoterapia, Campo Grande, 138 (Telef. 774682).

AREIRO
Vera Cruz, Praça Afrânio Pexoto, 2-B (à Avenida S. João de Deus) (Telef. 724941).

ARROIOS
Oriental de Lisboa, Rua Alves Tordo, 2-B (Telef. 45079).

BAIRRO ALTO
Labor, Rua Diário de Notícias, 81 (Telef. 323428).

BAIRRO AMÉRICA
Martins, R. Fêmão Magalhães, 33 (Telef. 849448).

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Zira, Praça das Casas Novas, lote 66 (Telef. 310172).

BAIXA
Estácio, Rossio, 63 (Telef. 327067-324224).

BENFICA
Benfica, Estrada de Benfica, 678-E (Telef. 702532).

CAMPOIDE
Central de Campolide, R. General Taborda, 17 (Telef. 680304).

CAMPO DE OURIQUE
Porteiro, Rua Francisco Metrass, 59 (Telef. 683349).

CARNIDE
Leal de Matos, Rua Neves Costa, 33 (Telef. 780181).

CONDE REDONDO
Davi, Rua Conde Redondo, 68-72 (Telef. 54342).

ESTRELA
Soures, Av. Pedro Álvares Cabral, 1 (Telef. 684282).

GRAÇA
Morão, Largo da Graça, 63 (Telef. 860700).

INTENDENTE
Góis, Rua dos Anjos, 12-12D (Telef. 840101).

LUMIAR
S. Tomé, Estrada do Desvio, lote 12-C (Telef. 790704).

SANTOS-O-VELHO
Fontoura de Carvalho, Rua Santos-o-Velho, 12 (Telef. 662075).

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sagres, Av. Luís Bivar, 69 (Telef. 47213).

XABREGAS
Romana, R. Actor Augusto de Melo, 7-A (Telef. 383800).

TURNO B-2 ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Lopes Ribeiro, Rua do Cruzeiro, 117 (Telef. 633288).

ALFAMA
Anali, Rua das Escolas Gerais, 88-A (Telef. 863940).

ALVALADE
Gasparinho, Rua Dr. Gama Barros, 45-A (Telef. 710465). Alvalade, Av. da Igreja, 18-A (Telef. 712070).

AREIRO
Onilda, Av. João XXI, 13-A (Telef. 726848).

AVENIDAS NOVAS
Cosmos, Av. João Crisóstomo, 44-C (Telef. 40592). Universal, Rua Actor Taborda, 5 (Telef. 84158).

BAIRRO ACTORES
Nobel, Rua Actor Vale, 53 (à Fonte Monumental) (Telef. 842152).

BAIRRO DAS COLÓNIAS
Colonial, Rua Forno do Tjolo, 40 (Telef. 841122).

BAIXA
Morão, Rua da Assunção, 17 (Telef. 321289).

BENFICA
Souza, Estrada de Benfica, 429 (Telef. 780027-789985).

CAMPO GRANDE
(Ver Alvalade e Lumiar).

CAMPO DE OURIQUE
Ivone, Rua Silva Carvalho,

232-C (Telef. 650760)

CAMPO PEQUENO
Miranda, Campo Pequeno, 36-B (à Av. Sacadura Cabral) (Telef. 770776).

ESTRELA
Paiva e Parente, Rua de Santos António à Estrela, 96 (Telef. 66196).

LUMIAR
Alameda, Alameda das Linhas de Torres, 201-B (Telef. 790942).

MARVILA
Marvila, Rua Direita de Marvila, 25 (Telef. 381612).

OLIVAS
Higiene, Rua Cidade Vila Cabral (ex-Rua B. 4), lote 43, zona Poente (Olivas Sul) (Telef. 310026).

PENHA DE FRANÇA
Nova Luz, Rua Domingos Aires, 28-A (à Avenida D. Afonso II) (Telef. 843439).

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B-C (Telef. 720703-728395).

REGO
Pratas e Mota, Rua da Beneficência, 91 (Telef. 773728).

RESTELO
Tanara, R. Rodrigo Rangel, 3-A (à encosta do Restelo-próximo dos Moinhos) (Telef. 611814).

SANTO AMARO
Lisbonense, Rua Leão de Oliveira, 2-B (Telef. 637020).

S. PAULO
Central, Rua de S. Paulo, 108 (Telef. 320383).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Bimmar, R. Ernesto Silva, 8 (Telef. 2 2048).

CAXIAS
Nova, R. Bernardino Ribeiro, 1 (Telef. 242839).

PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (Telef. 2432034).

OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (Telef. 2430485).

PAREDE
Macau, R. J. Elias Garcia, 60-C (Telef. 247 785).

S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (Telef. 263052).

ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque-3 (Telef. 260 9).

CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (Telef. 280 4); Cascais, R. Conde de Monte Real, B. Caixas (Telef. 282407).

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D. João I Lote 146-B, Janeiro (Telef. 932756). Central, Av. Cardoso Lopes 25 (Telef. 932210). Igreja, P. da Igreja, 22-A (Telef. 937740). Jardim, Av. Conde de Oeiras, loja X-1-Reboleira (Telef. 938424).

DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral 2-A (Telef. 970461).

VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (Telef. 972530).

QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 15 (Telef. 950043). Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (Telef. 95 841).

CACÉM
Central, R. Elias Garcia, 55 (Telef. 2940034).

MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Telef. 29 4103).

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, (Telef. 980456).

SINTRA
Marras, L. Afonso de Albuquerque (Telef. 2930058).

COLARES
Colares, Abreja (Telef. 299088).

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100).

ALHOS VEDROS

Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250).

ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 31-A (Telef. 270076).

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fatima, Est. Nacional, 244-A (Telef. 2040 4).

BAIREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva 48 (Telef. 2073207).

COVA DA PIEDADE
Louro.

MOITA
Teófilo Moitense, Av. Dr. Teófilo Moitense (Telef. 239025).

MONTIJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (Telef. 230156).

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 67 (Telef. 229028).

SETÚBAL
Normal do Sul, P. do Bocage (Telef. 222 6).

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 22 8560).

PORTO

8.º TURNO

SUB TURNO A

Bonfim (de), Rua do Bonfim, 73; Guerra, Rua Costa Cabral, 43; Guimarães, Rua de Francisco, 37; Lemos e Filhos, Lda, Pr. de Carlos Alberto, 31; Liga Ass. Soc. Múltipla, Rua do Bonjardim, 286; Porto, Rua Padre Cruz, 146.

SUB TURNO B

Henriques, Praça da Batalha, 64-A; Moreno, Lda, Largo de S. Domingos, 44; S. M. da Rua do Paraíso, 214; Sampa, Pádua, Rua de Serpa Pinto, 615; Vasques, Rua das Condições, 794.

COIMBRA

TURNO H

Montes Clares, R. Dr. António J. de Almeida, 69 (T. 25904). Viegas e Coelho, R. da Sofia, 19-21 (Tel. 22089).

cinemas

ALVALADE (T. 717480)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo A (6 anos)
4.ª Semana! Colorido
Walt Disney apresenta PATO DONALD E C.ª a grande paródia das férias

AVIZ (T. 47163)
15.30, 18.30 e 21.45
Não aconselhável a menores de 13 anos
O novo Trinitá O MEU NOME É NINGUEM com Terence Hill e Henry Fonda

BERNA (T. 776098)

15.15, 18.30 e 21.45
Não aconselhável a menores de 18 anos
2.ª Semana! Technicolor
Um filme que as mulheres devem ver DIÁRIO ÍNTIMO DE UMA MULHER

CASINO ESTORIL (T. 264521/234946)

15.30, 18.30 e 21.30
Grupo B (10 anos)
Eastmancolor
OS MALUCOS EM ESPANHA com Jean-Guy Pechner e Gérard Rinaldi

CINEMA CASTIL (T. 530194)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
3.ª Semana! Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RAPARIGA
Amanhã 00.30
Não aconselhável a menores de 18 anos
Anteestreia
TUDO FICOU EM FAMÍLIA com Patricia Gage e John Gavin

CINEARTE (T. 660446)

15.30 e 21.30
Grupo C (14 anos)
O REGRESSO DE TARZAN realização de Manuel Caño com Steve Hawkes e Peter Lee Laurence

CONDES (T. 322523/326710)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
17.ª Semana! Colorido
Julie Christie e Donald Sutherland AQUELE INTERNO EM VENEZA o acto de amor... como jamais foi visto no ecrã "The Sun"

ESTÚDIO APOLO 70 (T. 763319)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana! Technicolor
A obra-prima de Federico Fellini JULIETA DOS ESPÍRITOS
Grupo D (18 anos)
«Classicos à Meia-Noite»
TRÊS HISTÓRIAS PROIBIDAS de Augusto Geniva

EDEN (T. 320768)

15.30, 18.30 e 21.45
Não aconselhável a menores de 13 anos
O novo Trinitá O MEU NOME É NINGUEM com Terence Hill e Henry Fonda

ESTÚDIO (T. 555135)

15.30, 18.30, 21.45 e 00.15
5.ª Semana!
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi, Philippe Noiret, Michel Piccoli e Andrea Ferrel «LA GRANDE BOUFFE (A GRANDE FARRA)» um filme de Marco Ferreri
este filme contém cenas eventualmente chocantes.
Direcção dos Serviços de Espectáculos

ESTÚDIO 444 (T. 779095)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
3.ª Semana! Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RAPARIGA

EUROPA (T. 661016)

15.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana! Colorido
Jean Gabin e Alain Delon em DOIS HOMENS NA CIDADE um filme de José Giovanni

IMPERIO (T. 555134)

15.15, 18.30 e 21.45
Não aconselhável a menores de 18 anos
4.ª Semana!
Um filme de William Wyler com Lee J. Cobb, Barbara Hershey, Lee Majors e Lola Falana O PREÇO DO SILENCIO
Amanhã 18.30
Grupo D (18 anos)
«Os Bons Velhos Tempos»
Colorido
Prémio Especial do júri do Festival de Cannes OS AMORES DE UMA ADOLESCENTE um filme de Milos Forman

LONDRES (T. 801313)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
7.ª Semana! Colorido
O filme de Luis Buñuel finalmente em Portugal BELLE DE JOUR com Catherine Deneuve

MONUMENTAL (T. 555131)

15.15 e 21.30
Não aconselhável a menores de 13 anos
3.ª Semana! Colorido
A MULHER DO PAÍRE com Sophia Loren e Marcello Mastroianni

MUNDIAL (T. 538743)

15.15, 18.30 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
6.ª Semana! Colorido
Últimas exhibições BELA, RICA, COM PEQUENO DEFEITO FÍSICO, PROCURA CAVALHEIRO

ODEON (T. 326283)

15.15, 18.15 e 21.30
Grupo D (18 anos) 2.ª Semana!
As artes marciais num inferno de crime A MAIS BRAVA VINGANÇA com a rainha do «karate» Ling Feng uma invencível rapariga em alucinantes combates de Kung-Fu (box chinês)

OXFORD (CASCAIS) 18.00 e 21.45

Grupo D (18 anos)
DRÁCULA TEM SEDE DE SANGUE

PATHE (T. 821933)

15.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
2.ª Semana! Colorido
Os desejos eróticos da mulher... MULHERES ACORRENTADAS

POLITEAMA (T. 326305)

15.15, 18.15 e 21.45
Grupo D (18 anos)
6.ª Semana! da divertida audácia em «sensualidade»
EMPRESTA-ME O TEU MOTORISTA com Lando Buzzanca num super-macho Que tinha ele a mais para ser desejado pelas mulheres?

RESTELO (T. 610375)

21.30
Grupo D (18 anos)
Um dos maiores filmes de «karate» OS IRMÃOS DE SANGUE com Run Shaw e Chang Cheh

ROYAL (T. 875037)

15.00 e 21.00
Grupo D (18 anos)
A MANSÃO DOS MORTOS VIVOS em complemento ESCADA ACIMA, ESCADA ABAIXO

ROMA (T. 727778)

15.30, 18.30 e 21.45
Não aconselhável a menores de 13 anos
O novo Trinitá O MEU NOME É NINGUEM com Terence Hill e Henry Fonda

ROXI (T. 48560)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos) 4.ª Semana!
O célebre filme de Eric Rohmer uma crónica de amor livre! A COLECCIONADORA com Hayde Politoff, Patrick Bauchau e Mijanou Metro: Intendente

S. JORGE (T. 54154/54153)

15.15, 18.15 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
5.ª Semana!
O ÚLTIMO TANGO EM PARIS
Aviso ao público: este filme contém cenas eventualmente chocantes
Direcção dos Serviços de Espectáculos

SATELITE (T. 562632)

15.30, 18.30, 21.45 e 00.15
5.ª Semana!
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi, Philippe Noiret, Michel Piccoli e Andrea Ferrel «LA GRANDE BOUFFE (A GRANDE FARRA)» um filme de Marco Ferreri
Este filme contém cenas eventualmente chocantes.
Direcção dos Serviços dos Espectáculos

TIVOLI (T. 570595)

15.15 e 21.15
4.ª Semana!
Grupo B (10 anos)
Technicolor 70 mm
O maior filme de todos os tempos! OS DEZ MANEJAMENTOS

VOX (T. 720808)

15.15, 18.30 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
15.ª Semana!
A sensacional Laura Antonelli em MALÍCIA

EXPOSIÇÕES

BELAS ARTES — Perspectiva-74 e gravuras (das 14 às 20 h).

BLOCO (CASCAIS) — Colectiva (das 16 às 20 h).

ESCOLA PRIMARIA DA DAMAIA — Colectiva de pintura e tapeçaria (das 21 às 23 h).

CASINO ESTORIL — Pinturas de Vamona Navelcar (das 15 às 3 h).

FOTO CLUBE 6X6 — Trabalhos de Alfredo Cunha (3.ª e 6.ª-feiras, das 21.30 às 24h.).

GALFRIA 111 — Colectiva de gravuras, litografias e serigrafias (das 10 às 13 e das 15 às 19 h).

GRUPO AMIGOS DA COSTA — Trabalhos de Bárbara Guerreiro (das 15 às 19 e das 21 às 24h.).

PALÁCIO FOZ — Trabalhos de Bernardette Stern, serigrafias de Acácio Assunção e António Brito Caiola (das 5 às 20 h).

LEIA ÀS TERÇAS-FEIRAS


O JORNAL motor

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VILLARET
21.45 (13 anos)
«Liberdade, Liberdade».

MONUMENTAL
20.45 e 23.00 (18 anos)
«O Último Fado em Lisboa».

LAURA ALVES
20.45 e 23.00 (18 anos)
«A Pai Adão».

MARIA MATOS
21.45 (13 anos)
«Português, Escritor, 45 Anos de Idade».

LISBOA/Cinemas

COLISEU
21.30 (18 anos)
«A Beira da Vergonha» (Milagre de Amor)

PARIS
21.00 (18 anos)
«Zorba, o Grego».

OLÍMPIA
19.00 (14 anos)
«António e Cleópatra».

PROMOTORA
21.00 (10 anos)
«O Mundo do Circo».

PALÁCIO FOZ
21.30 (10 anos)
«Hamlet».

CINE-MOSCAVIDE

21.00 (18 anos)
«As Trombetas do Apocalipse».

SACAVÉM S. José
21.00 (10 anos)
«Rei Sem Coroa».

JARDIM CINEMA
21.00 (18 anos)
«A Fúria do Assassino».

LINHA DE CASCAIS

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (8 anos)
«Uma Rapariga Invencível».

ESTORIL
Casino
5.30, 18.30 e 21.30 (0 anos)
«Malucos em Espanha».

Palácio
21.30 (4 anos)
«Justiça de Cahill».

Eplanada
21.30 (8 anos)
«Pedro o Louco».

CASCAIS

S. José
21.30 (8 anos)
«A Mulher das mil Caras».

CASCAIS
Oxford
16.00 e 21.45 (18 anos)
«Dracula Tem Sede de Sangue».

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.30 (18 anos)
«A Selva Humana».

QUELUZ

Queluz Cinema
21.30 (18 anos)
«Companheiros».

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.30 (18 anos)
«A Virgem e o Sortilegio».

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«A Quadrilha de Repteis».

BARS BOITES

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167.
Zorina, vedeta inglesa de «sexy».

ESPADARTE CLUB — SE-SIMBRA. Discoteca e acidentalmente fado ou música de folclore interp. por clientes e dedicado aos turistas presentes. Encer. domingos. T. 229189.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Varedas, informações: T. 26461/264526/264596/264621/264946.

HIPOPÓTAMO — Com Máio Simões. Encerra aos domingos. Av. Augusto e Aquil, 5-A. T. 48384.

TAMILA — Marão e si conjunto. «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Fuque de Loulé, 69. T. 533117.

CACO — Dancing com música ambiente com sibilar quarteto. Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.

PORTO/Cinemas

TERÇO
21.30 (18 anos)
«O Médico e Monstro».

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«Curvas Nas Férias».

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (10 anos)
«O Diabo Era Outro».

VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«Uma História Perversa».

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«A Rebelião».

TRINDADE

21.30 (18 anos)
«O Último Tango Em Paris».

JÚLIO DINIS

21.30 (18 anos)
«O Belo Negócio».

RIVOLI

21.30 (18 anos)
«A Noite dos Mil Olhos».

BATALHA

21.30 (18 anos)
«Bob e Carol e Ted e Alice».

CARLOS ALBERTO

21.30 (14 anos)
«Excelsior, a Fúria do Karate» e «Safari de Diamantes».

COLISEU

21.30 (18 anos)
«O Regresso de Sabata».

PASSO MANUEL

21.30 (14 anos)
«O Filho».

ESTÚDIO FOCO

21.30 (18 anos)
«Venha Tomar Café Connosco».

ESTÚDIO

21.30 (13 anos)
«Empresta-me o Teu Marido».

OLÍMPIA

21.30 (14 anos)
«Um de Nós Tem de Morrer».

COIMBRA

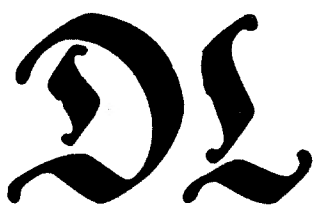
AVENIDA
21.30 (18 anos)
«Nicola e Alexandra».

TIVOLI

21.30 (14 anos)
«Cobras Venenosas».

GIL VICENTE

NACIONAL



RENAISSANCE GAFICA S.A.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185, 1.º 2.º e 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS:
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DÍBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

"JORNAL DO COMÉRCIO" Negociações directas -propõe a administração

Em carta, enviada ao ministro do Trabalho, a administração do «Jornal do Comércio» propôs entabular negociações directas com a comissão de tra-

balhadores daquele matutino, que se encontram em greve desde o dia 22 de Agosto.

Até ontem, a administração recusara-se a tal tipo de negociações.

Julgamos saber que a comissão de trabalhadores foi convidada a deslocar-se ainda hoje ao Ministério do Trabalho, a fim de tomar conhecimento da referida decisão patronal.



C. PEQUENO
5ª-Feira
22 horas

**UMA CORRIDA
COMO NUNCA SE
REALIZOU!**

**7 CAVALEIROS
10 MATADORES
5 NOVILHEIROS
14 BANDARILHEIROS
1 GRUPO DE FORCADOS**

DIAMANTINO VIZEU

MANUEL CONDE

ARMANDO SOARES

DAVID R. TELLES

JOSÉ JÚLIO

ALFREDO CONDE

AMADEU DOS ANJOS

LUIZ MIGUEL DA VEIGA

JOSÉ SIMÕES

MALDONADO CORTES

MÁRIO COELHO

GUSTAV ZENKL

ÓSCAR ROSMANO

JOSÉ JOÃO ZOIO

RICARDO CHIBANGA

JÚLIO GOMES

JOSÉ MANUEL PINTO

e ainda os novilheiros

CARLOS PIMENTEL

JOSÉ MARECO

MANUEL ANTÓNIO

ANTÓNIO POEIRA

ANTÓNIO MANUEL

FORCADOS DA CHAMUSCA

**7 NOVILHOS - TOIROS
de TOMAZ DA COSTA**

MEMORÁVEL FESTIVAL

a favor do Sindicato dos Toureiros

Governo de Angola

Continuação da pág. 1

com o M. P. L. A. quer com a F. N. L. A., enquanto a UNITA continua a respeitar o compromisso anteriormente tomado e orienta o seu esforço para a politização das populações.

Entretanto, multiplicam-se os contactos amistosos entre combatentes nacionalistas dos dois movimentos e soldados portugueses, enquanto o chefe de operações do M. P. L. A., em Cabinda, comandante Bel-mundo, lamentou perante oficiais portugueses a actividade da Frente de Libertação do Enclave (FLEC) a quem acusou de separatismo oportunista e reaccionário.

SANÇÕES À IMPRENSA

A Comissão Ad Hoc para a Imprensa rejeitou o recurso interposto pelo jornal «Tribuna» de Lourenço Marques contra a multa de 30 000 escudos que lhe foi imposta na semana passada devido à publicação de um artigo do correspondente da Reuter em Lisboa.

A Comissão Ad Hoc anunciou não haver justificação suficiente para levantar a multa.

O artigo que levantou objecções foi publicado sob o título «Termina em Portugal a lua-de-mel política» e nele o correspondente da Reuter referia-se nomeadamente à proibição de comícios organizados pelo MRPP em apoio dos movimentos de libertação africanos.



**VIAGENS
EXCURSÕES
CRUZEIROS**

paneuropa
Braamcamp, 11/Telef. 563401/ Lisboa

FUNCHAL 5 dias

Partidas às 6.ªs-feiras — 6 —
13 — 20 de Setembro

Preço por pessoa: Esc. 2.980\$00

COMPREENDENDO:

Estadia em Hotel * * *
estrelas com Piscina, em
quartos duplos com ban-
hos, em regime de meia
pensão, traslados de Aero-
porto / Hotel / Aeroporto.
Meio dia de visita ao Fun-
chal.

A posição do "Diário de Lisboa" e a greve da Imprensa

Todas as acções de greve do «Diário de Lisboa» deverão ser apreciadas em plenário dos trabalhadores da empresa, que por esta forma darão, ou não, o seu apoio a iniciativas sindicais do género — assim ficou decidido numa reunião do pessoal do nosso jornal, efectuada ontem ao fim da tarde e que apenas obteve um voto contrário.

Anteriormente, durante a manhã, o pessoal do «DL» perante a decisão tomada na reunião da Voz do Operário de uma greve geral da Imprensa de solidariedade com os trabalhadores do «Jornal do Comércio» tinha decidido não publicar o jornal, ao aprovar por esmagadora maioria uma moção cujo texto publicamos na íntegra noutra local.

Como é do conhecimento geral, o jornal «O Século», em reunião geral de Sábados, decidiu não participar na greve geral, o que foi aprovado pela quase totalidade dos trabalhadores. A sua edição de ontem, só não chegou a sair para a rua porque certos grupos de manifestantes de plantão à porta da Sociedade Nacional de Tipografia, tentaram furar os pneus dos carros da expedição, ameaçando mesmo fisicamente os trabalhadores daquele jornal. Em reunião plenária realizada durante a manhã, os trabalhadores de «O Século», reunidos em assembleia geral, decidiram ratificar as posições tomadas na assembleia geral da madrugada do dia 4, lamentando que certos órgãos da Informação (nomeadamente a Rádio) não tivessem procurado saber das razões que presidiram às tomadas de posição dos trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia. Porém, para evitar confrontações com as manifestantes que se encontravam no exterior do edifício concordaram que o jornal não devia sair.

Da parte da tarde, como constasse que «O Século» iria para a rua, uma força militar foi enviada para junto do edifício para assegurar a liberdade de trabalho. Mas o comandante dessa força, informado pelos trabalhadores da decisão anteriormente tomada, ordenou passado pouco tempo a retirada dos militares.

A POSIÇÃO DO «DL»

Nenhum delegado do «DL» esteve presente na reunião da Voz do Operário onde foi decidida uma greve geral da Imprensa durante 24 horas de solidariedade com os trabalhadores do «Jornal do Comércio». Realizou-se ontem de manhã, nas instalações do nosso jornal, uma reunião plenária de todos os trabalhadores da em-

presa, em que foi aprovada a seguinte posição:

«Os trabalhadores da empresa do «Diário de Lisboa», reunidos em plenário, decidiram confirmar a sua participação no movimento de solidariedade com os trabalhadores do «Jornal do Comércio» na sua luta contra processos autocráticos e antidemocráticos, que continuam os utilizados antes do movimento antifascista de 25 de Abril. Portanto, o «Diário de Lisboa» não se publicará hoje»

Decidiram ainda salientar a extrema importância dos meios da Informação nomeadamente da Imprensa, na actual democratização nacional, e o interesse vital em manter a regularidade da informação, evitando-se o recurso à greve apenas pela greve».

Reforçando esta última afirmação, realizou-se ao fim da tarde, segundo plenário dos trabalhadores da empresa, onde ficou aprovada a seguinte posição dos trabalhadores do «DL».

«Os trabalhadores do «Diário de Lisboa», reunidos ontem, em segundo plenário, decidiram, na sequência das suas reservas à greve geral da Imprensa de 24 horas, que respeitaram a título de aviso ao patronato e solidariedade aos trabalhadores em luta do «Jornal do Comércio»:

«1) — Que todas as acções de greves no «DL» deverão ser apreciadas em plenário dos trabalhadores da empresa.

«2) — Dissociaram-se de qualquer outra tentativa de greve geral de imediata solidariedade aos trabalhadores do «Jornal do Comércio» por entenderem que o objectivo primeiro de luta daqueles nossos camaradas não justifica uma iniciativa de nível nacional, aliás perigosa não só por claramente convir à reacção, mas também por atingir uma larga camada da população e por travar escusadamente o processo de esclarecimento e democratização da vida portuguesa.

«3) — Garantir todas as outras formas de apoio à luta justa dos trabalhadores do «Jornal do Comércio», nomeadamente no que respeita ao saneamento de Carlos Machado, a quem não reconhecem idoneidade para dirigir um jornal integrado no processo democrático em curso.

«4) — Finalmente, consideram importante, nesta fase de luta, a denúncia, nas colunas dos jornais, da expansão e métodos do grupo económico Borges-Quina, no campo da Imprensa».

OUTRAS REACÇÕES

Desde 1926, foi ontem a pri-

meira vez que se verificou no nosso País uma greve geral da Imprensa, em cuja origem está a tentativa por parte dos trabalhadores do «Jornal do Comércio» em sanear o director, Carlos Machado, a que a administração se tem oposto.

Entretanto, analisando a situação, o Sindicato dos Jornalistas emitiu um comunicado em que lamenta a forma como decorreu a reunião efectuada na Voz do Operário.

Começando por afirmar que tem seguido com atenção o processo desencadeado com a greve do «Jornal do Comércio», cujo caderno reivindicativo se afigura justo. Recordando, depois que no dia 1 de Setembro dois dos membros da direcção do Sindicato dos Jornalistas participaram numa reunião com representantes das direcções dos Sindicatos das Artes Gráficas, dos Empregados de Administração e Revisores de Imprensa, em que ficou decidido que os Sindicatos dariam o seu apoio à luta daqueles trabalhadores. O documento refere também que na mesma reunião «foi, ainda, decidido que no dia seguinte (2 de Setembro) se realizariam reuniões de trabalhadores nas várias empresas jornalísticas, a fim de que aqueles pudessem decidir quais as formas de acção a adoptar. O ponto da situação seria feito no dia 3 de Setembro, na Sociedade A Voz do Operário, em reunião plenária que desde logo ficou estabelecido não ter carácter deliberativo.

Por isso, a direcção do Sindicato dos Jornalistas lamenta a forma como decorreu a reunião, nomeadamente no que se refere à rejeição de admissão de uma proposta apresentada por 35 trabalhadores do jornal «O Século» (onde se consideravam outras formas de luta, nomeadamente greves simbólicas por curtos espaços de tempo e denúncia em todos os jornais do grupo Quina, seu histórico e ligações) ao mesmo tempo que condena as iniciativas de pequenos grupos visando impedir a saída daquele matutino a cujos trabalhadores manifesta o seu apoio, embora a linha de acção seguida tenha sido diferente.

Como já foi dito, a solidariedade não se impõe, dá-se, e esses grupos minoritários tentam impor a sua vontade, atitude que o Sindicato repudia.

Admitindo este Sindicato a possibilidade de uma greve de 24 horas, se os trabalhadores que representa assim o decidissem. Mas, embora reiterando o seu apoio aos camaradas do «Jornal do Comércio» não pode esta direcção deixar de repudiar toda e qualquer tentativa de prolongar a greve, pois esse prolongamento não serve de forma alguma os interesses do Povo Português na actual conjuntura política.

A terminar o comunicado o Sindicato dos Jornalistas «pede a todos os trabalhadores que representa que promovam reuniões locais de trabalho reuniões plenárias para análise da situação criada e procurem novas formas de luta e de apoio aos seus camaradas do «Jornal do Comércio», tendo em conta que a greve, para ser eficaz, só deve ser utilizada após atenta ponderação das condições e relações de força em presença. Na mesma reunião, ficou assente que os trabalhadores que não adoptas-

sem a greve como forma de luta mais justa e adequada no actual contexto político não poderiam ser, de modo nenhum, impedidos de actuar segundo decisões tomadas pela maioria dos trabalhadores reunidos nas empresas.

A POSIÇÃO DOS JORNALISTAS COMUNISTAS

Num extenso documento difundido ontem pela Organização de Lisboa dos Jornalistas do Partido Comunista Português são analisados a luta dos trabalhadores do «Jornal do Comércio» e a greve de solidariedade desencadeada em quase toda a Imprensa diária.

Começando por sublinhar que há toda uma nova experiência a ter em conta e que uma greve não determina já a intervenção das polícias e a prisão dos trabalhadores em luta, afirma que o seu uso não pode ser imponderado. E acrescenta:

«Bem pelo contrário, o facto de a greve ser a arma mais importante dos trabalhadores implica que o recurso a ela tenha de partir de cuidadosas análises do processo em que se integra, dos objectivos que se pretendem, das condições em que é desencadeada, do equilíbrio de forças que em cada etapa da luta de classes e em cada situação específica patronato-trabalhadores a condiciona».

Fazendo a análise no que respeita a outros aspectos da situação geral do País o documento refere características específicas do sector da Informação, o qual levanta implicações políticas extremamente graves que os seus trabalhadores têm de ter em consideração «na presente situação nacional, a informação das massas é uma exigência permanente no sentido de as manter informadas e atentas ao desenrolar do processo político e mobilizadas na defesa das conquistas efectuadas».

E acrescenta que: «Na verdade, não estando o patronato, graças ao «controle» dos trabalhadores, a utilizar os meios de informação para veicular os seus interesses, e sofrendo prejuízos na laboração das empresas, é evidente que a paralisação dos jornais não afecta economicamente e inicia — por contradição — a iniciativa dos trabalhadores — uma informação que lhe não é favorável.

«Num processo como o do «Jornal do Comércio» os trabalhadores, ao paralisarem os jornais, prescindiram de um veículo precioso para canalizar a própria luta daquele diário e a solidariedade dos trabalhadores dos outros quotidianos».

A finalizar, o documento declara que «a consciência profissional dos trabalhadores da Informação se espera a defesa intransigente de uma Informação ao serviço das massas populares e da Liberdade».

Entretanto, dirigido aos trabalhadores da Imprensa Diária de Lisboa, a Célula dos Gráficos de Lisboa do Partido Comunista Português emitiu também um comunicado onde faz a análise objectiva da situação complexa criada à Imprensa portuguesa, e aos seus trabalhadores, pela greve iniciada no «Jornal do Comércio».

ANDAR—BENFICA VENDE-SE

Já alugado. 4.000\$00 mensais. Bom inquilino. C/3 c. assoalhadas, acabamentos de luxo, cozinha italiana c/ electrodomésticos.

Mostra e trata: Praça Professor Santos Andréa, 2-1.º, esq. (à 2.ª circular) — Lisboa.